

Visão holística, filosófica, etária e linguística do movimento LGBTQIA+

Dario Aragão Neto,
Maria Cecilia Gama
e Daniele do Val

Visão holística, filosófica, etária e linguística do movimento LGBTQIA+

Dario Aragão Neto,
Maria Cecília Gama
e Daniele do Val

2025

EDITORA
FOA


FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA

Presidente

Eduardo Guimarães Prado

Diretor Administrativo Financeiro

Iram Natividade Pinto

Diretor de Relações Institucionais

Júlio César Soares Aragão

Superintendente Executiva

Josiane da Silva Sampaio

EDITORA FOA

Editor chefe

Laert dos Santos Andrade

Diagramação

Ubiracy Junior

editora.unifoa.edu.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA - UniFOA

Reitora / Procuradora Educativa Institucional

Ivanete da Rosa Silva de Oliveira

Pró-reitor Acadêmico

Bruno Chaboli Gambarato

Pró-reitora de Extensão

Ana Carolina Callegario Pereira

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação

Ana Carolina Dornelas Rodrigues

Pró-reitor de Educação a Distância e Tecnologias de Ensino

Rafael Teixeira dos Santos

Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Washington de Macedo Lemos

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária

Alice Tação Wagner - CRB 7/RJ 4316

A659v Aragão Neto, Dario

Visão holística, filosófica, etária e linguística do movimento LGBTQIA+.
[E-book]; [E-pub]. / Dario Aragão Neto; Maria Cecilia Fontainha de Almeida
Gama; Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Santa Bárbara.
Volta Redonda: FOA, 2025. 136 p. il.

ISBN: 978-85-5964-175-2

1. Identidade de gênero. 2. LGBTQIA+. 3. Visão holística – movimento
LGBTQIA+. I. Fundação Oswaldo Aranha. II. Centro Universitário
de Volta Redonda. III. Título

CDD 305.3



**ESCRITÓRIO DA
CIDADANIA**

COORDENAÇÃO

Dario Aragão Neto, Maria Cecília Fontainha de Almeida Gama
e Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

APRESENTAM

“VISÃO HOLÍSTICA, FILOSÓFICA,
ETÁRIA E LINGUÍSTICA DO
MOVIMENTO LGBTQIA+”

e-book com base nos podcasts e encontros híbridos veiculados no Spotify e no
ZOOM em 2023, sob o título **ESCRITÓRIO DA CIDADANIA EM MOVIMENTO**



Escritório da Cidadania
em Movimento #UniFOA -
Reconhecimento legal da
população LGBTQIA+



Escritório da Cidadania em
Movimento #UniFOA - A
linguagem expressa cultura



Escritório da Cidadania
em Movimento #UniFOA
- Preconceito linguístico e
transfobia



Escritório da Cidadania
em Movimento #UniFOA
- O preconceito diante
da terceira idade (quarto
episódio)



Escritório da Cidadania
em Movimento #UniFOA
- O preconceito diante
da terceira idade (quinto
episódio)



Escritório da Cidadania em
Movimento #UniFOA - O
exercício do cuidado como
ato político e de cidadania

SUMÁRIO

1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E RECONHECIMENTO LEGAL DA POPULAÇÃO LGBTQIA+	10
1.1	A construção dos papéis sociais e sexuais e a hierarquia de gênero..	10
1.2	A visão filosófica do ser: o que é o humano?.....	12
1.3	Reconhecimento jurídico	15
2	A LINGUAGEM EXPRESSA CULTURA: A VISÃO DA GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA SOBRE A DIVERSIDADE DE GÊNERO.....	22
2.1	A linguagem como ato político e de resistência	22
2.2	Norma culta da língua portuguesa e a diversidade linguística e suas consequências	24
3	PRECONCEITO LINGÜÍSTICO, TRANSFOBIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS	39
3.1	Violência e violação dos direitos	39
3.2	A linguagem como Pharmakon.....	41
3.3	Desafios para a garantia de direitos	49
4	A INFLUÊNCIA DOS MODOS DE PENSAR E AGIR DIANTE DA TERCEIRA IDADE.....	57
4.1	O que é a terceira idade?	57
4.2	A visão filosófica e linguística da terceira idade.....	59
4.3	Intolerância e preconceito na terceira idade	73
5	A IDENTIDADE DE GÊNERO NA POPULAÇÃO IDOSA	83
5.1	Envelhecimento, gênero e terceira idade.....	83
5.2	A linguagem diante do sexo e da sexualidade.....	86
5.3	Os desafios de ser idoso e LGBTQIA+	96
6	ESTAMOS PREPARADOS PARA ENVELHECER?	104
6.1	O idoso e as políticas públicas	104

6.2 A visão filosófica da finitude	109
6.3 O cuidar do idoso: dependência e independência	114
7 Conclusão do e-book	127
8 FOTOS DA EQUIPE QUE TORNOU POSSÍVEL ESTE E-BOOK.....	129
REFERÊNCIAS	133

INTRODUÇÃO

Maria Cecília Fontainha de Almeida Gama

Este e-book tem como base uma remodelagem do VI Debate Étnico Racial e a Cidadania sob a Ótica do Cinema, cujas mudanças visam a renovação da abordagem e metodologia dos temas sociais, privilegiando as demandas de conhecimento e a possibilidade de participação de convidados. Neste ano de 2023, optou-se pelo tema: “Diversidade de gênero em pauta”, que foi ao ar, de março a junho e de agosto a novembro de 2023, gravado na Rádio UniFOA, sob a forma de podcasts, veiculados pela plataforma Spotify, sob o título: Escritório da Cidadania em Movimento.

Os objetivos e metas da ação de extensão tanto na formação do público, quanto na formação do estudante foram: defender a importância do podcast como ferramenta de mobilização e expressão dos direitos humanos e cidadania, reconhecendo-o como instrumento educacional; sensibilizar alunos, discentes, egressos e comunidade em geral para uma visão e atitude crítica diante da vida e acerca dos temas complexos, e apreender como essa visão pode contribuir para o entendimento sobre o papel social de sua profissão; pensar sobre fenômenos sociais relevantes utilizando formas e conceitos lógicos, que levem à tomada de consciência sobre a cidadania; instrumentalizar o cidadão para o exercício da capacidade de expressão, poder de síntese, habilidades e argumentos sobre a tradução de uma realidade multifacetada.

Ao término de cada semestre, teve-se a ação híbrida – presencial e online – Relatos de Experiência – sobre o qual assim nos reportamos. Formar um profissional é mais do que apenas lhe inculcar uma técnica, um saber. É, sobretudo, o desafio de conquistá-lo e leva-lo a ver o mundo de determinada maneira, tornando-o cúmplice e especialista de um determinado olhar. É lançar o aluno na busca pelo significado da cidadania. Busca-se nesse cenário o olhar cidadão, o pluralismo didático, o respeito à diversidade e a inovação permanente.

O evento foi a culminância dos podcasts sobre o tema da Diversidade de Gênero em pauta, referenciado ao projeto VI Debate Étnico Racial e a Cidadania sob a ótica do cinema. Esses relatos de experiência sistematizam as reflexões

engendradas e permitem roda de conversa e relatos dos participantes: equipe executora, convidados ou público ouvinte presente ou on-line.

Eles foram assim apresentados: no primeiro semestre – Relatos de experiência: legalização e linguagem em defesa da diversidade de gênero e no segundo semestre: Relatos de experiência: o exercício do cuidado, gênero, sexualidade, envelhecimento, etarismo. Ambas as ações não fazem parte integrante desse e-book, posto terem sido ações presenciais sem gravação.

Espera-se que ao atingirmos grupos comunitários, instituições e movimentos sociais com essa ação, ora transformada em e-book, contribuir no fortalecimento em prol de políticas públicas inclusivas e eficazes, que devem ser traduzidas em atendimento acolhedor e humanizado e tecnicamente qualificado. Também se procura a ampliação dos repertórios de compreensão acerca de fenômenos sociais complexos, que geram maior capacidade crítica sobre a cidadania, direitos humanos e proteção social. A maturação acadêmica avança à medida que tabus, preconceitos e estereótipos acerca de temáticas discutidas são desconstruídos. Que esse trabalho incentive debates e ações que possam ser traduzidos em melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais em destaque.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E RECONHECIMENTO LEGAL DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Primeiro podcast do sexto Debate Étnico Racial e a Cidadania Sob a Ótica do Cinema, “Diversidade de gênero em pauta”, uma atividade desenvolvida há seis anos pelo Escritório da Cidadania do UniFOA. Meu nome é Daniele do Val e sou professora doutora desta IES. Um agradecimento especial às nossas debatedoras aqui presentes: a professora convidada e Institucional, professora mestre Maria Cecília Gama do UniFOA e a doutora Elen Monteiro, advogada e presidente da comissão LGBTQIA+ da OAB, subseção Barra Mansa.

1.1 A construção dos papéis sociais e sexuais e a hierarquia de gênero

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Queridas debatedoras, nosso tema hoje é a contextualização histórica e o reconhecimento legal da população LGBTQIA+.

Importante já iniciarmos destacando o conjunto de letras que compõe a sigla do movimento, pois a concepção de representatividade dá o tom do nosso debate.

A Dra Elen poderá falar um pouquinho sobre isto pois trará um breve panorama das conquistas e do reconhecimento jurídico da população LGBTQIA+.

O outro termo também a ser debatido é a diversidade. O que significa diversidade? Ele já nos remete a um contraponto ao binarismo, que determina a existência de apenas dois gêneros: masculino e feminino. É fundamental entendermos que do ponto de vista biológico temos o sexo, o que nos define como homem e mulher a partir da genitália e de cada aparelho reprodutor correspondente. Contudo, sexo é diferente de gênero, pois gênero nos leva a compreensão dos papéis sexuais exercidos por homens e mulheres em sociedade. Logo, é aquilo que dá significado de existência ao sujeito na sua interação social em parâmetros de: o que é feminilidade e o que é masculinidade; o que é ser mulher, o que é ser homem. São padrões de comportamento, exercício da sexualidade e de responsabilidade que dinamizam e organizam a vida social,

política, econômica e as suas instituições, como a família, considerada a primeira instituição socializadora dos sujeitos.

E podemos falar ainda da sexualidade, cuja vivência não se limita ao padrão hétero normativo. Logo, o que é ser? Ser homem, ser mulher, ser cis ou ser trans?

Para nos dar base teórica, ética, nós teremos a professora mestre Maria Cecilia Gama, que vai trazer importantes contribuições para entendermos a concepção filosófica do ser. O que é o humano.

Mas antes de ouvirmos a professora Maria Cecilia e a Dra Elen gostaria de comentar brevemente sobre os avanços sobre o tema. Podemos dizer que o século XX marcou o avanço do feminismo, a conquista dos direitos das mulheres e o questionamento do patriarcado. Apesar de muito ainda precisarmos avançar, a crítica ao machismo, ao sexismo e à misoginia, assim como debates sobre os direitos humanos, colocaram em xeque a desigualdade de gênero e impulsionaram o debate e as ações de enfrentamento à violência contra a mulher e a estruturação de políticas que superassem a opressão feminina permitindo que lugar de mulher seja onde ela quiser.

E agora, no século XXI, continuamos avançando e colocamos em pauta o debate sobre identidade de gênero e sexualidade. Além da crítica ao patriarcado como pilar estruturante da desigualdade, junto com o racismo e o clasismo é preciso superarmos os padrões normativos que cerceiam a expressão identitária de gênero, ao ponto de ser muito recente se retirar do cenário dos transtornos de imagem qualquer condição que não correspondesse aos padrões binaristas e hetero normativos. Isso nos conduz à simbiose sexo – que é a dimensão biológica – gênero – a sociabilidade e as vivências culturais – e a sexualidade – inscrita no campo do desejo, da satisfação sexual e da afetividade. Como os sujeitos se relacionam afetivo sexualmente. Essa simbiose é constituinte do sujeito. Então, o que temos para hoje? A necessidade de reconhecermos que nós, sujeitos individuais e coletivos, temos papéis sexuais e sociais a exercer, que nos são imputados mesmo antes de nascermos. Modos de ser, pensar e agir são construções socio culturais que devem ser contextualizadas historicamente e são refletidas por outras dimensões que nos consti-

tuem: a política, a religião, a economia. A nossa sociabilidade é expressão de um dado tempo.

1.2 A visão filosófica do ser: o que é o humano?

Maria Cecília Fontainha de Almeida Gama

Começamos a nossa visão filosófica do ser explicando o que é o humano. O ser humano é uma unidade e uma totalidade, portanto, é muito inadequado desenvolver doutrinas diversas sobre este ser humano, por exemplo, uma científica e uma filosófica, uma secular e uma religiosa, uma psicológica e uma sociológica. O ser humano é uma unidade indivisível, todos os métodos levam para uma mesma imagem do ser humano. Mas a unidade do ser humano não implica que só se possa investigá-lo de uma única forma. Uma vez que ele compreende todos os elementos da realidade, cada estrato do ser, faz-se necessário usar todos os métodos a fim de lidar com ele adequadamente. Ele é o microcosmo, cuja descrição não deve negligenciar nenhuma ferramenta utilizada na descrição do macrocosmo.

Portanto, é errado tomar um método de abordagem do ser humano como único e válido ou subordinar todos os outros métodos a uma única abordagem: seja ela o teológico dos tempos antigos, o racionalista dos tempos modernos ou mesmo o empírico da atualidade.

Cuidado! Entretanto, devemos mostrar que em cada método encontram-se elementos que nos dirigem para outros métodos.

Vamos ver: a abordagem empírica não pode ser utilizada sem os elementos descobertos pelo método racionalista e este pressupõe certos elementos fornecidos pela teologia. Os métodos de estudo da natureza humana não devem ser exclusivos, nem meramente atomísticos e cumulativos, mas dialéticos e mutuamente interdependentes.

Existem três grupos principais de métodos: o primeiro, que é chamado de experimental calculativo, vai referir-se às coisas como objetivas, como por exemplo, os cálculos matemáticos, sem nenhum elemento de subjetividade nas mesmas; o segundo, que é o intuitivo descritivo, vai referir-se às coisas

na medida em que elas têm subjetividade, individualidade, espontaneidade – é o método que conhecemos da história natural assim como da história humana; e depois temos o método da “compreensão responsável”, que se refere à subjetividade como tal, às normas, valores, criações e ao sentido da vida pessoal. Aqui, nesse método, não existe a distância entre sujeito e objeto.

Existe conhecimento naquilo em que nós mesmos estamos envolvidos; naquilo que nos preocupa infinitamente. O conhecimento neste caso, necessariamente tem um caráter existencial ou de responsabilidade. Portanto, a natureza humana deve ser abordada por estes três métodos: porque o ser humano pertence a eles nos seus domínios.

O homem contemporâneo entretanto, vamos nos lembrar, é um ser social e de desejos. Não aceitamos e acreditamos mais naquele tipo de ser humano pensado na modernidade, vivemos outro momento da história. Por mais que falemos que somos sujeitos, não acreditamos que essa palavra signifique a mesma coisa. Por quê?

Primeiramente, não há como pensar que somos um ser que foi pensado centro do universo. Cada vez mais nós percebemos sermos seres dependentes. Não somos sujeitos acima das coisas. Não somos seres desconectados da realidade, a nossa vida estará entrelaçada com diversos outros seres. A nossa natureza é formada pelas relações sociais em que vivemos.

Apesar de Aristóteles, em 384 – 322 a.C., ter afirmado que o homem é um ser social, ele acreditava que temos essa essência igual aos demais seres humanos: somos animais racionais.

Nós, contemporâneos, vamos compreender o ser humano de forma diferente. No século XIX, Karl Marx nos mostrou que o nosso ser é formado pelo lugar social que ocupa e pelo que nós produzimos nessa mesma sociedade. Nós nos construímos por meio daquilo que produzimos em nossa sociedade.

Ora, como as sociedades se transformam, mudam também os seres humanos que nelas vivem. Por isso, todo ser humano é histórico, ou seja, as pessoas se renovam com as transformações da sociedade e a sociedade muda quando as pessoas se transformam.

Se por um lado somos seres sociais, por outro, não somos totalmente racionais e conscientes. No século XX, Freud vai nos mostrar que o ser humano não é essencialmente racional. O que orienta o homem são desejos inconscientes, os quais buscam sempre o prazer. Nesse ponto vamos ter Epicuro que nos fala sobre a felicidade, dizendo que o ser humano nasceu para ser feliz. A busca do ser humano é essa felicidade. A cultura em que vivemos vai regular os nossos prazeres. As normas sociais e culturais orientam a maneira como conduzimos nossos desejos inconscientes. Então a nossa consciência é criada por meio da relação do nosso inconsciente com a cultura da qual fazemos parte, mas nossos desejos inconscientes não vão embora por causa dessas leis sociais. O inconsciente, muitas vezes, deseja o contrário daquilo que a nossa consciência diz que não deve ser desejado.

Todo ser humano vive uma grande cisão: nós somos orientados pelos desejos inconscientes, que buscam prazer. Por outro lado, a nossa consciência é formada por aquilo que assimilamos como normas da nossa cultura desde cedo e da nossa sociedade. Por isso temos uma coisa chamada frustração. Não é a razão que nos determina, como pensam os modernos, somos seres que desejam e não somente seres que pensam. Nossos pensamentos são orientados pelos nossos desejos e não o contrário.

O pensamento contemporâneo vai desconstruir a autonomia da razão humana e mostra que os seres humanos são formados por elementos não racionais, mas que são muito mais fundamentais que a própria razão.

Os nossos pensamentos dependem dos nossos afetos, aqui chamados de desejos por Freud; do lugar que ocupamos em nossa sociedade e da função que nela desempenhamos. Nós não somos apenas sujeitos acima das nossas relações sociais, mas nosso ser depende desses laços sociais e culturais onde vivemos. Não nascemos prontos, não temos uma essência imutável. Nada há de pronto em nós. Nós somos produzidos historicamente.

Nós, seres humanos, nunca conseguimos compreender de modo absoluto quem somos. Cada momento da história do ocidente/oriente e da filosofia os homens se compreendem de uma determinada maneira. Animal racional, ser criatura de Deus, ser que deve ter fé, sujeito racional autônomo, ser social, ser que possui desejos inconscientes – eis algumas definições do ser humano.

Donde se conclui que o ser humano é profundamente misterioso. Ele possui emoções, é religioso, lúdico, artístico, cultural. Mas nenhuma definição esgota a riqueza do ser humano.

O homem é um eterno enigma para si mesmo. Ele nunca estará satisfeito com os conceitos e definições que ele cria para entender a si mesmo. A maior definição que nós temos do homem é: o homem é um ser indefinível.

PRIMEIRO APARTE

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Eu acho que se precisa ter como norte no nosso debate, o colocar em pauta a educação diferenciada por sexo e também a forma como essa educação vai ser desenvolvida a partir das diferentes instituições sociais, pelas quais o ser humano circula. Esses espaços nos quais nos constituímos e nos desenvolvemos como sujeitos sociais, sujeitos históricos. Essa educação é perpetrada pela família, pela escola, pela igreja, pelos grupos comunitários. E aí a questão que se coloca é: o quê que ainda falta para nós termos um processo de socialização mais equânime, que busque, efetivamente, a construção de uma sociedade mais justa, sem discriminação de qualquer ordem. Acho que esse é um ponto que se possa debater e refletir. Queria passar a palavra para a Dra. Elen, que vai falar um pouquinho sobre o reconhecimento jurídico da população LGBTQIA+ e os seus avanços.

1.3 Reconhecimento jurídico

Elen Gonçalves do Vale Monteiro

Bom dia a todos, a todas, a todes, é uma honra estar aqui. Estou muito feliz em debater sobre esse tema tão importante, tão necessário na nossa vida atual. Agradeço o convite da professora mestre, minha amiga, Maria Cecilia Gama. Agradeço o convite da Daniele do Val e parabênizo a instituição, a UNIFOA, que está sempre saindo à frente sobre temas tão importantes como o tema de hoje. Ano passado eu participei da Ação NUDIVERSIS – Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual – da Defensoria Pú-

blica do Estado do Rio de Janeiro, que aconteceu aqui na universidade, numa parceria com a Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro. Uma ação muito importante, que é justamente a ação para atender a população LGBTQIA+ na questão da requalificação de gênero de nome, entre outras ações como a multiparentalidade, multipaternidade, multimaternidade, entre outras ações e atendimentos à população LGBTQIA+. Então fica aí a minha preliminar, antes de iniciar no mérito do assunto.

Pensando na questão filosófica, como bem explanou a professora Maria Cecilia, a nossa Constituição Federal, de 1988, garante direitos a todas as pessoas, independente da sua raça, credo, sexo, sua orientação sexual e identidade. O que leva a gente lutar pelos direitos, seja de qual for o assunto, para garantir o respeito e para garantir também a felicidade daquela pessoa. Então, filosoficamente e sociologicamente, a gente precisa que o ser humano seja respeitado conforme ele é, nasceu e a vontade dele de como ele gostaria ser representado naquela sociedade.

A pouco tempo atrás, a sigla do LGBTQIA+ era resumida a só GLS, que era: gays, lésbicas e simpatizantes. Falava apenas das questões de orientação sexual de gays e lésbicas. Não tratava das pautas identitárias, não falava, inclusive, sobre outras formas de gênero, como o bissexual, o pansexual. A sigla LGBTQIA+ que é a sigla mais comum, que se usa hoje em dia no Brasil, fala sobre as lésbicas, gays, as pessoas bissexuais; que é uma pauta de orientação sexual: define o que ela se atrai, o que ela gosta como atração sexual. A letra "T" engloba as pessoas transsexuais e transgêneros. Há uma certa discussão sobre as duas palavras. De forma resumida, a pessoa transgênero é uma pessoa que não se identifica com o sexo biológico, o sexo o qual nasceu; a pessoa transsexual além de não se identificar com o sexo biológico, faz uma cirurgia de redesignação sexual. E também, as travestis que são identidades de gênero. Além disso, se incluiu a letra "Q" da palavrinha queer; "I" de intersexo, "P" de pansexuais e "A" de assexuais e "NB" de não binário. O "+" (sinal +) ele engloba outras orientações e identidades que possam vir a ter, dentre outras mesclas de orientação sexual e identidade de gênero. Ou seja, a pessoa trans pode ser lésbica, ou bi ou gay. Então, o LGBTQIA+. Por que é tão importante a gente falar de cada letra dessas, dessa sopa de letrinha? Porque a gente precisa de políticas públicas, de direitos, de dados. A gente precisa

que a pessoa se identifique como ela é para que sejam realizadas algumas ações, como na área da saúde, por exemplo, na área da assistência social e dentro das normas jurídicas, com certeza.

Hoje se pode garantir que as pessoas trans alterem o seu nome e o seu gênero na sua certidão de nascimento e nas suas identificações, tais como RG, CPF, passaporte, carteira de trabalho, entre outros documentos. Isso foi uma conquista, que começou em 2009, com a Terceira Turma do STJ, onde foi proferida uma decisão, que autorizou uma mulher trans a alterar o seu nome, retificar o seu nome na sua certidão de nascimento e nos demais documentos de identidade civil, bem como o seu gênero. E a partir daí, houve precedentes que autorizaram, por meio de ações judiciais, que outras pessoas trans com a cirurgia de redesignação e laudos médicos e psiquiátricos e psicológicos, juntados a essa ação, fossem autorizadas a essa retificação.

Porém, com a evolução do direito, da justiça como assim também a sociedade evoluiu, em 2017, a Quarta Turma do STJ decidiu que, independentemente da realização de cirurgia de adequação sexual, fosse possível a alteração do nome e do sexo constantes no registro civil de pessoas transgêneros, desde que comprovada essa condição. Até então, o tribunal só tinha permitido a mudança do nome e a indicação do sexo no registro das pessoas submetidas à cirurgia.

No ano seguinte, em 2018, o STF – Supremo Tribunal Federal – ao julgar o recurso extraordinário nº 670422, com o tema 761 da repercussão geral e a ação direta de inconstitucionalidade, a ADI, nº 4275, também adotou o entendimento que a alteração do prenome e do sexo no registro civil é um direito fundamental da pessoa trans, exigindo-se somente para o seu exercício nada além da manifestação da vontade. Ou seja, hoje é possível a pessoa trans fazer a sua alteração do nome diretamente no cartório de registro civil. Independentemente de ter realizado a cirurgia de alteração de sexo ou de juntar laudos psiquiátricos e psicológicos.

Para encerrar esse tema que é bem extenso, eu gostaria muito de passar algumas informações para que a comunidade LGBTQIA+ de Volta Redonda e da região Sul Fluminense tenha uma certa assistência. Aqui em Volta Redonda existe o Centro de Cidadania LGBT Médio Paraíba, que fica na Rua Antônio

Barreiros nº 232, bairro Nossa Senhora das Graças, telefone: 3339 – 2288. E também tem um Centro de Cidadania LGBTQIA+ em Quatis, na Rua Faustino Pinheiro, nº 205, no Centro, com o telefone 998294847. As pessoas da comunidade LGBTQIA+ podem procurar esses centros de cidadania, seja para fazer a requalificação civil, seja para atendimentos como LGBTQI fobia, entre outros. Inclusive em casos de LGBTQI fobia a gente pode denunciar por meio do disque: 0800-0234567, que é o disque Cidadania e Direitos Humanos. E também você pode mandar um e-mail para o disquecidadania.dhrj@gmail.com.

SEGUNDO APARTE

Daniele Ribeiro do Val Oliveira Lima

A gente percebe os pontos de encontro entre as exposições da professora Maria Cecília e a Dra. Elen, e eu acho que um ponto que se pode destacar é que o debate jurídico acompanha o debate social e ele inscreve na pauta dos reconhecimentos do direito, essa mudança que está aí expressa a partir da identidade social e civil da comunidade das pessoas trans. E nesse sentido, esse reconhecimento jurídico dos direitos humanos, vai ter intrínseca relação com a aprovação das leis que têm a ver com essa aprovação, a partir das manifestações dos fenômenos e das relações sociais, demonstrando esse constructo histórico do ordenamento jurídico.

O que vai ao encontro ao que a professora Maria Cecília traz sobre a historicidade do ser e a dinâmica da vida em sociedade, que transforma o sujeito e o sujeito transforma a sociedade. É muito importante se destacar isso, até porque, quando a gente pensa a sigla LGBTQIA+, como se falou da questão da representatividade, ela vai inclusive expressar essa simbiose que me referi no início, que nós sujeitos somos constituídos pela dimensão do sexo, do gênero e da sexualidade. É uma tentativa, realmente, de trazer esse conhecimento dos grupos identitários e colocar isso em pauta para a defesa de direitos. São contribuições fundamentais para o debate. Eu gostaria de saber se a professora Maria Cecília, assim como a Dra Elen gostariam de tecer algum comentário, alguma consideração, podia-se abrir aqui um pouco para uma conversa, uma troca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria Cecília Fontainha de Almeida Gama

Gostaria de colocar, primeiramente, que fico muito feliz de saber que já se consegue falar, com tamanha naturalidade, sobre um assunto, que até pouco tempo atrás as pessoas pensavam, mas não ousavam falar, pois era um tabu. Quando se quebra tabus, na realidade está se engrandecendo o ser humano; está se fazendo com que ele enxergue o outro. Aí você está trabalhando uma coisa que se chama: empatia, e que é fundamental e que sem ela não se consegue sobreviver em sociedade.

Eu vou trazer para você aqui apenas o sentido da palavra compreensão. Compreender ultrapassa um pouco essa parte empática. Porque é aquela velha história: você não precisa gostar de mim, mas precisa me respeitar. Então há essa necessidade da compreensão, vista por um ponto de vista existencialista, que é o ponto de Jean Paul Sartre. Ele disse que a compreensão busca atingir o sentido dos atos humanos em seu projeto fundamental. Já no século XX, essa compreensão do agir do humano, que a gente sabe que Simone de Beauvoir, a mulher de Sartre, foi uma das primeiras grandes debatedoras desse assunto, inclusive chegando ao binarismo, ela chega no seu livro “O Segundo Sexo” a falar a respeito disso. Mas esse agir humano não pode nunca ser separado das intenções que animam tais ações. Que intenções estão atrás dessas ações? Interpretar as condutas humanas, para Sartre, é também resgatar a temporalidade e a historicidade da própria sociabilidade. Ou seja, aquela sociedade em que vivemos, será que ela consegue resgatar isso? Será que ela consegue compreender os seres humanos que estão ali e que a produzem? Porque na realidade o ser humano é que vai transformar a sociedade e não a sociedade que vai transformar o ser humano. O ser humano é que vai fazer com que a sociedade se transforme, cresça e faça um novo mundo, um novo amanhecer. Que esse novo amanhecer seja a felicidade de todos. Porque eu acho que é tudo isso que se busca. O ser humano busca a felicidade, então que sejamos todos felizes, cada um com o direito de ser aquilo que é, não aquilo que os outros querem que ele seja. É isso que eu tenho a dizer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elen Gonçalves do Vale Monteiro

Com certeza. E a gente, eu digo a gente porque eu me incluo nessa sopa de letrinhas a legenda LGBTQIA+, não ganhou nenhum direito, não veio nenhum direito de bandeja para a população LGBT. Teve muita luta para ser conquistado cada direito e ainda estamos nesse caminho. O caminho é árduo, mas não podemos parar de caminhar, de lutar e seguir lutando por direitos e respeito. A sociedade evolui com o ser humano, assim muito bem explanado aqui, mas a gente sabe que a evolução do direito é um processo burocrático, lento, político. Precisa-se estar em constante mutação, constante evolução, e debate, diálogos e podcasts como este, que são muito importantes para a transformação da sociedade, para entendimento das pessoas, que muitas das vezes não têm esse entendimento, seja por qualquer motivo, seja por talvez ignorância, seja por preconceito, seja por inflexibilidade de talvez mudar um pouco sua opinião, sua cabeça em relação a isso.

O que eu tenho a dizer é que a gente precisa seguir lutando porque quando a gente conquistar todos os nossos direitos aí realmente se pode alcançar, se consegue alcançar uma sociedade igual. Igual que eu digo no sentido de equidade, porque somos também diferentes. Todos são iguais perante a lei, mas todos nós também somos seres diferentes e precisamos também respeitar essa diferença e ter direitos diferentes para os diferentes. Precisamos estar sempre nessa luta, nesse caminho e que seja cada vez mais visível, que tenhamos cada vez mais visibilidade para que injustiças não aconteçam. Que cada ser humano consiga alcançar a sua felicidade plena. Então, para que isso aconteça a gente precisa do respeito de toda a sociedade.

E também eu vou deixar disponível as minhas redes sociais: @elenmonteirobm

É só entrar em contato comigo que a gente continua esse bate papo. Quero mais uma vez agradecer e desejar sorte e sucesso a todos, todas e a todes. Muito obrigada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Daniele Ribeiro do Val Oliveira Lima

Gostaria mais uma vez de agradecer a professora mestre Maria Cecilia Gama e a Dra. Elen Gonçalves Monteiro. Eu como professora doutora desta casa, o UniFOA, fico muito feliz em poder participar de atividades como essa, de debates como esse, tentando pelo diálogo, que é interdisciplinar trabalhar nessa perspectiva de, efetivamente, lutar para a garantia dos direitos humanos para todos. E quando se pensa, inclusive, mais uma vez falando dessa nomenclatura LGBTQIA+, mais do que uma nomenclatura, essa sigla, que expressa um conteúdo político de luta pelos direitos humanos. E quando se pensa também nesse reconhecimento jurídico, que foi sendo conquistado, a partir da pauta trazida pelos movimentos sociais e pela comunidade LGBTQIA+, isso promove a cidadania, isso promove a dignidade e pretende frear os dispositivos legais e simbólicos que segregavam e historicamente classificavam de forma estigmatizada àqueles que não se colocassem nessas caixinhas sociais e sexuais já pré determinadas.

Eu queria dizer que este podcast é o primeiro de uma trilogia e a nossa contribuição com esse podcast tem uma direção clara, que é a defesa dos direitos humanos. Que essa defesa deve ser efetivamente para todos, todas e todes, isto é, já fica aqui a dica do tema para o nosso próximo podcast. Muito obrigada.

2 A LINGUAGEM EXPRESSA CULTURA: A VISÃO DA GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA SOBRE A DIVERSIDADE DE GÊNERO

Olá aos ouvintes do segundo podcast sobre a diversidade de gênero em pauta. Um debate vinculado à ação do sexto Debate Étnico Racial e a Cidadania sob a Ótica do Cinema, promovido pelo Escritório da Cidadania do UniFOA. Eu sou Daniele do Val, assistente social e professora doutora desta IES. Nossa conversa de hoje objetiva ponderar sobre a temática: a linguagem expressa cultura – a visão da gramática da língua portuguesa sobre a diversidade de gênero.

2.1 A linguagem como ato político e de resistência

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Um dos pontos que precisamos refletir é sobre a comunicação como expressão da cultura e a linguagem como ato político em defesa da representatividade.

Para além do debate sobre linguagem inclusiva não sexista, que questiona a generalização pela preponderância do masculino, a linguagem neutra busca afirmar o não binarismo. Essas reflexões nos mostram a linguagem como ato político e destacam a importância da afirmação e do respeito às diferenças, pela comunicação.

E mais uma vez estamos na companhia da professora convidada e institucional, mestre Maria Cecilia Gama, filósofa, professora de língua portuguesa e literatura e pós graduada em língua portuguesa e linguística. Ela nos fornecerá informações, esclarecimentos, e nos provocará reflexões sobre um tema que nos parece recente na sua publicização, mas que há algum tempo está presente na militância LGBTQIA+: a linguagem neutra. E em relação à norma culta? O que é a norma culta? O que são variações linguísticas ou o que seria diversidade linguística? Qual a importância da compreensão da linguagem como ato político, de resistência e representatividade?

A linguagem é uma forma de comunicação e expressa os fenômenos socio culturais e históricos de uma determinada sociedade. Como norma culta rege um idioma, segue padrões gramaticais, promove uma maior formalidade e um alinhamento nas formas de interação comunicativa. Já a diversidade linguística expressa o dinamismo da vida social, é linguagem viva. Como exemplo temos o regionalismo, as gírias, as idiossincrasias, isto é, aquilo que dá contorno às características comportamentais de um grupo.

Quanto ao gênero, o padrão formativo da língua portuguesa nos direciona ao uso do pronome feminino, representado pela letra “a”, e do pronome masculino representado pela letra “o”. Não temos na língua portuguesa o pronome neutro. Entretanto, no cenário dos debates sobre a identidade de gênero emerge a defesa da não classificação marcada pelo pronome feminino ou masculino. A linguagem neutra visa flexionar pronomes ou adjetivos, para que não se reitere o binarismo e seu uso abrangente, assim, o conjunto de pessoas e suas identidades. O uso do pronome “e” é a tentativa da inclusão do gênero não binário na língua portuguesa, inclusive um questionamento da generalização preponderância do masculino. Mas isso é correto? Nosso cumprimento matinal a exemplo ficaria: bom dia a todes, pois assim, pretensamente, falaríamos um só “bom dia” e nos referiríamos a um conjunto de pessoas. Neste cenário nasce a proposta de um novo pronome de gênero: o ile. Não é amigo ou amiga, mas amigue. Nem menino ou menina, mas menine. Contudo, da mesma forma que os grupos não binários não desejam sua classificação por gênero feminino ou masculino, por não se reconhecerem em nenhuma, as pessoas cis e mesmo as pessoas trans podem expressar seu desejo em serem reconhecidas por gênero. Bom dia a todos, bom dia a todas, bom dia a todes. Desta forma, estaremos respeitando e nos referenciando aos três grupos identitários, logo, o debate está posto: linguagem neutra para todos os grupos ou para os não binários? Desta forma, se o reconhecimento e o não reconhecimento pelo gênero passa pelo campo do desejo, respeitemos, no o campo da diversidade linguística a linguagem neutra. E a norma culta?

Como fica esse debate?

Com a palavra a professora mestre Maria Cecilia Gama

2.2 Norma culta da língua portuguesa e a diversidade linguística e suas consequências

Maria Cecília Fontainha de Almeida Gama

Vamos começar falando sobre a diversidade linguística e suas consequências.

Todo ato de linguagem carrega em si uma intencionalidade, está inserido em determinada situação e é portador de um propósito de mundo. A história da linguagem acompanha a história humana no planeta. Desde que descobriu a comunicação por meio da voz e de símbolos, o ser humano passou a inventar, reinventar e renovar línguas a todo o momento, em uma atualização constante e ininterrupta.

Como a língua está em constante mudança, diferentes formas de linguagem que hoje não são consideradas pela norma – padrão, com o tempo, podem vir a se legitimar. Por fim, a norma culta é o que resulta da prática da língua em um meio social considerado culto e considerada a variedade linguística de maior prestígio, sendo utilizada em documentos oficiais, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, documentos jurídicos entre outros.

O uso dessas regras varia de acordo com as situações e condições de vida de cada um. Em muitos casos, é na escola que ocorre o único contato das crianças com a gramática normativa e com a norma – padrão.

Saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente.

É necessária uma adequação da formalização do texto com uma determinada intenção, abrangendo três níveis: um saber-fazer em torno de composição de textos (um sistema de coesão e de coerência interna e externa); um saber-fazer em termos de construção gramatical (construções ativas e passivas, e uso de conectores e demais categorias gramaticais); um saber-fazer relativo ao uso adequado dos vocábulos (adequação ao léxico). Toda competência é o resultado de uma sábia mescla do saber-fazer prático com o conhecimento de uma área.

Vamos explicar um pouco mais isso, por meios de alguns pressupostos conceituais de Língua e Linguagem, O primeiro deles: “A norma é culta, mas não é morta.”

A linguagem é a capacidade que os seres humanos têm para produzir, desenvolver e compreender a língua e outras manifestações, como a pintura, a música e a dança. É um sistema de comunicação, o qual pode se estabelecer de diversas formas. A linguagem falada, consubstancializada por meio do discurso, é a principal forma de manifestação de linguagem presente nas sociedades. Quando um grupo atribui valor convencional a um determinado sinal, emerge desse contexto uma linguagem, tornando possível a comunicação de seus sentimentos e experiências por meio de uma língua em comum.

A língua, por sua vez, é o sistema adotado por comunidades de fala que viabiliza a efetivação do processo de linguagem entre os falantes. É um conjunto organizado de elementos (sons e gestos) que possibilitam a comunicação. Ela surge em sociedade, e todos os grupos humanos desenvolvem sistemas com esse fim. As línguas podem se manifestar de forma oral ou gestual, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), entre outras.

Vamos agora ao nosso primeiro linguista. Evanildo Bechara nos diz que a linguagem “é sempre um estar no mundo com os outros, não como um indivíduo particular, mas como parte do todo social, de uma comunidade”. Assim, várias línguas podem coexistir dentro de uma linguagem, evidenciando a diversidade presente em um mesmo grupo de falantes. Dessa maneira, o autor defende que a língua é viva e está em constante mudança, e que aquela que compreende apenas um ou poucos estilos seria uma língua morta. Os estudos gramaticais e normatizadores da língua devem seguir tais variações e/ou alterações, mas não podem se limitar a modelos prontos e engessados. Não se pode perder de vista que a descrição da língua num momento do seu desenvolvimento é uma parte da história dessa língua. Uma língua viva nunca está plenamente feita, mas se faz continuamente graças à atividade linguística.

Mais dois linguistas para nos acompanhar nesta jornada aqui hoje. Marcos Bagno e Xoán Lagares. Eles destacam a importância de enxergar a linguagem enquanto um fenômeno, sendo necessário considerar suas dimensões estruturais, sistêmicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas. Para os autores,

as variações linguísticas são mais relevantes para compreender a realidade dos indivíduos do que a língua enquanto instituição, já que esta é forjada histórica e culturalmente com a finalidade de atender a uma determinada relação de poder. Ainda acrescentam que a gramática e o dicionário não contêm toda a língua, mas somente uma parte pequena do rico universo de possibilidades de expressão que é uma língua viva em sua totalidade de usos.

Desse modo, qualquer forma de padronização – incluindo da língua – implica exclusão, por colocar na margem quem diverge, nesse caso, linguisticamente, da norma. Fato é que há, no português brasileiro, inúmeras variações linguísticas que emergem de suas comunidades de fala. Fala-se no norte, diferentemente do sul, do nordeste, do centro-oeste e do leste brasileiro.

O português, assim como o espanhol e outros idiomas provenientes do latim, possui fortes marcadores de gênero. Isso quer dizer que mudamos a forma como escrevemos ou falamos algumas palavras do nosso idioma, de acordo com o gênero em questão. Isso acontece com os substantivos, adjetivos, artigos e pronomes: falamos meninas e meninos, bonitas e bonitos, eles e elas, e por aí vai.

Assim, temos palavras consideradas masculinas e femininas, porém quando queremos falar de forma genérica ou no plural, é o gênero masculino, que se considera o correto para representar o todo.

Esta é uma regra – a marcação de gênero e o masculino generalizante –, que foi determinada nos anos 60, por outro linguista, Mattoso Câmara. Percebe-se, no entanto, o quanto a linguística formal brasileira está defasada no que diz respeito ao estudo e descrição da marcação de gênero: em 1960 – o trabalho experimental em linguística não era tão difundido como hoje e, principalmente, o debate sobre linguagem inclusiva, se existia, não tinha essa visibilidade toda.

A forma como falamos, escrevemos e nos comunicamos reproduz nossos valores e crenças. Então, muitos dos estereótipos que conhecemos são validados e perpetuados de forma quase inconsciente. Embora a língua em si não seja sexista, nossa realidade é, logo a forma como nos expressamos reproduz essas desigualdades.

É possível mudar o português? Temos, no léxico português brasileiro, desinências nominais que indicam a flexão de gênero (masculino/feminino). O termo “masculino genérico” é empregado para referir-se a situações generalizantes ou coletivas, para representar o gênero humano como um todo, incluindo homens e/ou mulheres. Em face dos ataques às linguagens inclusivas e/ou neutras, a proposta da linguagem inclusiva se torna mais necessária e abrangente.

Mas a questão é: não se quer acabar com a língua portuguesa, não se quer acabar com a norma culta, não se quer acabar com a gramática, muito menos com o seu ensino, porque todo mundo precisa da norma culta, isso está instituído. Você vai precisar disso para fazer ENEM/ENADE, concursos, TCC,s, dissertações, teses, e até para procurar trabalho.

O que se quer e o que se está fazendo com essas demandas de linguagem inclusiva, é acrescentar recursos à comunidade linguística, que vai dizer: ‘Olha, eu reconheço você como a pessoa que você é, eu respeito a sua identidade’.

O uso do masculino genérico, hoje, tem poder de excluir e tornar invisível determinados grupos. Nesse contexto, surge a necessidade de usar uma Linguagem Inclusiva, que respeite a identidade – e a não-identidade – dos falantes, que não se sentem representados pelo sistema linguístico padrão. Tal variante surge para acrescentar novos recursos à comunidade linguística, em vez de anulá-la.

O que se quer fazer é um processo de reconhecimento. Algumas estratégias da linguagem inclusiva são o emprego de pronomes neutros e os acréscimos de morfemas e neomorfemas e grafemas, tal como a desinência “e” na palavra “todes”. No entanto, essas modalidades enfrentam bastante resistência das camadas ultraconservadoras da sociedade.

A linguagem abraça a diversidade, e a linguagem inclusiva é perfeitamente viável em dados contextos, sem prejuízos à norma padrão da língua.

Existe uma norma padrão consolidada na gramática prescritiva, a ser empregada nas situações que a exigem, norteadas pelos compêndios gramaticais. Contudo, o modelo da língua não deve ser classificado como superior e/ou exclusivo em todas as formas de comunicação presentes na coletividade.

Algumas variantes da língua se fazem presentes, de acordo com seus grupos falantes e as circunstâncias que envolvem a atividade comunicativa.

Agora, atenção!

Não faz nenhuma diferença mudar a vogal temática de substantivos e adjetivos para ser “neutre”.

Em português, a vogal temática, na maioria das vezes, não define gênero. Gênero é definido pelo artigo que acompanha a palavra. O motorista – termina em “a” e não é feminino; O poeta, mesma coisa. Boa parte dos adjetivos da língua portuguesa podem ser tanto masculinos quanto femininos, independentemente da letra final: feliz, triste, alerta, inteligente, livre, doente, emocionante, etc.

Terminar uma palavra com E não faz com que ela seja neutra. A alface, termina em E é feminina / O elefante, termina em E é masculino.

Como gênero em português é determinado muito mais pelos artigos do que pelas vogais temáticas, uma língua neutra precisa da criação de um artigo neutro. Gênero é socialmente construído. Existem vários: linguístico, literário, musical, etc... Mudar o gênero da palavra não faz diferença nenhuma, isso não torna o mundo mais acolhedor. É preciso ação e atitude!

Vamos lá então!

Gênero é fluído, existem tantos gêneros quantas pessoas! Para se chegar à verdadeira liberdade e que não haja uma sociedade que continue gerando violência, tem-se que modificar, pela linguagem, toda compreensão que o homem tem de si mesmo. Quando falamos sexo feminino ou sexo masculino estamos dentro de uma prisão linguística de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nula.

Qual o papel da linguagem na ideologia de gênero?

Vamos nos orientar pela compreensão da linguagem como ação social em Bauman; pelos conceitos de “ideologia de linguagem” em Briggs; pelo “conflito discursivo” em Woolard e de “ataque metapragmático” em Briggs e Jacquemet e pela apreensão dos processos de construção de identidades em

suas relações com as disputas de poder e controle na interação e no mundo social de Signorini e Moita Lopes.

Nesses espaços-tempos, as hegemonias de gênero/sexualidade e as hegemonias linguísticas aparecem interligadas, atendendo aos propósitos de (des)credibilização de argumentos, (não) preservação da face e (re)orientação das interações. Isso ocorre sobretudo nas tentativas de normatização do uso da língua(gem), que invocam um modelo cultural escolarizado e estabelecem relação entre esse modelo e a capacidade dos sujeitos de compreensão das questões em discussão, sobre gênero e sexualidade.

Por que é importante compreender a relação entre linguagem e ideologia?

A língua é a realidade material da criação ideológica. E essa linguagem só existe no processo de interação social, que por sua vez é determinado pelo conjunto das relações sociais. É justamente na palavra, usada para a expressão interna e externa dos homens, que age a ideologia e onde se forja a consciência.

Essa é a razão principal pela qual acreditamos ser praticamente impossível falar de ideologia sem falar de linguagem, e principalmente, sem falar da palavra, que é o material da interação verbal dos indivíduos. Porém, a palavra enunciada é o material essencial para a compreensão da veiculação da ideologia numa sociedade, palavra é signo comum a toda e qualquer área da produção humana, e mais do que isso, é o material por meio do qual se formam as consciências individuais.

É nesse sentido que chegamos à primeira conclusão de que uma vez que todos os discursos refletem e refratam as estruturas sociais, é possível construir nexos entre qualquer atividade discursiva, para se compreender os mecanismos sociais de dominação de uma classe sobre a outra.

Se é necessário respeitar as diferenças dos discursos, é também imprescindível saber relacioná-los num contexto maior, contrapondo-os uns aos outros, e tentando desvendar nas semelhanças à quais estruturas sociais os discursos servem.

Linguagem inclusiva e linguagem neutra – qual a diferença?

Primeiro ponto a ser elucidado: não existe Linguagem Neutra, uma vez que a Linguagem não produz/reproduz neutralidades; ela é sempre uma tomada de posição e está relacionada à disputa de poder e de narrativa.

Nosso foco deve ser a Linguagem Inclusiva – que abarca diferentes modos de linguagens, que buscam a inclusão de populações sub representadas – e, nesse momento, a Linguagem Inclusiva de gênero.

No contexto social atual brasileiro, em relação a Linguagem Inclusiva de Gênero, corriqueiramente chamada de “Linguagem Neutra” ou que teria um pressuposto ideológico de neutralidade, lembramos, que quando discutimos constructos sociais, e estes são amparados pela língua e pela linguagem, não existe neutralidade.

A intenção sobre a própria discussão do tema nos convoca a uma não neutralidade. O tema saiu do desconhecimento e agora está em posição de destaque no debate político, ético, estético e social, conseqüentemente alterando nossa percepção epistemológica, além de mobilizar pessoas e discursos.

Ao entendermos que a Educação é – por excelência – a arena na qual se efetiva a disputa em torno do Corpo, do Sexo e da Sexualidade, do Gênero e da Linguagem, percebemos o caráter emergencial das demandas por instrumentalizar profissionais para lidar com as referidas questões.

Você provavelmente já deve ter se deparado com algumas palavras escritas de forma curiosa, como “amigxs” ou “tod@s”. Talvez você também já tenha escutado alguém dizer “todes” ou “iles” em uma frase quando se referia a um grupo diverso de pessoas. Essas novas formas de expressão estão relacionadas a movimentos que buscam transformar nossa comunicação, para que seja mais tolerante e inclusiva.

Apesar de ser um processo gradual e orgânico, de acordo com costumes e neologismos de cada época, uma inovação na língua portuguesa tem gerado controvérsias no mundo acadêmico e em debates na internet: o “gênero neutro”, proposta que prega a adição de sentido não-binário a palavras que sejam marcadas pela dicotomia masculino/feminino, aí sim, corretamente, substituindo os artigos A e O, que definem gênero na nossa língua. A mudança é defendida por grupos identitários, principalmente em prol da visibilidade de pessoas trans não-binárias, com o objetivo de garantir maior inclusão.

Para contornar as características excludentes, novas formas de uso de gênero neutro para o português foram criadas. O Manual para o Uso da Linguagem Neutra em Língua Portuguesa, foi elaborado por Gioni Caê, estudante de Letras Português-Inglês da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), ele identifica quatro sistemas usados na linguagem neutra: Elu, Ile, Ilu e El. Daí surgiu o manual”, Gioni, que se identifica como pessoa não-binária e atende por pronomes masculinos.

A comunicação inclusiva e o padrão da língua portuguesa.

A inclusão é um movimento contrário à exclusão. Ela abrange, por essência, aspectos de ordens diversas. O verbo “incluir” pressupõe uma ação ou um processo de mudança. Tal atitude, articulada ao desenvolvimento de noções de justiça, respeito e igualdade, volta-se para tornar os comportamentos e práticas de uma determinada conjuntura adequados para todas as pessoas independentemente de sexualidade, etnia, gênero e/ou deficiência, que elas possam apresentar, sendo proporcionado, a essas pessoas, as mesmas oportunidades para o gozo dos seus direitos.

No entanto, há outra dimensão excepcionalmente relevante acerca da inclusão. Seus pressupostos não se voltam, apenas, para a incorporação de grupos minoritários à sociedade, mas também se preocupam com a valorização da pessoa a ser incluída: “[...] para se sentir altamente incluída, uma pessoa não só diz que é tratada com justiça e respeito, mas que seu valor único é conhecido e apreciado, e que ela pertence ao grupo”. Ou seja, não se trata apenas de garantir o acesso, mas também a permanência do sujeito em dado contexto, priorizando o desenvolvimento da sensação de pertencimento.

A necessidade de pertencer ou necessidade de pertencimento foi definida pelo psicólogo americano Abraham Maslow. Ele acreditava que as pessoas são seres sociais que têm uma necessidade de pertencerem a um grupo, amarem aos outros, e serem amados.

É fato que o ser humano é indivíduo, sujeito único, mas também é grupo, pois não subsiste isolado. A vida humana é uma procura contínua por agregar e acomodar de maneira confortável e produtiva essas duas forças psíquicas num uno, isto é, o chamado do singular (independência, “não pertencimento”) e o chamado do plural (dependência, “pertencimento”). Ao mesmo tempo em que

há necessidade de se construir uma identidade genuína, faz falta a consciência de uma identidade coletiva sempre em progresso.

A demanda por uma linguagem inclusiva vem a reboque desse questionamento social do binarismo de gênero. E o problema não é só o binarismo de gênero, mas tudo aquilo que acarreta: ou seja, se você não se identifica solidamente dentro dele, você deixa de ser humano.

Quando se fala de linguagem neutra não se está dizendo que é uma linguagem que não tende para lado nenhum. Não é neutralidade ideológica, muito pelo contrário, questiona binarismos de gênero e tudo aquilo que vem com eles.

A principal forma de proporcionar essa linguagem inclusiva, de modo a integrar as variantes desenvolvidas e/ou apropriadas pelas minorias, é por meio da educação.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Um dos aspectos apresentados contra a adoção de linguagens inclusivas busca recriar uma suposta pureza do português, notadamente do português brasileiro, criando a impressão de que este é estável e imutável. Há buscas por similaridades com o latim clássico para justificar a solidez da língua e da linguagem, porém, contrariamente ao que muitos pensam, o português origina-se do galego, derivação do latim vulgar praticado pela população menos favorecida e quase que inteiramente analfabeta do Império Romano, e não do latim clássico falado somente entre os letrados.

Os povos originários preexistentes em solo brasileiro à época da invasão portuguesa sofreram um processo de solapamento de seus idiomas, por meio de medidas etnocidas. Assim, sob práticas e discursos colonialistas, consolidou-se a soberania da língua portuguesa em detrimento de outras línguas praticadas no Brasil, incluindo aquelas empregadas por pessoas trazidas do continente africano, para serem escravizadas no Brasil Colônia, as quais tiveram apenas algumas de suas palavras incorporadas ao português brasileiro que falamos hoje. O fato de não falarmos, hoje, totalmente em galego, tupi ou

iorubá é a prova de que a língua não é um sistema pronto e heterogêneo, sendo impossível e contraditório qualquer movimento que tente preservá-la das alterações históricas/temporais/espaciais, conferindo a ela um sentido estanque.

No que tange à idealização equivocada de um único modelo correto de falar, discorreremos sobre linguagem inclusiva e a gramática de gênero, destacando o valor relativo que os elementos linguísticos semanticamente apresentam, e que tais variações manifestam-se nos grupos, cabendo à ciência o papel de compreendê-las e explicá-las.

Concluiu-se, portanto, que o elemento “invisível” de dominação só se torna passível de análise por meio da linguagem. Uma vez que a linguagem nasce das interações sociais, e ela forma as consciências individuais, a identificação dos grupos sociais na sociedade de classes passa necessariamente pelo curso dos indivíduos.

Mais do que acreditar e por acreditar, que a linguagem é o principal mecanismo de dominação social, creio que é por meio da linguagem que vai se tornar possível qualquer revolução no mundo em que vivemos.

Trago como conclusão que a empatia é essencial para comunicar-se de forma inclusiva. Ter empatia é desenvolver a capacidade psicológica para sentir, aproximadamente, o que sentiria uma outra pessoa, caso estivesse na mesma situação vivenciada por ela, procurando experimentar de forma objetiva e racional o que sente outro indivíduo.

Perguntar às pessoas como querem que se dirijam a elas e com qual pronomes se sentem mais identificadas. Não utilizar adjetivos ou palavras que classifiquem os indivíduos com base em seu gênero ou que transmitam convenções sociais estereotipadas. Não utilizar expressões consideradas preconceituosas, racistas ou capacitistas (subestimação da capacidade e aptidão de pessoas em virtude de suas deficiências). Podemos experimentar o profundo prazer de contribuir para o bem-estar uns dos outros.

Nesse contexto de linguagem, podemos exercitar nossa empatia, principalmente, com pessoas que estão dentro do espectro não-binário, gênero não-conforme e trans, já que essas pessoas têm constantemente sua leitura social achatada pela cis-heteropatriarquia, pelo binarismo social e pela própria língua portuguesa.

Para começar a se acostumar com essas aparentemente “novas” possibilidades de existência, é preciso muito treino e “tentativa-e-erro”. Não será do dia para noite que todos os condicionamentos já absorvidos vão ceder espaço para o uso desta maneira nova de escrever, falar e perceber o mundo a nossa volta. Mas quanto mais pessoas estiverem dispostas a praticar, essa mudança pode acontecer gradualmente.

A importância da inclusão de Gênero na Linguagem se justifica pelo fato de que esta encontra-se intimamente ligada à política e ao poder.

Podemos fazer uma ligação com o conceito de poder normalizante – ou normatizante –, um tipo de poder “invisível” segundo Nale e a Linguagem faz parte disto, pois exerce controle sobre como as pessoas pensam e se sentem sobre o mundo, sem que muitas delas percebam tal manipulação, fato que a neurociência já pôde confirmar.

Palavras são determinantes de memória, produção de presente e possibilidade de futuro.

Assim, a ausência de certas palavras para nomear certas coisas, situações e pessoas, ou a preferência por falar de uma maneira e não de outra, é capaz de direcionar sentimentos positivos ou negativos a certos grupos sociais.

Já parou para pensar como seria para você, que é cisgênero (o termo cisgênero, se refere à identidade de gênero (homem ou mulher), e o termo hétero, se refere à orientação sexual(hetero, homo). Dessa forma, uma pessoa pode ser cisgênero (homem ou mulher), e ter uma orientação homossexual, ou seja, um processo não anula o outro) ter uma leitura incorreta de quem você é? Como seria ter seu pronome de gênero e identidade confundidos em cada interação com as pessoas? Refletir sobre essas situações é um ótimo exercício empático, para pensar como seria para uma pessoa existir para além do homem/masculino e mulher/feminina, em um lugar onde o binarismo não faz sentido.

Desta forma, como fica o pronome de gênero neutro? Se não é nem “ele” e nem “ela”, é o quê? Nós temos a resposta é “ILE”. I-L-E. E quando se fala “DILE”, usado para qualquer pessoa cujo Pronome de Preferência (ou PGP, na sigla em inglês) é “ILE”, não se sabe quem é. ILE é escritor ou escritora? ILE é professor ou professora? Não sabemos. Só cabe a cada ILE dizer por si. E se seus olhos e seus ouvidos estão estranhando os “ILES” e “DILES”, os “x” e “es”,

isso já faz parte de uma mudança. Sair do lugar conhecido, a famigerada zona de conforto, exige um esforço, um empenho e uma escuta. Você topa?

PRIMEIRO APARTE

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

A professora Cecilia nos traz várias ponderações importantes para compreendermos o debate. Eu vou destacar algumas e se a professora desejar, pode desenvolver um pouquinho mais.

O primeiro ponto que podemos aqui refletir é justamente sobre essa diferença entre linguagem inclusiva de gênero e a pretensa linguagem neutra. Um dos aspectos que me fez aqui pensar e que eu gostaria de compartilhar é que quando a gente fala nessa perspectiva da linguagem inclusiva, efetivamente, pode-se reconhecer a diversidade, e reconhecer a necessidade de ampliarmos o nosso olhar para as diferentes identidades de gênero, que estão aí colocadas nas relações sociais.

Por outro lado, quando a gente fala da linguagem neutra, parece que há ali uma tentativa, talvez não intencional, mas uma tentativa que vai homogeneizar a própria falta do debate sobre a diversidade de gênero, a partir do momento em que o neutro não vai identificar a diversidade. Porque o neutro vai estar colocando todos ali no mesmo grupo. Foi uma reflexão que eu fiz, a partir do desenvolvimento das reflexões da professora Cecilia. Não sei se é isso. Se teria mais alguma coisa com a qual pudesse aqui contribuir.

Um outro ponto que fiquei aqui pensando é que essa mudança na perspectiva de gênero, no debate sobre as relações de gênero, vai abarcar as múltiplas expressões identitárias. E aí eu lembro do próprio debate sobre o feminismo. A professora Cecilia traz uma data, a década de 60, como uma data que marca a generalização da língua portuguesa para a preponderância do masculino. E olha que interessante. Porque é também nesse cenário dos anos 60 que a gente tem a afirmação do feminismo e toda uma iniciativa de se pensar a afirmação do gênero feminino na própria língua. Não é à toa que, algumas décadas depois, a gente começa a falar: bom dia a todos e bom dia a todas. Por quê? Porque é esse avanço do feminismo, do debate em prol dos direitos das mulheres, que

visa, justamente, compreender e desconstruir aqueles padrões normativos de comportamento e, que inclusive, imputavam homens e mulheres àqueles lugares sociais onde eles poderiam circular. Quando a se começa a falar ou a destacar o gênero feminino, pela linguagem, falada ou escrita, tem-se aqui o avanço e a consolidação dos direitos das mulheres.

Podemos fazer essa mesma analogia ao pensarmos o direito da população LGBTQIA+, quando se pensa hoje a incorporação de novas formas de comunicação, a partir do debate sobre a linguagem inclusiva. Esse é outro ponto importante que se consegue destacar: sistematizar a partir da fala que tivemos da professora Maria Cecília e da proposta do nosso encontro.

E aí, por fim, falar da língua nessa perspectiva da norma culta. Ela não nos possibilita abarcar, não só a diversidade de gênero, como também o multiculturalismo na formação socio histórica brasileira.

Então a professora, de uma forma muito importante, mostra que o nosso próprio passado escravocrata, que traz, não só as populações afrodescendentes, mas migrantes de outros países europeus, os asiáticos – a gente tem aqui uma população japonesa presente na história da formação socio histórica brasileira –, e a língua não trazem essa possibilidade de você abarcar o conjunto das expressões culturais e sociais de cada povo que aqui nos formou, mas ao contrário, a linguagem vai poder contribuir, justamente, para essa ressignificação dos padrões das relações sociais. A linguagem – ela é viva, expressa o dinamismo da vida social – é a linguagem que vai nos possibilitar, efetivamente, trazer para o debate, trazer para o respeito, essa discussão sobre a diversidade de gênero e também sobre o multiculturalismo.

De uma forma muito breve tentei trazer aqui apenas alguns dos pontos que nós podemos sistematizar para a nossa reflexão iniciar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria Cecília Fontainha de Almeida Gama

Vamos começar pela língua. Os povos têm as suas línguas, que são as suas formas de manifestação, oral e escrita, dentro de suas comunidades. Mas, a linguagem não é língua. A língua, embora seja viva, embora existam

neologismos, novas palavras, etc... e tal, ela é um pouco estanque. Porque a norma culta tem regras, tem normas a serem seguidas e elas são necessárias para um determinado segmento que se tem dentro da nossa vida. Você precisa da norma culta para o trabalho; você não pode mandar um artigo com erros de português, que você não vai ser aceito; você não pode passar num concurso se você não tem uma noção mínima da prescrição da língua. Isso é um fato. Mas a linguagem, a partir de um momento ela se transforma num meio da pessoa identificar-se, e com isso, estabelecer um pertencimento a um determinado grupo. Eu lembro muito da Angela Davis, justamente nessa década de 60/70, onde havia essa situação das mulheres, que começou lá atrás, no iníciozinho, e depois veio assim com Simone de Beauvoir tentando com o “Segundo Sexo” mostrar que ele existe; ou seja, o feminismo estava aí, mas Angela Davis dizia: “não adiante você apenas não ser racista, você tem que ser antirracista.” Não adianta você apenas botar um artigo e dizer que aquela linguagem ela é inclusiva, se você não acredita nessa inclusão, se você não aceita essa inclusão.

A linguagem vai servir como mais um elemento de luta. Mais um elemento para que se consiga fazer com que a sociedade enxergue o que está acontecendo ao seu redor. Somos todos seres humanos e todos temos o direito de respeito a aquilo que temos como identidade. E essa identidade ela é forjada naquilo que somos, e não naquilo que os outros querem que a se seja. Isso daí é fundamental. Então, realmente é por meio dessa linguagem inclusiva que se vai conseguir levantar mais uma bandeira. Não vai ser a última e não vai ser a única, mas é mais uma. Quanto mais pessoas estiverem absorvidas nisso, quanto mais pessoas estiverem aquele espanto que a gente tem na filosofia, aquilo que cai a ficha, “poxa, isso existe!” “Poxa, nós somos iguais, mas somos unos ao mesmo tempo que somos coletivos!” Vamos tentar fazer a diferença, fazendo o quê? Acolhendo, pertencendo, sendo empático e entendendo que o respeito é necessário. Você se sentiria mal se te chamassem de todes, se não é? Então, Isso tem que haver. Tem que haver uma aceitação de que a sociedade hoje é outra, não estamos nos anos 60, não estamos no século XX, estamos no século XXI, onde o amor, a empatia, o acolhimento com o outro está sendo altamente necessário, porque se está vendo justamente o contrário, o tempo todo. Você só vê pessoas se agredindo, você só vê manifestações de ódio, você só vê manifestações de apartamento e não de pertencimento.

O que nós pretendemos fazer aqui, não é Daniele, é chamar à atenção das pessoas. Lembre-se você é tão humano quanto o outro que você está reprimando. Então, em vez disso, vamos acolher a todos. Obrigada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Aí nós já deixamos aqui a dica para o nosso próximo podcast. A linguagem a depender da forma como ela é usada, ela é também uma expressão da violência. Como fica esse debate a partir desse cenário de diversidade de gênero? Como está e como se constituiu o movimento LGBTQIA+ ? Como pensarmos a transfobia? Ou seja, temos aí vários pontos para serem discutidos no nosso próximo encontro, aguardamos vocês. Um até breve!

3 PRECONCEITO LINGUÍSTICO, TRANSFOBIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

Olá pessoas! Aqui estamos em mais um podcast vinculado à sexta edição do Debate Étnico Racial e a Cidadania sob a Ótica do Cinema, promovido pelo Escritório da Cidadania do UniFOA, cujo tema Diversidade de gênero em pauta, hoje trata do preconceito linguístico, transfobia e suas consequências para a garantia dos direitos humanos. Sou Daniele do Val, assistente social e professora doutora desta IES. Mais uma vez temos a parceria da professora convidada, institucional, mestre Maria Cecilia Gama, que compartilhará ponderações importantes sobre linguagem como Pharmacon e evidenciará o preconceito linguístico no cenário das violências perpetradas contra as pessoas LGBTQIA+. E hoje também recebemos o estudante do Serviço Social do Unifoa, Conselheiro Tutelar, representante estudantil da executiva nacional do Serviço Social e militante da causa LGBTQIA+, Yuri Willon Cândido, para contribuir com reflexões que nos direcionem rumo ao compromisso com os direitos humanos no enfrentamento da transfobia.

3.1 Violência e violação dos direitos

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Não podemos hoje deixar de nos referenciar ao dia 17 de Maio, estabelecido como o dia internacional contra a homofobia, a transfobia e a bifobia. Essa data expressa o compromisso com a perspectiva da equidade, da diversidade e da tolerância. Um compromisso com o enfrentamento do preconceito e das violências. Dia 17 de Maio é uma data simbólica. Foi quando neste dia, no ano de 1990, a Organização Mundial de Saúde – OMS – retirou a homossexualidade do código internacional das doenças – o CID –. Homossexualidade não é doença a ser tratada, não existe cura gay, e ponto. E a luta LGBTQIA+ avança e conquista, em 2016, que a transexualidade também fosse retirada do CID, deixando assim de ser reconhecida como transtorno de imagem, passível de tratamento psiquiátrico. O cidadão LGBTQIA+ quer respeito e direitos, não tratamento e remédios.

Este é o momento oportuno para destacarmos os alarmantes dados da violência sofrida pelas pessoas LGBTQIA+. Atentem-se aos números: pelo 14º ano consecutivo, o Brasil aparece como líder entre os países com mais morte de pessoas trans e travestis, seguido por México e Estados Unidos, respectivamente. Esse dado é apresentado no dossiê “Assassinatos e violências contra travestis e transsexuais brasileiras” da ANTRA – Associação Nacional de Travestis e transsexuais. O dossiê indica ainda, que ocorreram, no de 2022, 131 mortes de pessoas trans, das quais 130 eram mulheres trans, isto é, pessoas que biologicamente podem ser identificadas como homens, mas cuja identidade de gênero é o feminino. Para falar um pouco mais sobre o perfil das vítimas é importante referenciar suas idades, que variam entre 15 e 40 anos, e na maioria dos casos, cerca de 75% são pessoas pretas.

Dados sistematizados pelo Grupo Gay da Bahia sinalizam aproximadamente 242 mortes no grupo LGBTQIA+. Mais de 100 mortes a mais que nos dados da ANTRA. Por que essa diferença? Porque para essa análise do Grupo Gay da Bahia, não são considerados apenas os dados oficiais ou governamentais, mas aqueles publicizados na mídia. A transfobia tem seu ápice nas mortes violentas, mas se expressa de outras formas também. Agressões verbais, físicas, discriminações em espaços públicos e ainda a experiência do suicídio figuram nessas estatísticas.

Sobre o suicídio, dados da ANTRA indicam o total de 20 pessoas que, diante da discriminação e do preconceito abriram mão de suas vidas. Como declarou um conselheiro de saúde no dia nacional da visibilidade trans : “ a transfobia adocece e mata.”

A violência está no nosso cotidiano, nas relações familiares, comunitárias, nas instituições. Por vezes questionada, outras vezes invisível, pois naturalizada e portanto não reconhecida. Mas o que é violência? É preciso considerar que a violência objetiva atingir a alma e não apenas os corpos. A violência direcionada a uma pessoa quer atingir o que ela representa, o que ela almeja, o que ela sonha, o que ela tem de significado de existência. Somos violentados em nossa subjetividade, em nossas identidades. Violentar é machucar, mas é promover também sofrimento, é constranger. É ato que na sua intencionalidade quer que deixamos ser quem somos, que não façamos o que desejamos fazer. A violência fere corpos, fere almas, fere memórias e fere sonhos. Esse é

um cenário desafiador para a consolidação dos direitos humanos. Por isso a homofobia e a transfobia precisavam ser reconhecidas como eixo estruturante de relações desiguais e preconceituosas. E assim, foram criminalizadas em 2019, quando o Supremo Tribunal as definiu como crime, condutas que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém.

A homofobia entendida como consequência de uma hierarquia existente entre sexualidade que normaliza um padrão hetero normativo e a transfobia, compreendida como comportamentos negativos direcionados às pessoas trans, que violariam as normas de gênero, por não corresponderem com seus corpos socializados aos padrões biologicista e aos papéis sexuais, passaram a ser crimes comparados ao racismo e enquadrados no artigo 20 da lei 7716, de 1989, que criminaliza o racismo. A pena para esses crimes pode ir de um a três anos de prisão, além da multa, e o crime é inafiançável e imprescritível.

Mais a criminalização da homofobia e da transfobia não freou a violência. A punição e a repressão podem até ser necessárias, mas não podem vir deslocadas de uma massiva problematização do fenômeno e do desenvolvimento de práticas pedagógicas que mudem mentalidade e comportamentos. Continuamos a ter sanções sociais, estigmatização dos grupos LGBTQIA+, moralização dos comportamentos e da sexualidade, satanização dos corpos trans. Portanto, o que podemos e devemos fazer para que liberdade, direitos humanos, cidadania e respeito à diversidade sejam imperativos de uma sociedade efetivamente humana. Por fim, uma inquietação: por que precisamos falar de humanização das relações humanas? Isso não vos parece contraditório? Será que é porque hoje tratamos e somos tratados como coisas, e nesse processo de coisificação perdemos nossa humanidade?

3.2 A linguagem como Pharmakon

Maria Cecilia Fontainha de Almeida Gama

Hoje vamos falar a respeito da linguagem como Pharmakon. Quem nos dá essa definição é Platão. Ele foi um filósofo e matemático do período clássico da Grécia Antiga, autor de diversos diálogos filosóficos e fundador da Academia em Atenas, a primeira instituição de educação superior do mundo

ocidental. Em um dos seus diálogos, *Fedro*, – que é um diálogo entre o protagonista principal de Platão – Sócrates, e Fedro, um interlocutor em diversos diálogos; *Fedro* foi possivelmente composto por volta de 370 a.C., mesmo período que ele compôs *A República de Platão* e *O Banquete*. – Platão nos disse que a linguagem é um *phármakon*. Esta palavra grega, originou a palavra *farmáco*, daí a nossa palavra *farmácia* que em português possui três sentidos: pode ser remédio, veneno ou cosmético, dependendo do modo como é empregada.

Platão considerava que a linguagem poderia ser um remédio para o conhecimento. Isto por quê? A linguagem tem a função de remédio quando, pelas palavras, nas suas mais diversas configurações, é capaz de auxiliar, esclarecer, confortar, ensinar e produzir relações saudáveis, de solidariedade, compreensão, sinceridade. Porque é pelo diálogo que trocamos ideias, ouvimos opiniões, descobrimos e aprendemos coisas novas com os outros. É pela comunicação entre semelhantes que podemos ver o quanto ignoramos coisas e assim, ampliar nossos conhecimentos. A linguagem possibilita a comunicação e o diálogo, logo, diminuiu nossa ignorância. Talvez tenha sido por isso que este filósofo, cujos pensamentos influenciam até hoje diversas áreas do conhecimento, escreveu sua obra em diálogos. Nesse sentido, a língua é o instrumento para que os indivíduos se construam como sujeitos do conhecimento, moral e ético, em decorrência disso, construam uma sociedade melhor.

Disse também ser a linguagem um veneno. Por quê veneno? Lembremos agora do discípulo de Platão, Aristóteles, que viveu na Grécia entre o ano de 384 e 322 a.C.. e que disse que os animais possuem voz (*phone*) e com ela exprimem dor e prazer, mas o homem possui a palavra (*logos*) e, com ela, expressa o bem e o mal, o justo e o injusto e principalmente, ele cria verdades. As palavras seduzem quando ditas de forma segura a quem ignora o assunto que está sendo tratado. Um veneno que seduz e nos faz aceitar fascinados, o que vimos ou lemos, sem mesmo indagar se tais palavras são verdadeiras ou falsas. Aqui está uma forma inadequada de utilização da palavra.

A linguagem como veneno é aquela que possui um sentido depreciativo, negativista, destrutivo. Esse tipo de linguagem provoca o mal, destrói, prejudica. Por exemplo, fofocas, murmurações, calúnias, boatos, mentiras, palavrões, têm um poder de destruição incrível, geralmente, não contribuem em nada para a evolução dos indivíduos. Hoje em dia, vemos em vários setores da sociedade,

a palavra sendo utilizada como uma linguagem venenosa, pois envolve a quem a ouve, fazendo-o acreditar e seguir, ceder, aceitar, se colocar à disposição de quem a expressa.

Outro perigo é a linguagem produzida por conclusões apressadas, antecipadas e subjetivas ou do tipo: “eu acho que”. Amigos, vocês perderam alguma coisa para estarem achando? Creio que não. Geralmente, esse tipo de linguagem, tende a produzir as injustiças. Quanto a esse tipo de linguagem é preciso muito cuidado, ninguém está isento. O remédio é uma atitude mais consciente, mais comprometida, que implica em pensar mais profundamente sobre um determinado assunto, repensá-lo, problematizá-lo, submetendo-o à dúvida, à crítica, à análise, buscando entender o seu verdadeiro significado. É venenoso, também, quando a pessoa não entende o verdadeiro sentido do texto e se agarra à letra morta e não percebe a mensagem que está nas entrelinhas. Se não entendem o que leem, prevalecem as conclusões equivocadas e as interpretações distorcidas.

Podemos também nos defender deste veneno, quando indagamos, pedimos provas e duvidamos do que ouvimos. Neste caso, aquele que utiliza da palavra como forma de linguagem sedutora, inicia então um novo discurso, utilizando a palavra no outro sentido dado por Platão; o sentido de cosmético, maquiagem, máscara... é quando ela máscara e maquia a realidade apresentando fatos aparentes para com isso, esconder a verdade concreta. Assim, o cosmético se faz presente quando espertamente alguém se esquiva e tenta manter uma mentira maquiada de verdade, uma ilusão mascarada de realidade. Esse tipo de linguagem é muito comum nos discursos políticos e no processo de alienação na sociedade de massas. Espertamente se esquivando, tentando manter uma mentira maquiada, uma ilusão mascarada de verdade.

A palavra como vimos, tem o poder de esclarecer assim como de enganar. De revelar assim como esconder.

E a palavra com sentimento, como ela é?

Jean-Jacques Rousseau, foi um importante filósofo, teórico político, escritor e compositor do século XVIII – e nos disse que: “Não é a fome ou a sede, mas o amor ou o ódio, a piedade, a cólera, que aos primeiros homens lhe arrancam as primeiras vozes... Eis por que as primeiras línguas foram cantantes

e apaixonadas antes de serem simples e metódicas”. Vemos aí a relação das palavras com os sentimentos.

No nosso dia-a-dia, podemos perceber que as palavras ditas pelo outro nos atingem, seja de forma agradável ou não. O efeito que ela produzirá em nós, dependerá de nossa capacidade de absorvê-la, compreendê-la e manter ou não aquela sintonia. Temos de ter sempre em mente que a palavra tem o poder tanto de construir como de destruir, de revelar e esconder, de expressar o bem e o mal. Todos nós temos a capacidade da fala, utilizá-la da melhor maneira para benefício de si mesmo e do outro, cabe a cada um optar...

Nós chamamos de dialética o processo pelo qual a alma consegue se aproximar das ideias por meio do diálogo, usando a linguagem. Todavia, há quem a use para enganar, e não para buscar a verdade. O que é diferente de criar, inventar que são necessidades da arte e, logo, da alma humana, representadas pela Literatura e pela música, por exemplo. A palavra artística nos inspira, comove, nos melhora. A palavra enganadora nos maltrata, aprisiona, nos piora.

No século XX, o filósofo Ludwig Wittgenstein foi um dos principais autores da virada linguística na filosofia do século XX. Ele criou um movimento que colocou a linguagem no centro da reflexão filosófica, deixando de figurar apenas como um meio para nomear as coisas ou transmitir pensamentos. Em tal movimento, denominado virada linguística da filosofia, Wittgenstein sugere a linguagem como tema principal de reflexão, mas tal feito só seria possível se existisse uma correspondência entre o mundo, o pensamento e a linguagem, ou seja, se houvesse uma correspondência entre a figuração do mundo na linguagem e o próprio mundo afigurado. Ele dizia: “Os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo.”

Nós, seres essencialmente linguísticos, usamos os códigos comunicativos, sobretudo a fala e a escrita, para mostrar nosso conhecimento, esclarecer dúvidas, gerar relações e buscar o sócio; experimentamos e expressamos, por conseguinte, no nosso mundo tantas vezes pela palavra. No jogo dos vocábulos, contudo, insere-se a nossa emoção: o que somos e sentimos estão também na nossa composição de linguagem.

As mensagens buscam a perfeição, e, mesmo só alcançando-a, eventual ou raramente, quando tentamos visualizar, ainda que simbolicamente a

alma, creio que uma forma de a ver é um universo denso e repleto de palavras: as ditas, as caladas nos lábios, mas vivas na inconsciência; as presas querendo se soltar, as em construção de sentido, as guardadas e querendo assim continuar...

Como podemos notar, o poder das palavras em transformar pensamentos e questões abstratas em mobilizações ou produções materiais é indiscutível. Nesse ponto, as acepções de Platão devem ser cuidadosamente observadas e lembradas constantemente. O sentido das palavras pode sofrer diversas modificações até chegar ao interlocutor. Pode se transformar, de remédio a veneno, de veneno à maquiagem. Por isso, a clareza e a coesão na comunicação oral e escrita devem procurar ser alcançadas, por meio da revisão constante de pensamentos e textos.

Drummond sugeriu: “Chega mais perto e contempla as palavras, cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra. Se eu trouxe as chaves? Tenho um chaveiro aqui comigo! Nem sempre funciona, mas as tentativas tantas vezes me abrem portas... Você, de certo, também tem o seu.” Repito o poeta, com certeza da sua licença poética: Palavras, palavras, se te desafia, aceite o combate!

De acordo com a Lei 7.716, o preconceito linguístico denominado de discriminação e procedência nacional, são definidos como crimes. Conforme o artigo 1º: Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

O conceito preconceito linguístico, instituído por Marcos Bagno no livro “Preconceito linguístico: o que é, como se faz”, é definido como qualquer forma de discriminação a uma pessoa ou grupo pelo modo como fala. O próprio Bagno reconhece que o preconceito linguístico é, na verdade, um preconceito social, pois o que se discrimina não é propriamente o linguajar de certas pessoas e sim as próprias pessoas. Quando, por exemplo, censuramos os erros gramaticais (do ponto de vista normativo, bem entendido) de um falante de pouco estudo, o problema/pobrema não é a fala desse indivíduo em si, mas o fato de que essa fala “rústica” é indício de uma origem pobre. Portanto, o pobrema/problema não é a fala, mas a posição social do sujeito falante.

Existem muitos tipos de preconceito: o preconceito racial, ou racismo, o preconceito étnico ou de origem geográfica, que também é uma forma de

racismo, o preconceito religioso, o preconceito sexual/de gênero, ou sexismo, e muitos outros.

O racismo como fenômeno social é objeto das chamadas ciências sociais (história, sociologia e antropologia, principalmente) e não da biologia, a quem o conceito de raça está mais intimamente ligado. Igualmente, o preconceito de origem geográfica não é objeto de estudo dos geógrafos, nem o sexismo é estudado pelos sexólogos, e menos ainda o preconceito religioso faz parte da teologia ou da ciência da religião. Essa constatação suscita a uma pergunta: por que os linguistas deveriam estudar o preconceito linguístico?

Todo preconceito social, seja ele de raça, origem, sexo, religião, ou posição política, é um fenômeno a ser estudado pela sociologia, e o preconceito linguístico é, na verdade, um preconceito social do qual a língua é só um índice. (Um índice que aponta alguma coisa com o qual está ligada por semelhança ou proximidade no lugar de representá-la).

Diz-se que o “brasileiro não sabe Português” e que “Português é muito difícil”. Estes são alguns dos mitos que compõem um preconceito muito presente na cultura brasileira: o linguístico. Tudo por causa da confusão que se faz entre língua e gramática normativa (que não é a língua, mas só uma descrição parcial dela).

Sempre separem uma coisa da outra.

A verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, que não só por causa da grande extensão territorial do país — que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito —, mas principalmente por causa da trágica injustiça social na distribuição de renda. São essas graves diferenças de status social que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não – padrão do português brasileiro, — que são a maioria de nossa população — e os falantes da variedade culta, que é a língua ensinada na escola.

Segundo o professor, linguista e filólogo Marcos Bagno o preconceito linguístico pode ser classificado como todo juízo de valor negativo às variedades linguísticas de menor prestígio social. Sendo assim, interpreto que qualquer

pessoa que for vítima de preconceito linguístico pode buscar a lei maior da nação para se defender. Até porque, sob essa ótica, o preconceito linguístico se configura como um tratamento desumano e degradante – uma tortura moral.

Os professores precisam ensinar a norma culta, mas também precisam explicar que existem variações linguísticas, assim como mostrar respeito com a forma de falar dos alunos e de outros colegas.

Vocês sabem o que é Glotofobia? Repúdio, aversão ou desprezo por pessoas ou grupos sociais em razão de sua língua, variedade linguística ou sotaque.

A troca por meio das formas linguísticas é a nossa dádiva maior, nossa característica básica, é isso, enfim, que nos torna humanos e nos diferencia de todos os outros animais. Não existe homem sem língua. Mesmo as pessoas com deficiências diversas adotam um sistema de comunicação. Quem é surdo, por exemplo, usa a linguagem de sinais, a Libras. Sendo assim, não existe razão para que tenhamos preconceito com relação a qualquer variedade linguística diferente da nossa. Preconceito linguístico é o julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, conseqüentemente, humilhante da fala do outro ou da própria fala.

O preconceito linguístico – é o mais sutil de todos eles – atinge um dos mais nobres legados do homem, que é o domínio de uma língua. Ninguém tem o direito de humilhar o outro pela forma de falar. Ninguém tem o direito de exercer assédio linguístico. Ninguém tem o direito de causar constrangimento ao seu semelhante pela forma de se expressar pela fala. Qualquer pessoa tem o direito de buscar a justiça quando for vítima de iniciativa contra o seu modo de se expressar.

Sei que muitos devem achar que isso é bobagem, que todos devem deixar de falar errado. Primeiramente, não é errado que se diz, mas, diferente. Todo mundo tem direito de se expressar, sem constrangimento, na forma em que é senhor, em que tem fluência, em que é capaz de expressar seus sentimentos, de persuadir, de manifestar seus conhecimentos. Enfim, de falar a sua língua ou a sua variante dela.

É possível dizer que o preconceito linguístico é um tipo de preconceito cultural, já que ele se baseia num elemento central em todas as culturas: o idioma.

Não podemos usar a língua para promover o preconceito linguístico, afinal toda forma de preconceito deve ser combatida.

PRIMEIRO APARTE

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Pois é, Cecília, você trazendo aí essas considerações que são fundamentais para se entender a relações sociais, você me fez pensar em alguns aspectos que acho que vale a pena aqui registramos e depois, se for o caso, debatermos ao final.

Um ponto muito interessante que você traz é quando você fala do preconceito linguístico, quando você traz a linguagem com esse canal que pode se abrir para uma violência que vai se concretizar no ferir dos corpos. Hoje, quando se pensa as redes sociais, pensamos esse avanço da tecnologia, o quanto que nós temos aí por meio das *fake news*, do Instagram, a gente tem uma série de exemplos que nos trazem experiências muito tristes de violência. Num segundo você pode estar sendo enaltecido e no segundo seguinte você pode estar sendo destruído. Temos aí formas muito diversas de comunicação, de transmissão de linguagem, de reprodução de linguagem, e se a gente não tiver esse cuidado, essa linguagem pode ser o remédio, pode ser o veneno, e nesse sentido a gente constata que a linguagem ela tanto constrói, como ela pode também destruir, mas ela também pode reconstruir. Nesse momento que a gente vive, essa importância, essa necessidade da reconstrução.

O outro ponto que também acho interessante destacar, é que o corpo fala. Então, com os nossos corpos a gente também se comunica. O cuidado que se tem que ter com comportamentos, gestualidades, postura, porque nós temos um corpo que é socializado. Se não tivermos cuidado com a forma como usamos esse corpo como instrumento de linguagem, a gente também promove muitas violências. Acho que são considerações muito importantes para a gente destacar.

Agora eu passo a palavra para o Yuri, e já deixo aqui algumas questões para ele nos ajudar aqui a pensar: a primeira delas é como enfrentar, nesse cenário tão adverso, onde as pautas mais progressistas são ameaçadas pelo con-

servadorismo; essas violações dos direitos humanos, de como a gente enfrenta isso, por conta desses episódios de violência, que a gente tem aí na mídia. Eu acho que o Yuri vai trazer um pouquinho também sobre o histórico do movimento LGBTQIA+; vai trazer uma série de reflexões para a gente entender o fortalecimento dessa luta, e também a gente pensar um pouquinho sobre como ajudamos às pessoas, os sujeitos, os grupos, nessas compreensões sobre os termos homofobia, transfobia, LGBTfobia, e como ficam os canais de enfrentamento, de denúncia, o que você pode contribuir hoje, Yuri.

3.3 Desafios para a garantia de direitos

Yuri Willon Candido

Olá. O movimento social LGBTQIA+ forjado na luta pelos direitos humanos, e assume protagonismo ao pautar temas importantes; ao reivindicar direitos sociais e políticos junto à comunidade LGBTQIA+. O seu histórico é de bravura e resistência. Aqui agora eu trago um resgate de acúmulos de lutas e conquistas ao longo dos anos.

A passagem dos anos 60 para a década seguinte é marcada pelo endurecimento da ditadura militar, onde acontecem as primeiras discussões de gênero e de sexualidade. E surgem os primeiros grupos auto-organizados: boates, bares e coletivos. Nesse período passa também a acontecer repressões ligadas ao avanço da vadiagem contra qualquer pessoa que desconfigurasse a lógica de gênero: lésbicas, travestis, transexuais e gays eram presos, torturados e mortos.

Em 78 surge a revista “Lampião da esquina” e os movimentos de reafirmação homossexual e de gênero, como o somos, grupo de afirmação homossexual para contrapor esses acontecimentos. Aliados ao movimento feminista e ao movimento negro o nascimento do movimento homossexual no Brasil é marcado pela afirmação de um projeto de politização da questão da homossexualidade, reivindicando direitos universais e civis plenos, por meio de ações políticas, que se voltaram para a sociedade de modo mais amplo. Era formado, basicamente, por homens gays, mas logo nos primeiros anos de atividade, as lésbicas começaram a se afirmar como sujeito político.

Em 1979, acontece o primeiro encontro homossexual no Rio de Janeiro, cujas resoluções foram: a reivindicação da inclusão do respeito à opção sexual na Constituição Federal; uma campanha para retirar a homossexualidade da lista de doença e a convocação para um encontro de um primeiro grupo de homossexuais organizados.

Em 13 de julho de 1980, em São Paulo, acontece a primeira passeata que o movimento organizou, reivindicando os seus direitos contra a violência policial e a atuação da operação limpeza. O ato contou com a presença do Movimento Feminista, Movimento Negro e de grupos sindicais.

Em 81 e 85, acontece uma campanha nacional, coordenada pelo Grupo Gay da Bahia, para retirar a homossexualidade do código de doença do INAPMS, ou seja, luta pela despatologização. O nascimento do grupo homossexual contribui para o surgimento de novos jornais, lá na década de 80. Um grande marco foi o jornal Chana com Chana, criado por mulheres lésbicas para reivindicar o seu espaço. A venda desse jornal acontecia em alguns bares, dentre eles, o Ferro's Bar, que passou a ser frequentado por mulheres lésbicas, que compravam o jornal. Com essa grande movimentação houve um incômodo por parte dos donos desse bar, que expulsaram essas mulheres de lá. No dia 19 de agosto de 1983, acontece o primeiro protesto, onde mulheres lésbicas juntamente com homens gays e outros grupos de afirmação, formados por travestis e transsexuais se revoltam e promovem um contra-ataque. Posteriormente, 19 de agosto se torna o Dia Nacional do Orgulho Lésbico.

A segunda onda do movimento LGBTQIA+ surge em meio a epidemia da AIDS, promovendo um grande esvaziamento dos grupos homossexuais, desviando a atenção das atividades para a busca de respostas coletivas ao HIV/AIDS. Foram os grupos homossexuais responsáveis pelas primeiras mobilizações contra a chamada "peste gay". Outra mudança importante desse período é o começo da utilização do termo: orientação sexual, substituindo o antigo – opção sexual. Onde o novo termo chega para afirmar que não se trata de uma escolha individual, racional ou voluntária e nem de uma determinação simples.

Em 1988, o movimento Triângulo Rosa tenta, sem sucesso, a inclusão do termo orientação sexual, no artigo terceiro da Constituição Federal, que versa sobre o direito a não discriminação.

A terceira onda, a partir dos anos 1990, é marcada pela entrada do movimento nas pautas das políticas públicas de saúde, mais especificamente, nas de combate às IST's (infecções sexualmente transmissíveis) e AIDS. No dia 15 de maio de 1992, era fundado no Rio, a primeira instituição de lutas pelos direitos dos trans, no Brasil, a ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados. De lá para cá, muita coisa mudou. É certo os principais objetivos da luta das pessoas trans politicamente mobilizadas. O enfrentamento da violência e dos assassinatos, inclusive aqueles cometidos por agentes do estado e operações policiais da época.

Em 1993, as lésbicas, presentes desde o início do movimento, são incorporadas, efetivamente, ao movimento. Na metade da década de 90, travestis e transsexuais passaram a participar de um modo mais orgânico, lutando pelo direito às cirurgias experimentais de transgenitalização, que são aprovadas pelo Conselho Federal de Medicina – CFM – , em 1997. A primeira maior rede de organização LGBTQIA+ brasileira é fundada na década de 90 – a ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. Surge promovendo uma série de ações no âmbito legislativo e judicial, orientados para acabar com diferentes formas de discriminação e violência contra a população LGBTQIA+.

Em 28 de julho de 1997, acontece a primeira Parada LGBT, na cidade de São Paulo, ato político que na época juntou duas mil pessoas. Segue fazendo história até os dias atuais. Em 2000, é a vez dos bissexuais começarem a se fazerem visíveis e cobrarem reconhecimento dentro do movimento. O casamento homoafetivo é garantido por meio de resolução, que a qualquer momento pode ser alterada. Com o avanço do conservadorismo em nosso país é preciso que tenhamos todos os nossos direitos garantidos por lei, como forma de não retrocedermos em nenhum deles.

Em 25 de maio de 2019, a OMS – Organização Mundial de Saúde – removeu da sua classificação oficial de doenças, a CID 11, o chamado transtorno de identidade de gênero, definição que considerava como doença mental a situação de pessoas trans – indivíduos que não se identificam com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento. A OMS aprova uma resolução para remover transtorno de identidade de gênero da CID 19, e criou um novo capítulo no documento dedicado à saúde sexual.

No ano em que o movimento trans completa 31 anos de existência, com algumas conquistas, vemos a cada ano o acirramento da situação extremamente preocupante de travestis e de mais pessoas trans, em relação à falta de segurança. As constantes violações de direitos humanos, o uso político da identidade trans na tentativa de criminalizar essas existências e os casos assustadores de assassinatos, que corroboram com o funcionamento e a manutenção de um projeto sexista, arquitetado para aniquilar essas existências. E o quanto a violência segue sendo a principal ferramenta da tentativa de extinguir qualquer traço de desistência às regras de gênero, centradas no hétero terrorismo. Ou avanço do conservadorismo neoliberal vivenciado no nosso país, pede o avanço de pautas relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero. Bem como autoriza e potencializa a violação, sistematicamente contra essa população, que já carrega um longo histórico de vulnerabilidade, subalternização e folclorização de seus corpos.

A homofobia é o termo designado a conceituar o preconceito e discriminação contra manifestação de orientação sexual, que contraponha à norma hetero sexual, carregando a mesma lógica da lesbofobia e da bifobia, que são cunhadas para trazer visibilidades a essa parcela da comunidade. A transfobia é marcada pelo signo da violência de gênero, designando a conceituação dada à manifestação de violência e de preconceito contra pessoas que não se enquadram na norma cisgênero, ou seja, pessoas que não se identificam com o gênero designado ao nascer. Usamos o termo LGBTfobia para conceituar preconceito, violência e aversão contra pessoas pertencentes da comunidade LBGTQIA+. O termo unifica a nossa luta, mas também compreende as especificidades de cada letra.

Na nossa região temos exemplos dessa violência. Nos últimos anos fomos impactados com o assassinato de membros da nossa comunidade. É muito assustador a perda de um dos nossos. Isso indica o quanto ser LBGTQIA+, não só no Brasil, mas em nossa região é extremamente perigoso. O movimento social LBGTQIA+ segue lutando por um projeto de sociedade onde caiba os nossos corpos, arrastando esse debate para a legalidade e indicando direitos: que tenhamos o direito de amar, de estudar, de trabalhar, o direito à moradia, o direito de comer, principalmente, o direito de existir.

SEGUNDO APARTE

Daniele Ribeiro do Val Oliveira Lima Santa Bárbara

Obrigada, Yuri, pelas suas contribuições, pelas suas considerações. Eu fiquei aqui pensando, a partir do que você trouxe, quando você faz uma referência histórica ao contexto ditatorial e a gente tem vários relatos aí, que no cenário da ditadura civil militar houve cerceamentos, torturas, perseguições, mas aparecem muito aquelas de ordem política, mas você aqui traz aquelas de ordem das relações de gênero, trazendo os exemplos com relação à perseguição de homossexuais, de travestis. Eu acho que esse é um ponto importante para se destacar, para que se possa, justamente, refletir sobre a importância dessa luta que se faz no coletivo.

Quando você traz o histórico dos movimentos sociais, você mostra que a luta se faz no coletivo, mas ela deve ter também um compromisso individual. A luta da população LGBTQIA+ não é recente, já tem muito tempo, e talvez hoje ela tenha um pouco mais de publicização, mas ela já está aí sendo construída há muitos anos.

Um outro ponto que achei bastante interessante, e eu acho importante a gente destacar, vai muito ao encontro ao que a professora Cecilia trouxe sobre a linguagem como Pharmacon. É quando você fala da mudança do termo orientação sexual no lugar de opção sexual. Quando a gente pensa que é preciso retirar essa lógica da opção, por conta de ser uma escolha, você fala que isso não é uma determinação individual, não é tão simples assim, e a orientação vai trazer um outro tom para o reconhecimento das sexualidades e do comportamento, isto é um exemplo muito importante para se entender a linguagem como remédio, como veneno; entender a linguagem nessa lógica. A linguagem ela constrói, ela destrói, ela pode também reconstruir e a mudança de opção para orientação, ela é uma reconstrução, porque ela traz um outro significado. Acho que é um ponto bastante interessante para nós refletirmos.

Eu queria saber se a professora Cecilia gostaria de trazer mais alguma consideração e o Yuri também se quiser fazer alguma colocação, debater aqui algum aspecto com a gente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria Cecília Fontainha de Almeida Gama

Yuri, o seu depoimento é mais importante do que você imagina, principalmente, porque ele está fechando esse nosso terceiro encontro, onde viemos, ao longo desses três encontros, falando justamente naquilo que chamamos de linguagem inclusiva. O quê que é incluir? O quê que é pertencer? O quê que é você acolher? O que é você entender o outro? Você não precisa ser igual, não somos! Então, todos somos diferentes, somos unos, mas vivemos em sociedade, portanto, somos coletivos. Essa linguagem nossa inclusiva, que trabalhamos no último encontro aqui, ela pode ser remédio, porque a partir do momento em que ela inclui ela faz o pertencimento, ela abre os braços para a empatia, da entendermos que somos todos seres humanos habitantes do mesmo planeta; não moramos fora daqui, moramos aqui, então, temos que nos acolher não é? Então você viu que Rousseau disse que as primeiras palavras não foram como as dos animais. As primeiras palavras do homem foram dicotomias: ou amor ou ódio; ou dor ou alegria; e por aí vai. As primeiras formas de transmissão da literatura foram cantadas, foram trazendo alegria. Não foi trazendo em momento algum o preconceito, e naquele momento tinha preconceito, porque quem fazia o papel de homem e mulher era o homem. Quem chamava a mulher de “o senhor” eram os cantadores da época. Então, a mulher aparecia como sendo um mito para quem eles se voltavam, para quem eles se diziam apaixonados, mas eles a chamavam de “senhor”. Então, a importância da palavra para que essa evolução toda se dê. Ela tem que sair do remédio, ela tem que sair do veneno, ela tem que sair da maquiagem. Ela tem que ser apenas a palavra. A forma temos de nos comunicar uns com os outros. Nós não temos que nos obrigar a rotular. Cada vez que se abre isso aqui (o celular) e se entra, como bem disse a professora Daniele, dentro de uma mídia social, hoje em dia, se você gosta de maçã e eu gosto de pera, estamos perdidos, jamais poderemos ser amigos. Porque você vai defender a maçã e eu vou ter que defender a pera e as duas não vão fazer salada. Entendeu? Isso daí tem que acabar. O caminho nosso de acabar com isso é o de acabar com os preconceitos. O que é preconceito? É um pré, uma coisa que vem antes do conceito. Você não sabe nem o que aquilo quer dizer, mas você já está contra. Sabe aquele tipo de pessoa, está contra mas não sabe o que aquilo quer dizer. Então, quando você muda de op-

ção para orientação, são duas palavras com sentidos completamente diferentes. E aí há que se entender a língua portuguesa. Há que se ler para poder falar, para poder escrever. Sem leitura, isso não se faz. Esses movimentos precisam dessa linguagem, para que ela seja lida, para que ela seja compreendida. Esse é o primeiro ponto que eu vejo aqui, importantíssimo.

O segundo ponto, é realmente essa parte da visão histórica que você fez, e que apesar de todos os pesares, apesar de todos os percalços do caminho, chegamos hoje aqui. A poder falar numa rádio, numa universidade, sobre esse assunto com clareza e sem preconceito. Muito obrigada pela sua participação Yuri, foi muito importante para nós que viemos já batalhando nesse ponto, eu e a Daniele, e ter a sua explicação aqui foi muito bom. Muito obrigada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Yuri Willon Cândido

Tenho alguns pontos que se tornam mais emergentes nesse debate e um deles é sobre como pessoas que não são pertencentes dessa comunidade podem ser aliados dessa luta. E daí, eu penso assim muito nessa visão do “estar atento”, porque quando você se coloca aliado a uma causa você tem que estar sempre atento, em estado de vigilância, para que a sua voz seja a voz daquele outro que se encontra vulnerável. Então é estar atento, estar disposto a identificar e denunciar tais atos, tais violências.

E outro ponto também é que sempre que a gente fala sobre a luta da comunidade LGBTQIA+ a gente pensa muito sobre o afeto. Sobre o direito de amar, sobre o direito de casar, sobre o direito de estar com o seu marido, sua esposa em uma praça pública. Mas é urgente que a gente traga esse debate para o campo da legalidade, que a gente pense sobre direitos. Do direito a ter emprego, a ter onde morar, do direito a viver, do direito a ocupar espaços políticos, porque eu acho que assim é que a gente transforma, arrasta a nossa sociedade para o incômodo e a gente pode, sim, promover mudanças dentro disso. Então é pensar para além do afeto, pensar também sobre o direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Daniele Ribeiro do Val Oliveira Lima Santa Bárbara

E aí a gente finaliza o nosso momento de hoje mostrando, destacando, reafirmando o nosso compromisso com a cidadania e com os direitos humanos. Porque como o Yuri diz, para além do afeto, para além do amar, para além do exercer a sua sexualidade, é preciso que a gente lute pela não violência, o enfrentamento de experiências tão danosas para a constituição individual e coletiva, como o Yuri traz da comunidade LGBTQIA+; entendendo também a garantia de circulação, de preenchimento de espaços, na dimensão do trabalho, na dimensão do estudo, da sociabilidade de uma maneira geral. Então é isso, todos nós aqui reafirmando o nosso compromisso com a cidadania e com os direitos humanos.

4 A INFLUÊNCIA DOS MODOS DE PENSAR E AGIR DIANTE DA TERCEIRA IDADE

Bom dia! Retomando as atividades vinculadas às atividades extensionistas do UniFOA, intitulada “VI Debate Étnico Racial e a Cidadania sob a Ótica do Cinema II”, nesse segundo semestre trataremos de Preconceitos, Grupos Sociais e Diversidade. Meu nome é Daniele do Val, sou assistente social e professora Dra desta Instituição de ensino. Com destaque à temática da terceira idade e do envelhecimento, traremos reflexões e debates sobre o ser idoso na sociedade contemporânea. Neste quarto podcast trataremos sobre “A influência dos modos de pensar e agir diante da terceira idade. O que é a terceira idade? Qual a visão filosófica e linguística da terceira idade? Como enfrentarmos a intolerância e o preconceito na terceira idade? Temos como companheiras no debate de hoje a professora Mestre Maria Cecília Gama, professora convidada e Institucional do UniFOA e a Dra. Maria Lúcia Xavier Pacheco.

4.1 O que é a terceira idade?

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Falar do idoso e do envelhecimento neste ano de 2023 tem uma importância especial. Em outubro, completamos 30 anos do Estatuto do Idoso, e nada mais favorável que enaltecermos as conquistas que a pessoa idosa teve nas últimas décadas e apontarmos os desafios que ainda se impõem à população que envelhece.

Importa-nos a consideração de que a velhice é um processo de vida, é uma fase da vida que todas as pessoas, salvo alguma intercorrência, vivenciará. Nascermos, crescemos, amadurecemos e envelhecemos. Mas... como envelhecemos? O envelhecimento não é somente algo determinado pela idade cronológica, é também uma integração entre as vivências pessoais e o contexto social e cultural em determinada época. Apesar da Organização Mundial de Saúde – OMS – se basear na idade cronológica para classificar o que é ser velho, se reconhece que não apenas a passagem dos anos que caracterizará a condição do ser idoso. Portanto, se o envelhecimento expressa aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais, ser velho ou idoso

cria expectativas sociais. Mas qual seria a diferença entre velho e idoso? Ser velho ou ser idoso?

Historicamente, em passado não muito distante, a velhice e o “ser velho” representavam condições como: debilidade física e debilidade mental das pessoas, suas fragilidades e dependências, sua improdutividade e uma sociabilidade prejudicada, que gerava gastos, desgastes, exclusão, isolamento e mesmo asilamento.

Mas desde os anos 1970/80, isso mudou um pouco. Nomear o velho de idoso e substituir a velhice pela terceira idade representou mais que uma mudança de terminologias. Na prática significou o reconhecimento que se o envelhecer é uma fase da vida, porque haveria de ser uma fase associada à dor, ao medo, às dependências, à resiliência sobre a finitude?

Temos então o idoso protagonista da sua história. Sujeito ainda capaz de produzir e interagir, que pode ser integrado à sociedade via trabalho, que é cidadão consumidor, que tem valor simbólico, cuja sabedoria deve ser respeitada. Sua cidadania e sua sociabilidade são ativas. Em uma sociedade democrática envelhecer pode até ser um direito de todos, mas numa sociedade desigual, envelhecer é um privilégio de poucos. Principalmente se pensarmos a qualidade desse envelhecer. A criação e a difusão de uma nova e positiva imagem da velhice não é suficiente. É preciso reconhecer a diversidade nesse envelhecimento.

Quando a OMS sugere que o idoso nos países desenvolvidos é reconhecido a partir dos 65 anos e nos países em desenvolvimento a partir dos 60 anos, isso já demonstra que essa condição é uma fase que deve ser compreendida na sua complexidade. No Brasil, são idosos aqueles a partir dos 60 anos. No Brasil, conforme o último censo do IBGE (2022/23), pessoas com 60 anos ou mais representam cerca de 15% da população. Em 2060, podem chegar a 25%. Na projeção da OMS, em 2025, o Brasil será o sexto país do mundo com o maior número de pessoas idosas.

Diante do quadro atual e da projeção da OMS, qual será o lugar do velho ou do idoso – considerando as perspectivas diferenciadas de sua condição – na sociedade brasileira?

A velhice não é uma questão de responsabilidade e competências pessoais. É preciso que isso esteja claro!

Envelhecer de forma digna requer que seus direitos de cidadania sejam protegidos e promovidos pelo Estado, pela sociedade e pelas famílias. No entanto, por vezes, são os próprios idosos que precisam vocalizar por atenção e respeito.

Façamos um exercício ... olhemos ao nosso redor.

O Estado se prepara para o envelhecimento populacional?

A sociedade está preparada para o envelhecimento?

Estamos preparados para envelhecer?

4.2 A visão filosófica e linguística da terceira idade

Maria Cecília Fontainha de Almeida Gama

O envelhecimento humano se apresenta como um dos principais fenômenos da sociedade moderna e grande desafio futuro para os governantes. Dentre os obstáculos para o tratamento da questão há o preconceito criado ao longo dos anos, que considera o idoso titular de um desempenho físico e cognitivo deficitário, logo um indivíduo frágil. Porém, a idade cronológica não pode ser assumida como um indicador do envelhecimento.

Vamos abordar a visão de filósofos e pintores sobre o envelhecimento, e em especial, conhecer como a idade foi apresentada nas obras e discutir a origem do termo velho e velhice e suas relações com o envelhecimento. Para tal fui buscar os ensinamentos de Marcelo Nascimento da Unati – Unifas do Vale de São Francisco, que escreve no periódico *Mais 60 – estudos sobre o envelhecimento* e o livro *A Velhice* de Simone de Beauvoir.

Ao tomar-se conhecimento do modo como filósofos das civilizações orientais e ocidentais descreveram o envelhecimento ao longo dos séculos e a relação de pintores do período renascentista e expressionista com essas questões, percebe-se que a forma como filósofos e pintores destacaram o envelhecimento pode ser assumida como reflexo de aspectos sociais, culturais e políticos de suas épocas. Suas impressões transitaram desde a valorização da sabedoria e respeito às gerações antigas até às visões depreciativas que fortaleceram o termo velho-velhice.

Com relação à diferença entre velho e idoso, fui buscar, no acvida.com, de autor desconhecido essa bela poesia:

Qual a diferença entre velho e idoso

Idoso é quem ainda sente amor; velho é quem sente saudade...

Idoso é quem ainda se exercita; velho é quem apenas descansa e reclama...

Idoso é quem ainda sonha; velho é quem apenas dorme...

Idoso é quem tem um pouco mais de idade; velho é quem perdeu a capacidade de sonhar e se divertir.

Idoso é quem ainda se renova a cada dia que começa; velho é quem se acaba a cada noite que termina...

Idoso é quem ainda tem planos; velho é quem tem apenas recordações....

Idoso é quem tem rugas bonitas, porque foram marcadas pelo sorriso e a alegria de viver; velho é quem tem rugas feias, porque foram formadas pela amargura e o mau humor...

Idoso e velho podem ter a mesma idade no documento, mas têm idades diferente na mente, no coração e nas atitudes.

(Autor desconhecido)

É necessário para isso conhecer-se. *"Conhece-te a ti mesmo e conhecerás os deuses e o universo"* (Oráculo de Delfos) e a obra recomendada é: *"A Velhice"* de Simone de Beauvoir.

Jan Baars, em seu artigo *"Chronological Time and Chronological Age: Problems of Temporal Diversity"* / *"Tempo cronológico e idade cronológica: problemas de diversidade temporal"*; afirma que tratar o envelhecimento exige abordar o tempo, que é um dos marcadores da vida. Ainda hoje, temas relativos à idade e ao envelhecimento são vistos muitas vezes como fantasmas. Pois, apesar de a idade cronológica ser um indicador aparentemente comum, ela suscita alguns clichês relacionados à velhice.

O envelhecimento seria o início do fim da vida e, nesse contexto, a pessoa idosa passa a ser vista como um sujeito ultrapassado, incapaz ou mesmo

improdutivo. A filósofa francesa Simone de Beauvoir, que nos deixou em 1986, destacou que as idades cronológica e biológica de um indivíduo nem sempre coincidem; logo, envelhecer não significa estar a caminho da morte.

Nas últimas décadas, influenciados por avanços tecnológicos, nós, membros da sociedade moderna, aprendemos a estimular e a estimar a cultura do novo. Assim, apreciamos as inovações, os instrumentos digitais rápidos, a internet e suas distintas possibilidades de comunicação e lazer, chegando até a I.A. (inteligência artificial).

A tendência atual é de viver o hoje com vistas, cada vez mais, para o futuro, esquecendo o passado e muitas vezes também de seus personagens. No estudo intitulado: *"How old is old? Changing conceptions of old age"/ "Quantos anos tem a idade? Mudando as concepções da velhice"*, Christine Overall, canadense, formulou uma interessante questão filosófica: Quantos anos tem a idade?

A pergunta pode ser assumida como provocação e convite à reflexão sobre o desenvolvimento da percepção humana ao longo dos anos sobre os termos velho e velhice. Esses termos eram comuns em períodos passados e foram utilizados pela civilização oriental. Todavia, diferentemente dos dias atuais, eles expressavam o sentido de sabedoria, conhecimento e vivência de algo, ou seja, características típicas do ancião.

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015), envelhecimento, idade cronológica e idade biológica estão relacionados. Contudo, não existe um acordo científico sobre a idade de um indivíduo, isso significa dizer que se desconhece o momento exato em que uma pessoa inicia o envelhecimento e passa ser considerada idosa. A regra para ser idoso seria aos 65 anos de idade. A dificuldade para estabelecer um marco divisor exato entre a idade adulta e a idade idosa incide na individualidade biológica de cada pessoa, além de o envelhecimento ser uma questão multifatorial, potencializado por fatores genéticos, hábitos de vida e condição social e financeira.

Leonard Hayflick (1928 –) biólogo, professor anatomista norte americano, destacou que o processo do envelhecimento consistia em perdas graduais das funções fisiológicas do organismo. Este fenômeno foi intitulado como limite de Hayflick. Desde então, o entendimento sobre as distintas facetas do

envelhecimento humano vem sendo fortalecido por conhecimentos multidisciplinares que permitem o desenvolvimento de novas teorias e métodos científicos na área da gerontologia. Não basta entender o envelhecimento como um conjunto de mudanças de ordem fisiológica, celular e neural. Também é necessário estender seu sentido conceitual e histórico a fim de que a sociedade e principalmente os governantes auxiliem na transformação de padrões de pensamento e atitudes em relação à população idosa.

A filosofia, por exemplo, é uma área do conhecimento humano que pode ampliar a compreensão do envelhecimento. De forma geral, ela explora a inter-relação das ciências com os fatos do cotidiano, estimulando novas formas de refletir as coisas do mundo. No texto intitulado "*Teses sobre uma filosofia da velhice*", Leopold Rosenmayr (2007 – *Envelhecer criativamente: uma filosofia de vida.*) descreveu possíveis funções da filosofia para o tratamento das questões do envelhecimento humano.

Entre suas contribuições, há a abordagem de pontos positivos e negativos, bem como a relação e interpretação de fatos associados aos conhecimentos e às técnicas das demais áreas do conhecimento humano. Outra função da filosofia incide no exercício do ato reflexivo em relação às expectativas futuras dos indivíduos no mundo em que vivem. Isso inclui a forma como planejamos o tempo de nossas vidas. Deste modo, a filosofia pode auxiliar na interpretação das estruturas de pensamento dos homens. Entretanto, Rosenmayr acrescentou que o processo filosófico deve partir da análise social e retornar para a sociedade, uma vez que o envelhecimento de cada cidadão reflete significativamente nas esferas da sociedade.

Partindo da filosofia para o mundo das artes, o envelhecimento também foi tema das obras de pintores, inicialmente sob a forma de retratos vivos.

As imagens da idade e do envelhecimento são aspectos da medialidade e historicidade dos contextos da humanidade. Daremos um breve adendo sobre a medialidade – O pensamento de Immanuel Kant (1724 – 1804) – iluminismo alemão – foi o responsável por colocar a dignidade humana como princípio de uma ética válida para todas as pessoas. Que cada indivíduo fosse considerado um fim em si mesmo inspirou gerações e atravessou os séculos XIX e XX como um imperativo, um dos famosos imperativos categóricos de Kant. O imperati-

vo categórico é um conceito da filosofia desenvolvido pelo filósofo Immanuel Kant, que defende que todo ser humano deve agir de acordo com princípios morais. Para Kant, um imperativo é qualquer plano indicativo de que uma determinada ação deva ser posta em prática, que seja submetido a uma análise.) A ideia da dignidade humana se fortaleceu entre grupos e povos, dando base a relações interpessoais e institucionais. Que seres humanos tenham valor em si mesmos define que ninguém pode ser reduzido a um preço. Ninguém é meio, todos devem ser vistos como fins e, por isso, devem ter direitos iguais.

Nosso tempo rompeu com a concepção antropológica por trás dessa proposta de ética. Do ser humano tratado como um fim em si, passamos a ser universalmente tratados como meios. Se há uma nova ética ou se não é mais possível ética nenhuma a partir desse novo patamar, é um aspecto a discutir. Qual é a ética possível quando fomos transformados em meios e deixamos de tratar uns aos outros como um fim em si? Ora, desse momento em diante, devemos encarar a realidade. Vivemos sob o sistema em que cada um é rebaixado a meio, em que a questão da ética está em suspenso. Podemos chamar de “medialidade” o que vem substituir o que Kant chamava de reino dos fins e que caracterizava a humanidade.

Exemplos de idosos retratados em civilizações do passado são encontrados no Egito antigo e na China. Representações de idosos também existiram em pinturas da cultura islâmica do século XIII, um exemplo disso são as obras *“Men assembling wood”/ “Homens juntando madeira”* expostas no *Metropolitan Museum of Art*, em Nova York. Entre os grandes pintores da Idade Média que retrataram pessoas idosas há o holandês Rembrandt, que com sua série de autorretratos criou obras como *“Old woman reading” / “Velha lendo”*; e *“Portrait of a old Woman”/ “Retrato de uma velha”*. No século XX, o envelhecimento também foi retratado por Pablo Picasso nas obras *“The old guitarist”/ “O velho guitarrista”* e *“Self Portrait”/ “Autorretrato”*.

Observa-se que ao longo dos séculos tanto filósofos como pintores dialogaram com a temática da idade e do envelhecimento. Essas obras se apresentam como um rico fundo de conhecimentos para o entendimento do envelhecimento e da pessoa idosa, pois são representações de modelos de pensamento de épocas passadas.

O envelhecimento humano e sua relação com os termos velho-velhice; a relação de filósofos da civilização oriental e ocidental com o envelhecimento e os termos velho-velhice; a afinidade de pintores do período renascentista e expressionista com o envelhecimento e os termos velho-velhice.

No Egito, em 2.500 a.C., Ptah-Hotep se referiu ao envelhecimento enfatizando o sentido pejorativo da velhice. A perspectiva aplicada para fundamentar o caso incidu na perda da beleza corporal, baixa da produtividade e autonomia funcional. Essa visão pode ser um indicativo sobre o modo como a sociedade egípcia antiga percebia as pessoas idosas. Entretanto, segundo as crenças da época, a velhice poderia ser revertida, uma vez que a sociedade de então acreditava em receitas para o rejuvenescimento. Entre elas havia a ingestão de glândulas recém-extraídas de animais jovens.

Na civilização oriental, mais especificamente na China, o filósofo Lao-Tsé (604 – 531 a.C.) destacou em suas obras aspectos do conhecimento intuitivo, difundindo, com isso, a importância do ato reflexivo sobre a vida, bem como seu real sentido. Segundo o filósofo, ao chegar em uma idade avançada, o indivíduo alcança um momento supremo e espiritual, capaz de lhe trazer a libertação do corpo. Nessa perspectiva, Lao-Tsé enfatiza que: (...) podemos tirar vantagens das oportunidades porque sabemos que estão ali momentaneamente; as limitações não devem ser vistas como restrições negativas, elas são as geografias de nossas situações, e não há nada mais correto que tirar vantagens disso.

Na China, Confúcio (551 – 479 a.C.), grande conhecedor da alma, propagador de conceitos relativos à moral e à sabedoria especialmente junto à família, realçou aspectos do envelhecimento. Em seus ensinamentos, prezou pela autoridade dos mais idosos, pois, segundo ele, seriam sinônimo de sabedoria. Para Confúcio, aos 60 anos, o homem passaria a compreender as coisas da vida sem a inópia (falta/ necessidade) de refletir sobre o momento e, aos 70 anos, seria capaz de seguir os desejos do coração sem transgredir qualquer regra. A filosofia de Confúcio influenciou significativamente a sociedade chinesa, servindo de base à instauração da harmonia entre diferentes faixas etárias, fortalecendo também o respeito dos jovens pelos idosos. Suas mensagens potencializaram, principalmente nas famílias, preceitos de responsabilidade, cuidado e atenção dos jovens para com seus ancestrais.

Enquanto na China existiu a tradição do cuidado e respeito pelos idosos, filósofos do período clássico pouco falaram sobre o envelhecimento. Na Grécia, os filósofos tiveram muito mais a dizer sobre a morte.

Isso pode ter influenciado a forma como a civilização ocidental se acostumou a refletir sobre o envelhecimento, taxando-o como período de perdas. Esse modo de reflexão se fundamentou em aspectos biológicos, considerando o envelhecimento como o responsável pela perda da juventude, por transformações graduais sobre as células do organismo e, conseqüentemente, pela perda gradual da funcionalidade. Assim, formulou-se em parte o costume de utilizar o termo “velho” como atributo de pessoa abatida ou acabada.

Seguindo a linha do tempo, encontramos na mitologia grega passagens sobre conflitos entre pais e filhos, jovens e anciãos. Nas obras gregas, os deuses foram geralmente apresentados como indivíduos jovens, fortes e destemidos. Contudo, é possível encontrar obras que descreveram os personagens sob a figura de idosos como Nereu, o velho do mar, e Caronte, o barqueiro dos infernos. No épico da ética escrito por Platão (427 – 347 a.C.) intitulado *República*, foram abordados temas como justiça/injustiça, contendo referências ao envelhecimento humano. Conforme Audrey Anton (*Aging in Classical Philosophy / Envelhecimento na filosofia clássica* – 2016), o entendimento de Platão sobre a velhice parece derivar de suas visões sobre a sabedoria, o que estaria relacionado a seus compromissos metafísicos e epistemológicos. A palavra metafísica – do grego meta - além de/ filosofia primeira - Metafísica é uma das disciplinas fundamentais da filosofia que examina a natureza básica da realidade, incluindo a relação entre mente e matéria, entre substância e atributo e entre necessidade e possibilidade. E a palavra Epistemologia – do grego episteme /conhecimento – logia/estudo . A Epistemologia é o ramo da Filosofia que estuda a natureza do conhecimento (incluindo o científico), também conhecido como Teoria do Conhecimento.

Outro filósofo grego que referenciou a idade foi Sócrates. Ele declarou que a velhice não consistiria em peso algum para homens prudentes e bem preparados. Segundo Platão, seu mestre Sócrates teria prazer em conversar com homens idosos, porque enxergava-os como especialistas capazes de fornecer informações valiosas sobre os modos de viver a vida.

Em seus *Diálogos*, Platão também relatou queixas proferidas pelos próprios idosos referentes ao tempo. As lamentações estariam relacionadas às perdas sofridas pelos idosos ao longo do tempo, como, por exemplo: a alegria dos tempos da juventude, a falta dos prazeres do amor, das festas e glórias recebidas após os combates. Outro ponto interessante referido nos textos e comum aos tempos atuais é que idosos da Grécia antiga também se queixavam do tratamento vergonhoso recebido pelos familiares.

No século VIII a.C., Homero escreveu a *Odisseia*, um dos principais poemas do período antigo grego. Nele, há referências sobre a relação entre a idade e a diminuição da força física, extremamente útil para os combates entre os povos. Entretanto, a obra também salientou valores próprios da idade, ou seja, qualidades intrínsecas aos mais velhos, como a experiência de vida, portanto, a sabedoria. Nos versos da *Ilíada* (séc. VIII a.C.), Homero contou a história da Guerra de Troia. Nessa obra, a idade foi acompanhada pela tristeza e escuridão, considerada como ameaça à vida. Por conseguinte, tristeza e escuridão estariam relacionadas à morte e ao terror de Hades, deus do mundo subterrâneo.

Porém, a *Ilíada* também descreve um homem velho portador de extrema força, que apresentava felicidade em seus últimos anos de vida. Esse foi Nestor, o antigo governante de Pylos. No texto, a disposição e a vitalidade de Nestor são acompanhadas pela descrição de alguns utensílios próprios que lhe conferiam singularidades de um jovem com habilidades para o combate (capacete, escudo e espada).

Na mitologia grega, Nestor também foi intitulado como o “velho divino”, considerado o mais velho dos heróis do período anterior a Troia.

Outro filósofo clássico grego a referenciar o envelhecimento foi Aristóteles, responsável por comentários pouco favoráveis aos idosos. Suas observações foram breves e diretas, taxando os idosos de medrosos, desconfiados e inativos. Segundo Aristóteles, os velhos seriam faladores e exímios repetidores de histórias sobre o passado, além de egoístas. O filósofo não abordou o envelhecimento na perspectiva da doença, mas sim do ponto de vista comportamental. Isso pode ter relação direta com os tratados éticos desenvolvidos por Aristóteles, especialmente na obra *Ética a Nicômaco*. Nela, Aristóteles afirma que a virtude moral é a média entre dois vícios: excesso e deficiência.

A essência do pensamento ético de Aristóteles foi marcada pela virtude. Para ele, a juventude seria a segunda melhor fase da vida e período de início para o aprendizado. Ademais, o auge da virtude seria atingido na meia-idade, enquanto a velhice seria uma fase miserável. Embora não tenha se referido à suscetibilidade dos idosos para doenças, há desconfiança de que Aristóteles não tenha reconhecido os velhos como sujeitos virtuosos porque considerou, acima de tudo, sua fragilidade física e cognitiva.

A relação entre a filosofia e o envelhecimento pode ser encontrada no Império Romano. Marco Tulio Cícero (106 – 43 a.C.), filósofo, jurista, orador e responsável por introduzir em Roma as escolas gregas de pensamento. Cícero também criou o vocabulário filosófico latino, escrevendo respeitáveis obras literárias como *De legibus*, *De natura* e *Republica*. Sua relação direta com o envelhecimento ocorreu na obra *Saber envelhecer*, quando o filósofo abordou a arte do envelhecimento, destacando a importância do prazer, que segundo ele seria favorecido pelo tempo, uma vez que cada idade (faixa etária) apresentaria virtudes próprias. Entretanto, foi no texto *A amizade* que Cícero revelou um tratado definitivo sobre a fraternidade e as relações sociais com temas associados ao envelhecimento. Entre as questões abordadas por Cícero está a perda da memória, tratada, todavia, de forma lúdica, inteligente e construtiva. Para ele, a perda da memória ocorreria quando ela não fosse reconhecida com vivacidade de espírito, ou seja, não fosse cultivada. Conforme Cícero, os idosos sempre seriam capazes de recordar os fatos desde que lhes interessassem. O filósofo também lançou uma interessante pergunta: Será que filósofos como Demócrito, Platão e Pitágoras se tornaram improdutivos por causa da velhice? O próprio Cícero respondeu que não, pois esses filósofos se mantiveram criativos até o final de suas vidas.

Cícero acredita que muitos não gostavam da velhice porque ela afastava as pessoas de suas atividades cotidianas. Mas também salientou que isso estaria mal fundamentado, porque nem toda ação é basicamente física. Segundo ele, o que determina a importância de uma ação seria a extensão das consequências geradas por ela. Pois, muitas vezes, ações aparentemente pequenas produzem grandes resultados.

Retratos e pinturas de pessoas idosas sempre foram comuns no mundo das artes, especialmente nos séculos XVI e XVII. linguagem pictórica

Conforme Sabine Kampmann no livro *Explorando imagens do envelhecimento na História da Arte e outras disciplinas*, o corpo masculino envelhecido se apresentou como uma marca tanto nas obras dos profetas, filósofos, patriarcas e eruditos como nas cenas bíblicas e de pintores da antiguidade.

A questão do sexo associada à idade também foi bem explorada no mundo das artes. Corpos envelhecidos de mães adotivas foram utilizados, por exemplo, para sensibilizar a sociedade, enquanto imagens de pessoas ou casais mais velhos buscavam transmitir modelos relacionados à moral.

A imagem de idosos no mundo das artes pode ser considerada como representações alegóricas do tempo, elementos da transitoriedade ou finitude. Isso significa dizer que figuras que retrataram o envelhecimento são marcos da história visual da velhice, representantes da diversidade iconográfica dessa questão.

Em 2007, Umberto Eco destacou no livro *História da feiura* que o estilo de representação adotado pelas artes na era medieval influenciou tanto o pensamento daquela época como as fases subsequentes da humanidade. Por essa razão, a imagem do idoso foi basicamente estereotipada e associada à doença, contribuindo consideravelmente na fixação da simbologia da feiura. Não obstante, a representação do feio foi associada à imagem de uma pessoa idosa, portadora, muitas vezes, de anomalias, enfermidades ou prestes a morrer.

A retratação da velhice também foi comum entre artistas do movimento expressionista, surgido no início do século XX, na Alemanha. A particularidade deste estilo foi a luz, utilizada para enfatizar manchas, contrastes, deformações, sombras, projeções e variações cromáticas. Pintores expressionistas retrataram o envelhecimento tendencialmente com traços de fragilidade, depressão e rugas (feiura).

Na obra intitulada *At eternity's gate / No portão da eternidade*; (1882), Vincent van Gogh (1853 – 1890) ilustrou, por exemplo, um idoso na posição sentada, com as mãos sobre os olhos, em situação de tristeza e abandono.

Em 1897, Paul Gauguin (1848 – 1903) pintou um conjunto de obras com a intenção de sintetizar a evolução da vida, foram elas: *Where do we come from, what are we?, Where are we going? / De onde viemos, o que somos e para onde vamos*. Suas imagens ilustraram indivíduos em diferentes faixas etárias. Con-

tudo, nessa obra se observa algo interessante e talvez incomum para a época: os idosos estão aos cuidados de indivíduos mais jovens.

A arte expressionista teve como uma de suas características retratar nas telas aspectos da história de vida dos artistas. Deste modo, os artistas associavam o poder criativo com a realidade política e social, despertando emoções nos observadores, mas sempre com relativo tom de pessimismo.

Um exemplo de pintura sobre pessoas idosas no Brasil são as obras *Mulher de cabelos verdes* (1916), de autoria de Anita Malfati (1889 – 1964), e *Cabeça de velho*, pintada em 1923 por Candido Portinari (1903 – 1962).

Anita Malfati destacou o envelhecimento feminino de forma caricatural, romantizando a questão para mostrar o valor da mulher, fixando a ideia de que cabelos grisalhos não desmerecem, pois são um marco de força conquistado ao longo do tempo.

Por outro lado, Portinari optou por retratar o envelhecimento em um sentido melancólico por meio de um homem de cabeça baixa, olhar triste, pensativo, com cabelos brancos e rosto enrugado.

É importante ressaltar que pintores e suas obras são representantes de períodos históricos com características políticas e culturas próprias. Isso atribui às imagens o caráter da medialidade do contexto histórico desse artista. Não obstante, pode-se considerar que muitas obras são autorretratos que ilustram a idade do autor ou que buscam discutir os opostos, enfatizando a contrariedade entre graça/beleza e feiura, harmonia e caos.

Em se tratando da área do envelhecimento humano, compreender o papel de filósofos e seus textos, assim como de pintores e suas obras pode engrandecer o entendimento sobre uma série de preconceitos criados sobre a idade e o idoso ao longo do tempo.

Textos e imagens são ricos de significados, capazes de trazer para o tempo presente a visão de indivíduos e das sociedades do passado. Cada manifestação artística, seja ela escrita, esculpida ou pintada é um documento vivo sobre o contexto social, político e cultura da época de sua criação.

Filósofos como pintores apresentaram modos peculiares para abordar a idade e o envelhecimento, e seus pontos de vista transitaram entre a valoriza-

ção da sabedoria, o respeito às gerações passadas e o paradigma negativo do termo velho-velhice. Verificou-se que alguns filósofos e artistas se referiram ao tempo vivido como uma fase traumática. Outros exaltaram o valor dessa fase da vida tanto para o próprio idoso como para sociedade, destacando as contribuições desses indivíduos para as gerações futuras.

Talvez as obras de filósofos e pintores possam ter influenciado o senso comum da civilização atual para denominar a pessoa idosa como velha e considerar o processo do envelhecimento como velhice. Mas, por outro lado, somos portadores de conhecimento suficiente para distinguir entre o belo e o feio, assim como entre o certo e o errado!

Embora ser velho não seja necessariamente ser fraco e debilitado, muitos dos problemas sociais e médicos associados à velhice são afetados pelas perspectivas sociais sobre o envelhecimento e pela privação e opressão socioeconômica que elas produzem.

Assim, a velhice não é apenas uma função da percepção subjetiva, nem está desancorada nas realidades materiais. Uma forte motivação para a pergunta, 'Quantos anos é velho?', é uma preocupação com o aparecimento de enfermidades relacionadas à idade, o encolhimento do futuro e a proximidade da morte. No entanto, a velhice também pode ser definida em termos de uma fase da vida, por exemplo, como a fase em que um indivíduo viveu o suficiente para ter uma vida completa e plena.

A questão normativa diz respeito à quando é apropriado ou justificado considerar alguém como velho. Dado o atual estigma associado à velhice na cultura ocidental, pode parecer que não devemos chamar as pessoas de "velhas". No entanto, a libertação do estigma não é conquistada negando ou obscurecendo a realidade do envelhecimento, e recusar-se a chamar alguém de "velho" pode ser uma concessão aos estereótipos etários. Em vez de se distanciar da velhice, as pessoas podem fazer melhor em acolhê-la.

Às vezes, 'velho' carrega conotações positivas, por exemplo, quando falamos de vinho velho, velhos mestres ou velhas instituições. No entanto, as conotações positivas são mais comuns na aplicação a coisas do que a pessoas, e há menos delas do que casos em que 'velho' tem uma conotação negativa.

É significativo que haja pelo menos duas classes principais de antônimos de 'velho': uma entidade que não é velha pode ser jovem ou nova. Algumas das conotações negativas na cultura ocidental de "antigo" aplicado às pessoas podem vir do fato de que a palavra também é o antônimo de "novo".

Essa observação pode parecer exagerada, talvez até grotesca. E pode-se objetar que, embora os jovens muitas vezes considerem a velhice com repulsa, os idosos às vezes consideram os jovens com desdém. A diferença, no entanto, é que a cultura ocidental se dedica a preservar e aprimorar a juventude pelo maior tempo possível, com indústrias inteiras dedicadas a atingir esse objetivo. No entanto, nenhum aspecto da cultura ocidental encoraja aspirações à velhice; ser velho é uma condição a ser adiada ou evitada e, portanto, temida.

Sentir-se velho ou ser tratado como velho parece acontecer quando as pessoas envelhecem fora de papéis sociais produtivos.... Onde os papéis de trabalho exigem capacidade juvenil para grande esforço físico e resistência, é provável que as pessoas sejam consideradas velhas mais cedo. Além disso, e especialmente para as mulheres, ser visto como não desempenhando mais um papel reprodutivo muitas vezes leva a ser designado como velho.

Talvez se a sociedade ocidental valorizasse a velhice tanto quanto valoriza a juventude – ou melhor, valorizasse todas as fases da vida como significativas para o projeto humano – pelo menos alguns dos problemas associados à velhice seriam diminuídos ou deixariam de existir.

Esta foi a fala de uma pessoa, que não se considera velha, embora tenha 75 anos de idade feitos e bem feitos!

PRIMEIRO APARTE

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Professora Maria Cecília com contribuições valiosíssimas. Vários pontos aí que poderíamos destacar e ponderar, mas eu queria fazer um breve comentário sobre algumas questões que você apontou e sem dúvida alguma acho que em outro momento podemos aprofundar.

Mas a primeira questão se refere a uma frase que você nos traz que diz: que o tempo é o marcador da vida. E isso me provocou uma reflexão, que vai ao

encontro sobre o que a gente falou sobre a ressignificação da velhice. Permitam-me o trocadilho: ressignificação da velhice ao tempo que promove uma imagem positiva, ativa e mesmo bela da velhice, como você traz ao final da sua fala, e essa ressignificação também pode provocar a sua negação. Em qual sentido? A nossa sociedade ela nos marca com desejos materiais e imateriais, que nos levam à busca de uma eterna juventude.

Então, quando a gente pensa os novos significados e você faz um passeio espetacular sobre a retratação da velhice em grandes obras. O quê que a gente percebe? Que a imagem da velhice, mesmo quando ela é alterada, quando ela retorna, ela retorna como significado que busca dar uma positividade, mas que ainda assim traz à tona o histórico de sua negação. E a gente teve um período pandêmico, um cenário adverso provocado pela pandemia, em que a moda dos cabelos grisalhos emerge como moda. Mulheres, em particular, pintam o cabelo. Tem uma brincadeira que diz que mulher brasileira não envelhece, fica loura. Eu por muito tempo pinteí meu cabelo de loura e o cenário da pandemia faz com que os cabelos grisalhos fiquem sendo moda. Isso é interessante porque apesar do grisalho ter um novo sentido, ele quer negar de alguma forma a velhice, a partir do momento em que diz que o grisalho não pertence mais só ao velho, o novo também pode ser grisalho. O que quero evidenciar para a gente refletir, de alguma forma, é um paradoxo, na nossa compreensão, na nossa conceituação do que a gente entende, do que a gente defende, e reconhece como o ser velho, a velhice, o ser idoso. E aí fica uma pergunta: será que queremos envelhecer? Se eu lá no primeiro momento na introdução da nossa conversa questiono se estamos preparados para envelhecer, eu acho que essa é uma outra questão que se coloca: queremos envelhecer? A busca pela vivência positiva, o nosso viver cotidiano, a busca por uma qualidade de vida, sempre tem como foco o envelhecimento saudável. Mas nisso o tempo passa e ele passa tão rápido, a nossa vida é tão efêmera que quando a gente vê estamos velhos ou idosos, usando os dois conceitos que estamos discutindo. Então, se nós vivenciamos os nossos cotidianos com o intuito de um envelhecimento saudável, mas a gente deixa essa tempo passar, a gente viveu efetivamente? E quando a gente chega lá na terceira idade, nessa fase da vida que nós reconhecemos como idosas, velhos, o quê que nos cabe? O quê que nos resta? Então, discutir o envelhecimento é importante porque isso é uma fase da vida que não pode ser tratado como tabu. O que eu

quero trazer aqui é uma reflexão sobre a gente estar no mundo e nossas relações sociais.

4.3 Intolerância e preconceito na terceira idade

Maria Lúcia Xavier Pacheco

Estou sensibilizada por este convite por se tratar de um tema tão significativo e ao mesmo tempo tão deixado de lado por medo, como a Dra Daniele e a Profa. Maria Cecilia Gama acabaram de falar. O que a gente vê, e que a professora falou e com muita propriedade no estudo dela, é que a velhice tem sido pensada em todas as civilizações e por todas as camadas da sociedade, quer na arte, quer na pintura. E estamos nós aqui reunidas também para falar desse tempo em que vai passar na vida de todos a não ser daqueles que forem embora antes.

Então eu vou começar o trabalho, que eu quis dar um objetivo, porque o meu tema é o preconceito. Eu não tenho como falar de preconceito sem falar um pouco de lei e de casos particulares e eu espero estar à altura das minhas colegas para tratar do trabalho.

Etarismo é um novo nome para um velho preconceito. Essa frase não é minha, é da estudiosa Fran Winandy. Eu começo a minha exposição com o texto seguinte:

“Quantos anos eu tenho? Tenho os anos em que os sonhos podem ser trocados com os dedos e as ilusões se transformam em esperança. Tenho os anos em que o amor, às vezes uma chama ardente ansiosa para se consumir no fogo da paixão. Outras vezes, é um porto de paz, como o pôr do sol que se reflete nas águas tranquilas do mar. Quantos anos tenho? Quantos anos eu tenho? Não preciso contar, pois os desejos que alcancei, os triunfos que obtive, e as lágrimas que derramei pelas ilusões perdidas, valem mais do que qualquer número. O que importa se fiz cinquenta, sessenta ou mais? O que realmente importa é a idade que sinto, a força que tenho para viver sem medo, seguir meu caminho com a experiência adquirida e para fazer o que quero e sinto.” José Saramago.

O etarismo é o nome dado ao preconceito de idade, ato de discriminar uma pessoa ou grupo de pessoas em função da sua idade cronológica. Também conhecido com o nome de ageísmo e idadismo. O preconceito etário também é conhecido com o nome de velho fobia, preconceito específico contra o idoso. O termo etarismo também é empregado para definir preconceito contra jovens e idosos. O preconceito contra a idade tem em seu primeiro embate a questão física, pois o conceito de beleza está preso ao de juventude. Preconceitos não se norteiam pela lógica, segundo o psicólogo norte americano Daniel Katz, eles são baseados em valores pessoais, como crenças religiosas, como também em valores morais básicos e tentar mudá-los significa contestar esses valores. Na gerontologia, a análise da idade sob as perspectivas biológica, social e psicológica se entrelaçam, numa tentativa de compreensão desse complexo conceito.

A psicologia trata a idade ou identidade etária e tentando compreender e ajudar essa incongruência entre a imagem que temos de nós e que os outros têm, como uma idade subjetiva, nos fazendo entender a impressão de vivenciar uma idade diferente da idade que temos. E esse questionamento foge da idade objetiva. Acredita que a idade subjetiva parece ter de fato consequências sobre o processo de envelhecimento. E talvez, a mais instigante, seja o fato de que sentir-se jovem faz com que as pessoas se comportem como se, efetivamente, rejuvenescessem. Compreendendo as implicações negativas do etarismo. Aumentando os níveis de satisfação com a vida na longevidade.

E não poderíamos deixar de trazer que este ano, a lei 10741, de 1 de outubro de 2023, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso das outras providências, que em seus artigos que agasalha, protege, estabelece direito às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Como estamos falando de discriminação, etarismo, as pessoas de idade igual ou maior de 60 anos, se faz necessário destacar alguns artigos da lei. E coloquei nesse trabalho os artigos 93, 94, 95, 92 e 102, os quais estabelecem as punições legais contra o crime praticado contra os idosos, cabendo destacar o artigo 94: aos crimes previstos nessa lei cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse quatro anos, aplique-se ao procedimento previsto na lei 9099, de 26 de setembro de 1995, e subsidiariamente no que couber à disposição do código penal e do código de processo penal. Artigo 96: discriminar pessoa idosa impedindo ou dificultando seu aces-

so às operações bancárias, aos meios de transporte, aos direitos de contratar qualquer outro meio de instrumento necessário ao exercício da cidadania por motivo de idade, pena de reclusão de seis meses a um ano e multa. Parágrafo primeiro: na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa por qualquer motivo. Parágrafo segundo: a pena será aumentada em 1/3 se a vítima se encontrar sob responsabilidade do agente. O artigo 102: apropriar-se ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso dando-lhes aplicação diversa da sua finalidade.

Alguns artigos dos 118 artigos eu priorizei porque na prática, como eu faço parte da presidência da diretoria da terceira idade, que são os artigos que mais se enquadram na prática dos maltratos contra os idosos.

E por que temos medo de envelhecer? As pessoas não querem envelhecer, pior, não querem parecer velhas. Pessoas envelhecidas têm dificuldades de encontrar trabalho e se tornam invisíveis em nossa sociedade. Indesejáveis. E por isso, a aparência torna-se fundamental nessa batalha.

O desconforto do envelhecimento. Quanto mais a tecnologia avança, maior e mais palpável a nossa intimidade com desconforto que nos tira do processo natural do envelhecimento e nos coloca na mira do preconceito. E de repente, nos deparamos com a nossa vaidade que não se conforma com os limites, a fragilidade e perdas com as quais temos que lidar. Temos medo da invisibilidade, de nos tornarmos alguém que pouco a pouco vai desaparecendo, dando um combustível para o preconceito da velha fobia.

A questão do envelhecimento tem sido tema de estudo por muitos estudiosos da medicina, psicologia, sociologia, da filosofia entre outros segmentos da sociedade. O que eu vou descrever agora foi uma medida que me chocou e que chegou, eu acredito, ao conhecimento de poucos: a OMS – Organização Mundial de Saúde tentou incluir o termo “velhice” na nova edição da classificação estatística internacional, de doenças e problemas relacionados à saúde – CID 11 – a partir de janeiro de 2022. Devido às reações da mídia, redes sociais, que ajudaram a conter essa resolução que trataria o envelhecimento como doença, demonstrando que essa medida da OMS, apontava claramente para o preconceito contra o idoso. Etarismo. O idoso com potencial consumidor passaria ao status de doente. O receio da comunidade médica e boa parte

da sociedade, incomodada com a classificação e da utilização desse CID, que acabaria sendo utilizado com frequência, encobrendo os motivos reais como: as cardiopatias, diabetes e outras doenças. Além disso, já existe um código para a senilidade que é usado em alguns casos. Outros argumentos que foram usados contra o CID para idoso, são os diferentes marcadores etários para início da velhice, em países diferentes como: no Brasil, 60 anos; Portugal, 65 anos; Itália, 75 anos; e assim por diante, o que tornaria os brasileiros doentes antes da boa parte dos europeus. A medida soava contraditória frente às recomendações da própria OMS, que adota do envelhecimento saudável já tinha preconizado, de 2020 a 2030, visando diminuir o etarismo no mundo.

E se passássemos a ser considerados doentes, ao cruzar a fronteira da idade determinada e considerada uma pessoa idosa, a tendência seria aumentar o preconceito e ainda impossibilitar uma pessoa nessa faixa de idade de ter um emprego, pois uma vez considerado doente quem o contrataria para sua empresa.

Fazer uma reflexão sobre a terceira idade é pensar sobre a passagem do tempo, seus rastros, suas marcas e avaliar as conquistas, a história e o legado dessas pessoas. As raízes do etarismo nós encontramos muito nos estereótipos, que é uma generalização que é feita de um grupo a partir de similaridades que percebemos. No caso do idoso são negativas, dando origem ao preconceito e discriminação. Exemplificando os estereótipos encontramos como verdades que o idoso tem dificuldade de socialização, saúde frágil, aparência ruim, tudo se complica quando pessoas, profissionais de saúde e o próprio idoso acreditam nesse declínio. E quando o próprio idoso acredita nesse declínio o qual lhe é imposto, podemos observar condutas tais como auto agressão, auto mutilações, tentativas de suicídio, conduta de pessoa idosa que ameaça a sua saúde, e também, a auto negligência, que se manifesta por meio de uma recusa de prover a si mesmo os cuidados necessários à sua saúde.

Outra consequência dos estereótipos é o etarismo benevolente, como usar expressões no diminutivo ao dirigir-se a uma pessoa idosa: coitadinha, roupinha, comidinha, colocando o idoso numa situação de desrespeito, infantilizando-o.

Como estamos falando de preconceito, eu gostaria de ressaltar que o preconceito é diferente de discriminação. Embora não seja o assunto do nosso

trabalho, mas está ligado a ele. Vejamos: quanto ao preconceito dizemos que não gostamos de velhos e não fazer nada acerca disso. Porém afirmar que não se gosta de pessoas velhas e por esta razão impedir a contratação de pessoa com mais de 60 anos, caracteriza uma discriminação, uma vez que esse julgamento subjetivo prejudica um grupo específico de pessoas. Ambos são crimes: preconceito e discriminação.

Estudiosos do etarismo estabelecem dois segmentos: o etarismo de motivação pessoal e o etarismo de motivação institucional. O primeiro vem das pessoas, o segundo, das instituições ou organizações pelas suas políticas e práticas, que ao meu ver é o pior.

Ao concluirmos que etarismo, preconceito e em alguns casos também a discriminação, devemos nos empenhar em combatê-los, neutralizando na família, na sociedade, e como forma de desmistificação dos aspectos negativos dos idosos e promovendo a inclusão. Infelizmente, o etarismo é uma realidade presente em diversos aspectos na vida das pessoas idosas do Brasil. No mercado de trabalho muitas vezes elas são excluídas das oportunidades de emprego devido a preconceitos e estereótipos negativos relacionados à sua idade. Isso ocorre apesar da experiência, habilidades e conhecimentos valiosos que muitos idosos possuem e poderiam compartilhar.

O que se deve fazer no caso de a pessoa ser vítima do etarismo? A pessoa que é vítima do etarismo deve denunciar, procurar aconselhamento jurídico, procurar advogado, a OAB, Casa do Idoso, o Ministério Público, o disque denúncia que é muito eficaz, pois logo que ele recebe a denúncia já gera um protocolo e o idoso ou a pessoa que denunciou vai ter caminhos para poder ajudar esse idoso e punir essa discriminação. Devemos promover a conscientização engajando-se campanhas, em movimentos como estamos fazendo aqui agora, que buscam combater o etarismo e promover a igualdade de oportunidades dependente da idade.

Segundo alguns estudiosos, todas as pessoas que sofrem de preconceito em determinada idade também sofrerá o preconceito do etarismo, o que nos faz concluir que o etarismo engloba todos os outros preconceitos e discriminação. Em alguma época da vida, a pessoa que sofre preconceito vai envelhecer, e vai ter mais um preconceito contra ela.

Uma forma de combater o etarismo além de todas as ferramentas que pudermos conhecer e dar é promover a intergeracionalidade. Que é uma troca de cultura solidária, compreendendo o ciclo da vida, com a presença simultânea das gerações, envolvendo criança, jovem, adulto, idoso, o que requer uma leitura mais sensível e infundada nos diversos percursos no tempo. Daí a importância das vivências intergeracionais, nas quais se dão as trocas das energias física, mental, emocional, estabelecendo, ao mesmo tempo, limites e possibilidades de cada um no seu tempo. No livro “ As gerações e suas lições de vida” a professora Maria Helena Novais estabelece caminhos e procedimentos para que ocorra essa intergeracionalidade.

SEGUNDO APARTE

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Dra Maria Lúcia acredito que você trouxe contribuições importantes para a gente pensar o idoso como um sujeito portador de direitos. E é tão interessante quando a gente fala isso porque eu falei no início que este ano o Estatuto do Idoso completa 30 anos, o Estatuto da criança e do Adolescente fez 33 anos. A condição de ser criança e ser adolescente foi reconhecida a partir do status de cidadania três anos antes do idoso e isso me faz pensar muito nesses dois extremos, entre aspas, da vida: o início e aquele, entre aspas, que se aproximaria da finitude. Tanto que no âmbito das políticas públicas a gente trabalha com públicos prioritários crianças, adolescentes e idosos, porque estariam ali vivenciando questões que precisariam de uma legislação específica e isso é muito polêmico também. Isso traz uma tensão porque muitas vezes você está equiparando a necessidade de proteção do idoso como se fosse a necessidade de proteção da criança. Isso de alguma maneira é uma questão que eu coloco para a gente pensar: não traria ali uma ratificação de uma condição de fragilidade do idoso que a gente está tentando o tempo inteiro desconstruir? Eu acho que esse é um ponto importante para a gente refletir. O quanto a legislação protetiva ela reconhece direitos, ela traz status de cidadania, mas ela pode ser entendida de uma forma deturpada e acabar ali trazendo uma lógica que talvez não seja aquela a mais interessante. É uma questão para a gente pensar.

Um outro ponto que eu fiquei pensando aqui a partir da sua fala Dra. Maria Lúcia, é quando você traz o exemplo da questão do trabalho. A gente tem avanços legais, o reconhecimento da longevidade, as pessoas podem sim estar sendo produtivas, compartilhando habilidades, sabedoria e experiências, mas concretamente, se a gente perde o emprego aos 45, aos 50 anos, o que pela OMS ainda seria uma meia idade, já é difícil você conseguir uma reinserção no mercado de trabalho e aí a gente pensa, o idoso já com 60 anos, pensando aqui a classificação brasileira, como ele entra numa vaga de emprego? Ele entraria por meio das cotas, daquilo que chamaríamos de reserva do politicamente correto, será que reconhecidamente as vagas seriam destinadas pela valorização, pelo bem, por aquilo que ele oferece? Eu trago isso para a gente refletir justamente quanto nós ainda somos muito imaturos para pensarmos a terceira idade, o lugar do idoso na nossa sociedade.

Quando você traz essa reflexão sobre o etarismo, ele nos aponta sobre a importância de termos essa preocupação, de olharmos as discriminações cotidianas, mas se ele precisa existir e a gente precisa debater, trazendo isso para a perspectiva jurídica, tudo aquilo que se pensou que avançamos, não avançamos efetivamente. Então, a sua fala Dra. Maria Lúcia traz algumas inquietações. Quando se avança, se caminha um pouquinho, porque precisa trazer novas leis para combater aquilo que se pensou já tivesse sido superado.

São apenas breves considerações a respeito da sua fala nesse momento, agradecendo tanto a professora Maria Cecília quanto a Dra. Maria Lúcia pelas excelentes contribuições e antes de eu finalizar, passar a palavra para ambas contribuírem com mais alguma coisa, reflitam um pouco mais sobre as questões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria Cecília Fontainha de Almeida Gama

Obrigada Daniele e obrigada Maria Lúcia, como sempre brilhantes. E a gente que faz parte desse etarismo, se considera privilegiada, porque consegue ter, apesar de, e esse “apesar de” é que incomoda bastante, apesar de termos cronologicamente uma idade, as idades não podem ser medidas apenas pela cronologia. Respondendo à primeira pergunta que você me fez, Daniele, só não

chega a ser velho quem morre jovem, e isso é uma das coisas que se aprende desde cedo, filosoficamente falando. Sabe-se que a sabedoria é construída, construída por meio das vivências, do tempo. Cronos, que é o nosso dono, o tempo, aquele que permanecemos nesse momento, naquele ambiente, naquela sociedade, naquele lugar. E isso vai trazendo sempre mudanças. É aquele famoso dois passos para frente, mas temos que dar um para trás, porque é o nosso passo da reflexão. Temos, às vezes, que nos distanciar daquele fato para poder entendê-lo e esse distanciamento nos traz perplexidade. Ou seja, exatamente como você diz, estamos aqui tentando colocar o idoso dentro daquilo que lhe é de direito e de fato dentro das leis, o idoso socialmente falando como ele pertence à essa sociedade e filosoficamente como ser humano. Mas será que as pessoas realmente pensam nisso quando elas elaboram leis, sejam elas aplicadas na parte social, na parte jurídica, no dia a dia daquele idoso? Ou será que o próprio idoso ao se ver idoso ele pensa nisso? Até onde eu posso contribuir para que o meu neto não veja a velhice como eu estou vendo ou que não sinta o que eu estou sentindo ou não passe pelo que eu estou passando. Teria que ser uma mudança radical de todo um pensamento social. Não basta ter uma mudança na lei, aquela a ser aplicada, se a pessoa que vai aplicar aquela lei não acredita naquilo que está fazendo. Não basta ter uma excelente assistente social, que abraça e que acolhe, se no dia seguinte ela é substituída por uma que vai botar aquela criança na rua: “Ah! Já não precisa mais, vamos botar outro”. Então, quais são esses critérios? Quem define esses critérios? Eu penso que vai muito além da parte humana. Penso que chega um pouco dentro da parte espiritual, emocional de cada ser humano. Então é aquele meu primeiro podcast que nós fizemos no qual se considera o ser humano ainda uma verdadeira incógnita. E é isso o que eu tenho a dizer. Não acrescento mais nada, pois continua sendo para mim uma incógnita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Mais uma vez agradecendo à professora Maria Cecilia e à Dra. Maria Lúcia, e dizer aqui que teremos um podcast em que falaremos das políticas públicas, falaremos dessa relação do cuidado, mas já para deixar um spoiler, que

é um nome da moda, tem um filme, da década de 80, chamado “Trancado por dentro”, filme brasileiro, com Paulo Gracindo, ator que fez “O bem amado” e ele é o idoso retratado no filme, e esse filme, de 1989, vai justamente nos mostrar esse cuidado da pessoa mais jovem ao idoso, que na verdade o objetifica, o infantiliza, e tira dele qualquer capacidade de decisão, escolha e, principalmente, que o aprisiona na sua condição de ser idoso. Fica também uma dica para nós pensarmos, porque este filme, para quem quiser assisti-lo, ele vai trazer algumas cenas que vão nos provocar, tanto no debate de hoje, como nesse outro debate que faremos um pouquinho para frente.

Gostaria de finalizar o nosso encontro hoje dizendo que a fala da Dra. Maria Lúcia é muito importante quando ela diz que devemos defender e lutar pelo idoso que nós queremos ser e o lugar que nós queremos ocupar. E a gente está aqui para isso: para que se possa envelhecer dignamente, não só um grupo social, mas os diferentes grupos sociais que estão também aí constituídos pelas pessoas idosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria Lúcia Xavier Pacheco

Dra. Daniele, professora Maria Cecília. A fala final da Dra Daniele conta as questões da lei. Eu sou uma pessoa da lei embora minha formação venha da educação, sou professora de história, sou pedagoga e também advogada. Frias letras da lei não mudam nada, mas seria muito pior não tê-las, porque não muda nada uma transformação no nosso desejo de ver o avanço, se não as tivéssemos nós não poderíamos nem estar conversando sobre determinados assuntos.

Concordo com a professora Maria Cecília que o que tem que mudar é o homem, o nosso pensamento diante do próprio homem e o seu papel no mundo, seja ele criança, idoso e em qualquer condição social. Mas nós temos que não ficar só na parte do achismo. É o que eu penso. Eu sou muito ligada à parte espiritual e penso que quando o homem se espiritualiza ele vê o outro com amor e vê o outro como a semelhança dele e ele quer para os outros o que ele gostaria para ele. Mas temos que ter soluções que não sejam aquelas

que, efetivamente, como resultados mas perto deles. Eu costumo dizer como educadora que quando diziam que uma escola não era boa, que a pior escola é melhor do que nenhuma. Que ali vai-se plantar uma semente e que ali vai germinar e que ela poderá ser boa algum dia. Então, os estatutos, as leis, os nossos debates, eles vão dar frutos, talvez nós não estejamos aqui para ver esses frutos, porque nós também não temos a solução na prática. Quando a OMS lança um CID para idoso eu tenho vontade de chorar. Porque isso é um retrocesso. Não tem lei que cubra isso. Esse estatuto e essas leis, a lei do idoso ela morreria diante disso e no entanto, graças a Deus essa CID foi para o lixo, e não se sabe se ela sai do lixo, mas estamos aqui.

Para finalizar diria o seguinte, eu, Maria Lúcia, estou falando por mim, se não houver essa interação, começando na família e na escola, de ver o idoso como um prolongamento da minha vida. Porque eu vou viver através dos meus netos e filhos e eles através de mim com as minhas memórias, com as minhas vivências. Se a gente começar a trabalhar com esses aspectos, vamos respeitar melhor o outro e principalmente o idoso. Enquanto não temos isso vamos fazer os nossos debates e vamos usar as nossas leis para tentar minimizar o que a gente vê aí em relação ao idoso. Muito obrigada.

5 A IDENTIDADE DE GÊNERO NA POPULAÇÃO IDOSA

Dando início a mais um podcast do Escritório da Cidadania em Movimento, agradecemos a companhia de todas as pessoas que nos ouvem neste momento. Teremos um podcast que associa temas que já discutimos aqui: diversidade de gênero e terceira idade. Com o objetivo de promover reflexões sobre preconceitos, grupos sociais e diversidade, o sexto Debate Étnico Racial e a Cidadania sob a ótica do Cinema II, atividade de extensão do UniFOA, traz hoje questões importantes para pensarmos sobre identidade de gênero, sexualidade e o envelhecimento. Meu nome é Daniele do Val, sou assistente social e professora doutora desta Instituição de Ensino e tenho aqui como parceiros a professora mestre Maria Cecilia Gama, professora convidada e institucional do UniFOA, e o professor mestre Ailton Carvalho também do UniFOA.

5.1 Envelhecimento, gênero e terceira idade

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Não é fácil falar de sexualidade. E ainda mais difícil reconhecer a sexualidade como algo vivido pelas pessoas idosas. No senso comum, avós e avôs são seres idílicos, puros e fofos. Mãe e pai são apenas mães e pais, não têm vida para além da maternagem e paternagem. Uma certa tolerância social para homens mais velhos que se relacionavam com mulheres mais novas, até pode ocorrer, mas nunca ao contrário! A mulher mais velha perde o status de objeto de desejo, da beleza a ser contemplada. O homem, ah! este amadurece, cabelos brancos são um charme. Logo de cara já identificamos aqui uma moralização da vida familiar e social, a objetivação e o descarte do feminino com o machismo e o etarismo.

O exercício da sexualidade é marcado por tabus e, assim como o processo de envelhecer, envolto em preconceitos. Portanto, ser velho e fazer sexo não combinam. Será?

Bom, se reconhecermos atualmente a dimensão positiva da velhice, transmutada no conceito de Terceira Idade, e compreendermos que sexualidade é algo muito maior e mais complexo que o ato sexual, ser idoso e viver sua sexualidade é uma combinação totalmente possível.

Contudo, apesar de muitos avanços nossa sociedade ainda conserva uma certa resistência a esse paradigma, impondo à pessoa idosa uma condição de sujeito quase assexuado. E se neste cenário saímos da heteronormatividade para considerarmos as outras possibilidades de orientação sexual, aos tabus e preconceitos soma-se o estigma.

Assim, além de censuras e interditos que atravessam o exercício da sexualidade, juízos de valor promovem a depreciação de quem as tenta viver de forma livre.

E o que é ser livre? Todos nós temos o direito à liberdade – direito que pressupõe o reconhecimento da dignidade de cada ser humano de orientar-se, de modo livre e merecedor de igual respeito, na esfera de sua sexualidade.

A literatura, acadêmica ou não, denuncia o quanto as pessoas idosas vivem a conjunção de várias discriminações. No campo do trabalho, da cultura, da beleza, da saúde... E isso começa já na meia idade, lembrando que pela Organização Mundial de Saúde ocorre a partir dos 45 anos. Quem aqui ao “quarentar” já não passou por situações que o colocou de frente com o fato de que envelhecer é algo concreto e não mais muito distante... Entrou no “enta”... só sai dele se completar 100 anos.

Será mesmo que nossa sociedade, mesmo com tantos avanços em defesa das pessoas idosas, nos permite “ser livres para envelhecermos”? Livre numa sociedade que cultua a eterna juventude, o vigor, a interatividade alegre e descolada?

Se hoje conseguimos uma certa resignificação da velhice, é porque isso foi pauta de muitos debates e interesses! No campo social e político, avanços. Mas na esfera privada, como é ser idoso? Na intimidade de nossas relações, no segredo de nossos desejos, na vontade de viver que nos impulsiona a seguir... aqui pensamos a sexualidade, como expressão e motor de possibilidades afetivas!

O cerceamento da liberdade coexiste com uma crescente defesa, por parte de gerontólogos, sexólogos, da mídia, dos próprios sujeitos idosos, de que sexualidade na velhice de homens e mulheres (cis ou trans), sejam hetero ou homossexuais, torna-se um elemento fundamental para que todos alcancem um envelhecimento saudável, positivo e bem vivido.

A sexualidade na terceira idade pode ser debatida a partir de diferentes perspectivas e sua complexidade pensada com diferentes hipóteses. Destaco uma que é um dos pilares estruturantes da dinâmica societária, ao lado das questões de raça/etnia e de classe: a questão de gênero.

A geração mais velha experimentou uma educação diferenciada por sexo mais contundente que as gerações mais novas. A geração mais velha viveu por mais tempo relações de poder que consolidaram o patriarcado e o machismo, o que possibilitou as incorporações de noções estanques sobre os papéis sociais e sexuais – homem–mulher – , masculino-feminino, masculinidade e feminilidade, calcadas em um modelo mais tradicional. As fronteiras entre o público e o privado eram bem delimitadas. O homem dominava o espaço público e à mulher cabia a responsabilidade do espaço privado. Por isso, a importância de se pensar o gênero como um elemento constitutivo das relações sociais, portanto, expresso em práticas sociais, onde se incluem símbolos, representações, normas e valores sociais que constroem e organizam lugares sociais e sexuais.

Já as gerações mais novas vivem as relações de gênero de forma um pouco diferente. A educação diferenciada por sexo não é tão marcada. Reconhece-se as múltiplas dimensões constituintes do ser no que tange ao redimensionamento do biologicismo: somos sexo, gênero e sexualidade. Somos natureza e cultura. Somos corpo e linguagem, somos um corpo que fala!

As gerações mais novas não precisam mais questionar, com o mesmo ímpeto, as desigualdades de sexo e gênero como as gerações mais velhas. Mas isso não quer dizer que também não as vivam. A sociedade hoje não só fala, mas vive a diversidade. E isso, certa feita, abre margem a uma maior liberdade sexual.

Portanto, há uma interpelação geracional para tratarmos da sexualidade. A idade é uma categoria histórica, assim como gênero e sexualidade. Os idosos atuais provavelmente foram socializados e desenvolveram seus relacionamentos afetivos e sexuais em um contexto histórico marcado por tensões, contradições, desafios. Envelhecer produz e reproduz as marcas do que é ser um sujeito cis ou transgênero, hetero ou homossexual.

Obviamente a experiência do envelhecimento e da sexualidade na velhice é diversa. Trazemos aqui um panorama que expressa uma tendência socio cultural, não uma verdade absoluta. Justamente porque a sociedade é dinâmica que comportamentos mudam, e porque comportamentos mudam é que a sociedade se dinamiza.

A ruptura com a percepção de velhice feia, improdutivo e incapaz é cada vez mais exigência de uma sociedade que envelhece! De um mundo que envelhece. Para Miriam Goldenberg, antropóloga, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, “a velhice pode ser bela porque é libertadora”. Em estudo produzido a partir de uma pesquisa com idosos, Miriam defende e mostra com experiências narradas pelos idosos participantes, que é possível experimentar o processo de envelhecimento com beleza, liberdade e felicidade.

Temos, assim, paradigmas de envelhecimento em disputa.

Isto posto, considerando o significado de envelhecimento, gênero e sexualidade que resgatamos, para fomentarmos o debate sobre o tema, a professora Maria Cecilia Gama nos levará a refletir sobre “a linguagem diante do sexo e da sexualidade”; e posteriormente o professor Ailton Carvalho irá ponderar sobre os desafios em “ser idoso na comunidade LGBTQIA+”.

Professora Maria Cecilia a palavra está contigo.

5.2 A linguagem diante do sexo e da sexualidade

Maria Cecilia Fontainha de Almeida Gama

Eu vou começar falando a respeito de um filme. Ele se chama “The staircase”/ “A Escada”. É um filme de 1969, com o Colin Firth e com a Toni Collette. Em um dos diálogos dos protagonistas tem uma frase que muito me chama à atenção, aonde eles dizem o seguinte: *Nobody loves you when you're old and gay – not even yourself*. Ou seja, *Ninguém te ama quando você é velho e gay – nem mesmo você*.

Partindo disso se vê que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, estabelece que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos

[...] sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição” (ONU, 1948, [s/p]).

Apesar de tal afirmação, o mundo contemporâneo ainda é marcado pelo preconceito, que pode ser definido como o conjunto de crenças, atitudes e comportamentos negativos para com um determinado grupo social.

No Brasil, a intolerância à diferença existente entre uma pessoa e outra, marcada desde outrora, permanece presente em diversas relações. O processo de evolução da ciência e do respaldo jurídico não tem sido suficiente para a mudança de comportamento da população, uma vez que a transformação social requer tempo e acontece a partir de vivências e ressignificações de conceitos.

Em geriatria e gerontologia, a produção de conhecimento e a prática profissional estão em constante expansão desde o início do século XX. O enfoque inicial no saber médico era na perspectiva biológica, e desdobrou-se em uma discussão mais abrangente do envelhecimento e da velhice como questões demográficas, epidemiológicas e sociais. A despeito disso, ainda é evidente a necessidade de amadurecimento teórico-prático e quebra de concepções conservadoras sobre a velhice, que precisa ser compreendida como uma construção social.

A natureza do processo de envelhecimento é dinâmica e heterogênea. Ela sofre influência de fatores contextuais – modificáveis e não modificáveis – como idade, gênero, raça, nível social, experiências da vida, acesso a produtos e tecnologias, ambiente físico, social e cultural, rede de apoio e relacionamentos, atitudes de familiares, amigos e comunidade, serviços, sistemas e políticas públicas, entre outros. A percepção dos aspectos multifacetados do envelhecimento requer uma integração de diferentes campos de interesse, realização de pesquisa participante, colaboração e articulação institucional.

As chamadas velhices dissidentes de gênero e sexualidade são uma temática atual, desafiadora e urgente, por envolverem a transição demográfica verificada mundo afora e uma população sob risco de marginalização e violência.

Com referência à saúde de pessoas idosas LGBTQIa+, algumas questões se impõem. O que tem sido produzido sobre as vivências e o cuidado dessas pessoas, sobretudo no âmbito da promoção da saúde? O material divulgado

alcança o público pretendido, até profissionais, gestores, mídia e sociedade civil? As propostas de ação são adequadas e suficientes para atender de forma digna esse grupo? Quais as principais barreiras que foram identificadas e que estratégias podem ser propostas para transpô-las?

Eu vou trazer nesse cenário, que, por ora, oferece mais perguntas do que respostas, três grandes instituições: a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – seção Rio de Janeiro (SBGG – RJ) –, a Organização Não Governamental (ONG) EternamenteSOU e o Centro Internacional da Longevidade (ILC – BR). Eles firmaram uma parceria pioneira para divulgar aspectos próprios das velhices LGBTQIA+ E é neles que baseio esta minha fala. O propósito dessa aproximação é a produção de material técnico que possa servir de informação sobre as velhices LGBTQIA+ aos interessados em ampliar o conhecimento sobre a temática e a provocar uma conversa é preciso ser mais ampla com a sociedade, alcançar as graduações nas profissões da área da saúde e afins, os cursos de pós-graduação em geriatria e gerontologia e a sociedade em geral, têm que falar a respeito da velhice na LGBTQIA+. Não tem como passar “velhice” ponto. Não é velhice ponto. São velhices diferentes e as pessoas têm que entender isso.

A SBGG é uma associação civil, sem fins lucrativos, fundada em 1961, com o propósito de congregar médicos e outros profissionais de nível superior interessados em geriatria e gerontologia para estimular e apoiar o desenvolvimento e a divulgação de conhecimento científico. Seu ramo carioca existe, desde 1973, e exibe um perfil de vanguarda, com realização de eventos frequentes e diversificados ao longo do calendário anual.

A EternamenteSOU é a primeira organização social do Brasil a dar visibilidade e desenvolver um trabalho de referência com enfoque nas velhices LGBTQIA+ (2017).

Com expertise internacional, o ILC – BR é um espaço autônomo de ideias, com a finalidade de produzir conhecimento, recomendações de políticas embasadas por pesquisas qualitativas e quantitativas e concepção de projetos de cidadania. Sua missão é criar, aprimorar e expandir diretrizes e soluções para políticas relacionadas ao envelhecimento populacional, alicerçadas nos princípios do Envelhecimento Ativo e fundamentadas por evidências oriundas de

resultados de pesquisas e boas práticas nacionais e internacionais, de modo a propiciar aos indivíduos e grupos populacionais oportunidades de aumentar a qualidade de vida ao longo de seu envelhecimento.

O ativismo e a responsabilidade social são características das três instituições. Então vamos promover a autonomia e o respeito à pessoa idosa, por meio da capacitação profissional e de ações destinadas à sensibilização da sociedade civil para assuntos referentes ao envelhecimento. E com o compromisso com a visibilidade e valorização das questões que envolvem a diversidade de gênero e sexualidade nas velhices, garantindo a representatividade da diversidade nas discussões que envolvem essas questões. Por último, intencionamos ser referência nos temas relacionados à longevidade, trabalhando em prol de uma sociedade na qual as pessoas envelheçam tendo seus direitos promovidos, protegidos e respeitados e que permita a todos, independentemente da idade: oportunidades de acesso à saúde; aprendizagem ao longo da vida; participação e segurança/proteção à medida que envelhecem.

Ao analisar a diversidade das velhices e as possíveis condições das velhices LGBTQIa+, surge com frequência o questionamento “falar de velhices LGBTQIa+ por quê?”. A pergunta retórica costuma sustentar-se no argumento de que “somos todos iguais” ou de que “segregação reforça o preconceito”. A resposta é mais complexa do que sugere o senso comum.

A população LGBTQIa+ sempre foi marginalizada e precisou transgredir as normas socioculturais de sexualidade e gênero. Ademais, teve que romper com os vínculos afetivos e de suporte social da família biológica, na tentativa de conquistar sua liberdade, autonomia, independência e expressão de sua identidade. As pessoas LGBTQIa+ foram condicionadas a ocupar um lugar social desprivilegiado em comparação à outras realidades, com acessos limitados por conta do preconceito estrutural, da discriminação e violência.

Falar da desigualdade imposta às velhices LGBTQIa+ é se deparar com a desigualdade e as vulnerabilidades sociais numa sociedade com discurso simplista de que “somos todos iguais”. Na verdade, não somos!

O estigma social e os etarismos também reforçam o silenciamento dessa população que, por vezes, prefere não se identificar como pessoa idosa LGBTQIa+.

É importante despir-se de ideias totalmente enrijecidas por valores morais e fundamentalistas que tentam massificar a identidade humana em suas questões de gênero e sexualidade, e estar aberto a compreender a diversidade das possibilidades do envelhecer, que nos torna únicos e essenciais nos espaços que compartilhamos.

A maior conquista do século passado, sem dúvida nenhuma, foi a longevidade. Por outro lado, o desafio atual, decorrente dessa conquista, é garantir melhores condições de vida aos anos que virão. É condição *sine qua non* para a eficácia desse exercício democrático a representatividade da diversidade da velhice, com a presença de seus respectivos representantes nos Conselhos de Direitos, em Conferências, em Fóruns e nas arenas democráticas.

A diversidade da velhice tem marcadores sociais tais como: raça, gênero, classe social, identidade sexual, etnicidade, nível educacional, entre outros. Além disso, é importante considerar a heterogeneidade do envelhecimento, porque as pessoas não envelhecem de maneira igual; cada uma tem a sua história de vida, suas características, suas dificuldades e suas memórias. Portanto, compreender e valorizar a diversidade da velhice é o caminho para a garantia da equidade e do respeito.

A garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero é o objetivo estratégico do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH – 3) de 2009. É fundamental que a população idosa LGBTQIa+ se aproprie dos seus direitos para se fortalecer diante de dois grandes preconceitos que irá enfrentar: etarismo e homofobia.

Trecho para reflexão:

Não haverá paz no Brasil e no mundo enquanto persistirem injustiças, exclusões, preconceitos e opressões de qualquer tipo. A equidade e o respeito à diversidade são elementos basilares para que se alcance uma convivência social solidária e para que os Direitos Humanos não sejam letra morta da Lei. (PNDH – 3, 2009, p.14)

A necessidade de políticas sociais mais humanas e inclusivas são hoje demandas abertamente discutidas pela sociedade, que a cada dia se torna mais comprometida com o combate à violência e discriminação em razão de raça (racismo), gênero (sexismo) e orientação sexual (homofobia). Porém ainda se

faz necessário realizar um exercício fundamental e valorizado pelas ciências sociais e humanas, que consiste em desnaturalizar nossas crenças e nossas certezas. Nublado pelas nossas convicções, há uma espécie de silêncio sobre uma forma de discriminação bastante comum em nossa sociedade: o etarismo. Mas o que é o etarismo e qual seria a sua relação com a população LGBTQIa+?

Etarismos podem ser definidos como o preconceito e a discriminação em razão de faixa etária/idade. É tido como preconceito, porque habita nossos valores mais profundos, interiorizados e transmitidos de geração para geração. E é tido também como forma de discriminação, porque pode se traduzir em atitudes violentas, exteriorizadas no meio social em que vivemos. A distinção entre preconceito e discriminação costuma ser muito útil para a compreensão das situações de violências tão comuns para os segmentos populacionais vulneráveis. No entanto, mais do que entender a diferença entre esses termos, se faz importante abordar os etarismos no contexto da população LGBTQIa+.

Diante da tendência de mudança substancial na distribuição etária da população brasileira, não é difícil compreender que o etarismo de uns pode se tornar o problema para todos. Isto é, tende a se tornar uma questão social mais ampla, pois a discriminação se materializa em atos de violência levando à agressão física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral.

E como essa dinâmica negativa afetaria a população LGBTQIa+?

A relação entre etarismos e a população LGBTQIa+ reside no caráter universal do fenômeno do envelhecimento. Tornar-se idoso é fato que intersecciona outras diferenças, tais como as diversas orientações sexuais e identidades de gênero, também na população LGBTQIa+. E o envelhecimento provoca efeitos variados dentro e fora deste segmento populacional.

No contexto da população idosa LGBTQIa+, a lógica da discriminação baseada na ideia de que pessoas LGBTQIa+ constituem “minorias” pode ser diluída pelos estereótipos negativos da generalização implícita na expressão de “uma velhice qualquer”. Isso pode levar ao entendimento de que não há diferenças entre uma população idosa “no geral” e uma população idosa LGBTQIa+, relegando ao esquecimento importantes aspectos relacionados à diversidade sexual e de gênero.

Assim, convicções rotineiras sobre a sexualidade “inexistente” ou “invisível” de pessoas idosas no geral, ou seja, uma “velhice assexual”, podem solapar o reconhecimento da própria população LGBTQIa+, uma vez que o senso comum leva a crer que pessoas idosas, que partilham de uma “velhice convencional”, não exercem ativamente sua sexualidade. Acontece um duplo apagamento da população idosa LGBTQIa+, que guarda relação com representações sociais negativas em virtude do preconceito contra a pessoa idosa que já enraizado na sociedade, e aumentando com o preconceito do idoso LGBTQIa+. Afinal, toda mudança social depende da disposição humana para refletir sobre suas convicções mais profundas, no horizonte de construção de uma sociedade mais plural e equânime.

A privação da autonomia e do exercício pleno da independência funcional da população idosa é um desafio presente em nossa sociedade, devido, sobretudo, à falta de oportunidades e pelo próprio preconceito contra a pessoa idosa, conhecido como etarismo.

O preconceito e o repúdio existentes contra pessoas LGBTQIa+ jovens atinge graus ainda mais elevados na situação das velhices LGBTQIa+, sobre as quais recai invariavelmente pesadíssimo julgamento moral. Prestem atenção nos ouvidos da sociedade quando vocês ouvirem essas expressões: “velho viado” é muito mais pejorativa e degradante do que a expressão “jovem viado”. Além disso, um homem que sai do armário como travesti numa idade mais avançada é humilhante e desonrosamente chamado de “velho vestido de mulher”.

Desejo não tem idade. Como propôs Lacan, “a única coisa da qual se pode ser culpado é de se ter cedido sobre seu desejo”. É preciso que as pessoas idosas LGBTQIa+, vivendo plenamente suas identidades sexuais e/ou de gênero ou ainda “no armário”, não se submetam aos limites preconceituosos de idade que lhes são impostos. Em qualquer faixa etária, é indispensável garantir às pessoas LGBTQIa+ total direito de expressão, sem prazo de validade.

Quatro importantes fatores influenciam a sexualidade e o bem-estar dessas pessoas na velhice: a fobia de envelhecer, a solidão, a falta de dinheiro e a saúde.

Envelhecer é uma contingência natural de quem está vivo. A alternativa a envelhecer não é outra, senão morrer. Contudo, por mais natural e objetivo que isso pareça, há quem tema envelhecer e que faça tudo o que está ao seu alcance para “parecer” que não está envelhecendo, numa espécie de complexo de “Peter Pan”. As pessoas LGBTQIa+ são, em geral, bastante mais afetadas por essa fobia do que as outras pessoas em geral. Elas temem não apenas perder a liberdade e as regalias da juventude, mas ficarem com o corpo flácido, o rosto enrugado, os cabelos rarefeitos, enfim, sem atrativos, o que significa não poder mais oferecer nenhuma atração pessoal na concorridíssima corrida que eles enfrentam pelo sexo. Conforme elas envelhecem, começam a ficar limitadas suas chances de participar ativamente dessa comunidade. É perfeitamente compreensível quando uma pessoa LGBTQIa+ idosa toma a decisão de se afastar, sem amargura nem ressentimento, do mundo febril da coletividade. O problema é quando se trata de um afastamento forçado, que tem mais sabor de expulsão, de exclusão e de marginalização por parte das pessoas LGBTQIa+ mais jovens. Nesse caso, a amargura toma conta e a vida se torna cheia de tristeza e raiva por se sentir cruelmente alijada do meio.

Sexualidade e afetividade não se alimentam tão somente do vigor e da ousadia da juventude, mas também da experiência, da sensibilidade e da paciência das pessoas mais velhas. Quando cultivadas desde cedo, a vivência e a sabedoria acumuladas da velhice serão sempre páreos respeitáveis para o frescor – e a inexperiência – da juventude

Nada é mais devastador na vida de alguém do que a solidão. Infelizmente, a vida solitária ainda é uma das marcas registradas da vida de pessoas LGBTQIa+, especialmente de travestis e transexuais. O resultado disso é que grande parte dessas pessoas reconhece, quase como fato trágico e definitivo, que estarão sozinhas ao final da vida. Muitas ainda têm a sorte de contar com a presença e a assistência de parentes próximos, como irmãs, irmãos, sobrinhas e sobrinhos. Mas outras não têm a quem recorrer na velhice e precisam acionar antigas amizades, que nem sempre disponíveis. Tais constatações também podem interferir negativamente nas possibilidades de experimentação e de expressão de sexualidade de uma pessoa idosa LGBTQIa+, daí a importância de se formar e cultivar todas as “redes de proteção” possíveis.

Dinheiro é uma questão relevante na velhice, em especial quando se trata de uma pessoa idosa LGBTQIa+ ou não e sem recursos. Parte da população LGBTQIa+ enfrenta a indigência financeira na velhice. Embora seja comum entre todas as identidades sexuais e de gênero, ela chega a ser crônica entre pessoas transgêneros. Travestis e transsexuais que atuaram como profissionais do sexo em sua juventude, e que não emigraram para países da Europa e/ou casaram-se com homens ricos, acabam na penúria financeira. Vivem do que conseguem, infelizmente, “fazendo pista”(“Fazer pista” significa prostituir-se nas ruas e avenidas das cidades). Já é uma vitória quando ultrapassam os 35 anos, tendo em vista estimativas a respeito do assassinato de pessoas trans no nosso país.

Não tendo mais como obter proventos, e sem a necessária formação profissional para disputar vagas no mercado, passam a viver de serviços de limpeza doméstica ou da caridade pública. A situação econômica na velhice tampouco favorece homens e mulheres homossexuais que pertencem às camadas de mais baixa renda da população. Nesse quadro de miséria e abandono, é imperativa a criação de redes de proteção e apoio a pessoas idosas LGBTQIa+ sem recursos, providência que começa a despontar no Brasil de forma ainda modesta.

A população LGBTQIa+ necessita de atenção do poder público por meio de definição e implementação de políticas consistentes de apoio e inclusão, desenvolvidas de acordo com seus recortes raciais, econômicos e educacionais. Entretanto, é na velhice que tal atenção se torna indispensável, sobretudo na área da saúde. Gays e lésbicas, assim como transsexuais e travestis, alegam dificuldades em obter tratamento adequado às suas condições no (SUS) Sistema Único de Saúde e em ambientes de saúde privada. Na velhice, as pessoas LGBTQIa+ podem se sentir constrangidas de reportar suas condições de saúde diante da expectativa de receberem uma assistência moralista e discriminatória.

Por essa razão mesma, essa população é também objeto de forte preconceito, discriminação, exclusão e violência por parte de grupos conservadores e negacionistas da sociedade.

O envelhecimento de pessoas LGBTQIa+ adiciona mais uma camada às tremendas barreiras e dificuldades impostas pela sociedade à vivência plena dessas existências, que ficam, assim, condenadas a um padecimento ainda maior do que aquele vivido em sua juventude. Questões que normalmente já causam enormes transtornos para as pessoas idosas em geral, como o próprio processo de envelhecimento, a solidão, a falta de dinheiro ou a saúde, atravessam de maneira desproporcional e injusta, as angústias, os medos, os afetos e as alterações corporais de pessoas idosas LGBTQIa+, diante das desigualdades de acesso à saúde, da falta de oportunidades de formarem e consolidarem círculos familiares e sociais de proteção e da falta de recursos financeiros para levarem uma vida digna e segura.

Concluindo em face do panorama das discriminações me ressoa profundamente a advertência de Angela Davis, ao afirmar que “não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”. Da mesma forma, não basta não ser sexista, é preciso ser antissexista; não basta não ser etarista, é preciso ser antietarista. E não basta não ser homofóbico, “LGBTista”, é preciso ser “antiLGBTista”. Denunciar, combater, não tolerar qualquer manifestação de natureza discriminatória isso é preciso ser, para que a sociedade se transforme num local acolhedor, pertencedor e empático. Quem lhes diz isso é uma pessoa que não se considera idosa apesar de ter 75 anos.

Muito obrigada.

PRIMEIRO APARTE

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Cecilia muito obrigada pelas suas considerações. Você fez vários apontamentos que resgatam, inclusive, outros diálogos que nós tivemos aqui nos podcasts anteriores e eu vou passar a palavra para o professor Ailton Carvalho e depois a gente volta para trocar uma figurinha sobre esses temas tão instigantes e inquietantes. Professor Ailton, muito obrigada pela sua presença.

5.3 Os desafios de ser idoso e LGBTQIA+

Ailton da Silva Carvalho

Eu quero agradecer pelo convite de estar aqui com vocês numa conversa tão importante socialmente. Eu me chamo Ailton da Silva Carvalho, tenho 48 anos e sou um homem gay casado há 18 anos com o meu companheiro. E quero compartilhar um pouco da experiência, não só pessoal, mas também de uma análise desse universo e dessas possibilidades todas em que a gente está inserido, se tratando da perspectiva de envelhecer sendo LGBTQIA+.

Então eu cresço, me desenvolvo criança da década de 70 até a de 80, e a partir daí me desenvolvo adolescente do meio da década de 80 para a de 90 e me torno adulto, e agora na meia idade aos 48 anos.

É importante dizer que a gente vem de um processo de construção social muito importante de direitos. Da redemocratização em 88, a gente vem tomando outros lugares e com os movimentos LGBTQIA+ a gente tem tido a oportunidade de ter mais visibilidade e conseqüentemente a garantia de outros direitos. É óbvio que se precisa de muito mais, porque ainda se vive numa sociedade marcada pelo machismo e por uma sociedade marcada por esse aspecto do que é ser homem e o que é ser mulher. E conseqüentemente essa população se encontra repartida, muito segmentada. Se não está no universo feminino, se não está no universo masculino, onde a gente está? De que forma a gente se encontra e permanece numa sociedade tão violenta como é a sociedade brasileira.

Então eu me construo criança e adolescente ainda na década de 80 como eu disse, e numa repressão muito grande. Eu aprendo então que alguns comportamentos não são adequados e que eu tenho que me comportar como menino, nessa de não desagradar não só o meu núcleo privado que é a minha família, mas também aos outros núcleos. Eu tenho dentro da escola a falta do meu direito de ser quem eu sou, de expressar a minha personalidade, porque o tempo inteiro eu encontro olhares e barreiras que vão dizendo o lugar que eu não posso habitar.

Dáí que eu reflito muito sobre isso nos tempos atuais porque eu vejo com os movimentos sociais a importância desse campo que a gente ganhou

realmente. Eu passar pela rua e encontrar um casal de dois meninos ou de duas meninas de mãos dadas pela calçada, isso me estranha, mesmo sendo desta população. Porque eu venho de um lugar onde realmente não poderia essa expressão de afeto no espaço público. Então isso me estranha e eu estou aprendendo com essa nova geração a me comportar dessa forma. A ter um lugar nessa sociedade de uma intimidade que extrapole o ambiente da minha residência com o meu companheiro. Eu já me sinto mais seguro, óbvio que ainda com muita restrição, porque eu percebo quando eu entro num provador de roupas para poder experimentar uma camisa, quando eu saio pergunto a ele o que ele está achando, eu percebo nítido na expressão dos vendedores e de quem está dentro da loja, uma reprovação, um olhar discriminatório, porque é um homem pedindo a um outro homem uma opinião; e desconsiderando o afeto que existe, uma relação importante construída entre duas pessoas. Mas também eu falo disso com tanta clareza porque eu trago de dentro de um ambiente familiar muita segurança. Eu compartilho da minha vida pessoal com os meus pais, com os meus irmãos, com meus cunhados, meus sobrinhos, meus sogros, tios e todo mundo.

É óbvio que também é uma construção social, porque em algum momento eu enfrentei uma dificuldade muito grande, principalmente com meu pai, se tratando de um homem, criado por um outro homem, numa sociedade machista, e que ele encontrou ali muita vergonha, resistência, até que ele encontra durante o processo de relacionamento comigo e com o meu companheiro a possibilidade de perceber um casamento como outro qualquer, que tem os problemas, tem suas contas, tem sua diversão, tem seus sonhos, e que é possível construir uma relação afetiva mesmo sendo diferente.

E isso também se dá e eu vejo a importância disso com os meus sobrinhos, que são menores de 18 anos, eles já conseguem lidar com isso com mais clareza e dizer disso e conviver com isso sem restrições. Possibilitar discussões para dentro da sala de aula, porque quando eles descobrem essa relação, que é possível isso acontecer, eles levam isso para dentro da escola. E meus irmãos e meus cunhados são chamados, muitas vezes, para uma conversa, porque eles estão dizendo disso dentro da sala. Então as escolas terão que se organizar para poder tratar disso de forma naturalizada. Porque fazemos parte de uma sociedade e somos uma família constituída.

Isso só é possível, eu torno a dizer, a partir dos movimentos sociais, que vêm tomando força. Eu acho que as duas professoras aqui trazem aspectos e contam coisas muito relevantes e que me tocam profundamente. A sociedade já construiu a partir dos 60 – 65 anos o idoso. O envelhecimento propriamente dito estabelecido numa sociedade.

Mas é importante dizer que também entre a população LGBTQIA+ a gente encontra uma resistência muito grande no envelhecer. Porque é uma comunidade ainda muito voltada para aspectos físicos. Partindo de uma sociedade em que não se pode envelhecer, porque envelhecer é feio, a gente encontra ainda mais numa população LGBTQIA+ o culto ao corpo, a beleza estética muito grande. Estar velho nessa sociedade é a partir dos 60 anos, para a comunidade LGBTQIA+ eu posso afirmar, do lugar que eu estou e do lugar de fala que eu tenho propriedade para dizer, que isso acontece para a gente entre os 30 – 35 anos. Quem não está em um relacionamento, estando com 30 – 35 anos, dificilmente vai conseguir estabelecer uma relação se não tiver beleza, estabilidade financeira, vivacidade, se não estiver frequentando o meio com uma disposição muito grande ainda, se não tiver na academia produzindo um corpo adequado, uma beleza que satisfaça essa população. Consequentemente, a partir dos 35 anos, dificilmente vai estabelecer uma relação afetiva importante com alguém e construir uma vida, porque há realmente essa dificuldade. Eu percebo isso muito com meus amigos próximos que não conseguem estabelecer uma relação a partir dos 35 anos porque já é considerado mesmo velho, para esse aspecto. E é curioso porque aos 35 anos você está com uma maturidade muito boa. E eu digo que hoje, aos 48 anos, eu tenho condição de perceber e de viver coisas muito melhores, estando hoje aos 48 anos entrando na meia idade.

Também penso muito na dificuldade que essa sociedade mantém em não se aproximar, não respeitar, não considerar esses sujeitos como pessoas que estão vivendo a sua sexualidade de acordo com os seus desejos. Isso é um perigo muito grande. Eu tenho visto violências tamanhas, não só para adolescentes e adultos, violências físicas, mas a gente assiste isso dentro de espaços educacionais, como a violência de enquadramento desses sujeitos ainda crianças, que não têm essa percepção de quem são.

Eu hoje, pensando, consigo perceber, olhares, risos, comentários durante a infância, mas eu ainda não me percebia um homem gay. Eu vim perceber a

partir dos 17 anos. Eu começo a ter noção de quem eu sou nessa sociedade e diante das pessoas. Antes disso eu não me reconhecia gay. Mas refletindo hoje eu consigo perceber nos olhares e comentários de professora, vizinhas, tias, de que eu já apresentava um comportamento. E eu próprio desconhecia esse lugar que eu viria, no futuro, experimentar. Meu trajeto se torna, não fácil, mas mais compreendido por mim, mais protegido, por ter tido pais, principalmente uma mãe, que incondicionalmente colocou o amor na frente para poder estabelecer uma relação comigo e de cuidado, para que se fora de casa eu não tenho segurança, dentro eu tenho. Isso foi muito importante.

Eu recebo alguns pais hoje que não mantêm essa relação e colocam seus filhos muito mais direcionados à violência, em situações de risco muito grandes. É preciso que se considere esse afeto. Em construção sexual ela já diz, ela não é uma opção, ela é uma orientação. A gente se orienta pela vida a partir dos nossos desejos. Não é uma coisa que eu decidi ser ou não ser. Eu sou. Eu sou dessa forma e construo as minhas relações a partir disso.

Ainda hoje, com 48 anos, percebo como eu digo. Sábado eu sai para comemorar 18 anos de relação e as pessoas estranham dois homens numa mesa, almoçando juntos, e ali produzindo, de certa forma, um afeto. Eu percebo quando o garçom chega, olha na minha mão e quando vê uma aliança busca na mão do meu companheiro uma aliança também, para constatar que ali está um casal de dois homens. Quanto de desconforto isso traz ainda para as pessoas.

Então, ter espaços para dialogar sobre é a gente fomentar lugares de consciência ou de retomada de consciência ou abertura de consciência. É isso que eu gostaria de dizer e agradecer vocês por esse lugar e que esse podcast possa trazer, para quem está ouvindo, não só consciência, mas afeto. Aos pais que estão nos ouvindo que vocês possam estabelecer relações afetivas importantes e significativas.

SEGUNDO APARTE

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Como não se emocionar com o seu relato e dizer quanto nesse momento nós expressamos a nossa gratidão por você poder compartilhar conosco um

pouco dessa história e ajudar a gente a desconstruir relações pautadas em tanto preconceito, uma ausência de empatia, de afetos tão fragilizados, já que você põe aí na frente normas, padrões, conservadorismos e moralidades que não combinam com aquilo que a gente defende. Que é o protagonismo, que é a autonomia, que é o respeito.

Eu queria aproveitar para fazer considerações agora gerais, nem vou direcionar para um ou para outro, vou deixar para os dois. Uma coisa que ficou muito clara aqui, tanto na minha fala introdutória quanto na fala da professora Cecília, que você ratifica com seu relato de vida, de experiência, é o quanto que o respeito precisa estar à frente dessas relações entre sujeitos. E o respeito tanto naquilo que nos faz iguais como naquilo que nos faz diferentes. Porque assegurar as nossas particularidades, mas sem nos colocar em níveis hierárquicos, em patamares de desigualdade. Isso é muito importante. Sem dúvida alguma, o envelhecimento é uma experiência que, como bem disse a professora Cecília, não tem alternativa se não for a morte. Então temos que estar preparados para o envelhecimento. E como eu coloquei na minha fala, inicialmente, nós não somos livres para envelhecer, porque somos atravessados por marcas de gênero, de sexualidade, de raça e etnia, religião e viver isso numa sociedade que disputa o tempo inteiro o que é certo o que é errado, o que é melhor e o que é pior, o que que é mais o que é menos, isso traz vulnerabilidade para aqueles que não têm condições, e eu destaco aqui um aporte na fala da professora Cecília, que são os recursos financeiros para você acessar serviços, cuidados de proteção de rede de apoio, considerando que a gente vive numa sociedade capitalista. Então se precisa ter acesso a esses recursos. E se o Estado não prover políticas, se ficar só sob a responsabilidade do sujeito, como ficam os grupos mais vulneráveis?

Quero destacar também uma outra questão que foi aqui sinalizada que tem a ver com a questão da vulnerabilidade LGBTQIA+ que é sobre o envelhecimento e os vínculos frágeis de inserção no mercado de trabalho. A geração LGBTQIA+ que hoje está velha e vivencia essa experiência do ser idoso, ela não teve as mesmas oportunidades de reconhecimento, de acesso, de trabalho, que hoje a gente já vê nas gerações mais novas. Não é raro ouvirmos relatos do quanto que restou à população LGBTQIA+ a prostituição. A venda dos seus corpos, a exploração, as violências, porque isso de alguma forma tem a ver com

o que o Ailton traz sobre 35 anos já ser velho na comunidade. O quanto a beleza e a juventude tem formas diferenciadas dependendo do grupo a que você pertença e isso tem uma explicação histórico social. Um outro ponto muito importante trazido aqui por ambos os professores é que se a gente hoje tem o reconhecimento de arranjos familiares tão distintos, o quanto isso é importante para a população LGBTQIA+. Já que hoje se tem o reconhecimento da união civil, a possibilidade de adoção de crianças por casais homoafetivos, o que permite outras construções das relações familiares. E se por vezes a solidão, como a Cecilia aponta aqui, das pessoas mais velhas, com destaque da solidão das pessoas LGBTQIA+, muitas vezes pelo afastamento das suas famílias por conta de preconceito, hoje você tem possibilidade da construção de novas relações familiares, ampliando os sujeitos que interagem com você. E tem o reconhecimento legal de que vocês são uma família. Família não é somente mãe, pai e filho. Temos múltiplas expressões dessas relações familiares.

Queria mais uma vez agradecer a presença do professor Ailton em compartilhar com a gente a sua história e mais uma vez agradecer o aprendizado que se tem com a professora Cecilia, sempre muito incisiva nas questões conceituais, no resgate histórico, na densidade teórica e oportunizar breves comentários finais para a professora Cecilia e para o professor Ailton antes de finalizarmos o nosso encontro de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria Cecilia Fontainha de Almeida Gama

Primeiro eu quero agradecer ao Ailton por demais a sua fala. Eu tenho netos na geração que você fala e sou professora, portanto escola é um ambiente nosso de trabalho. Você poder ver, como eu vejo meu neto de 16 anos trazer para dentro de casa e para dentro da sala de aula junto com os colegas a facilidade com que eles lidam. Para eles não tem diferença. Tanto faz, não é isso que discrimina uma pessoa. Não é se é LGBT, se é gay, se não é, se deixa de ser, se vai ser isso ou se vai ser aquilo. É o tom de amizade, é a empatia, é o que gostam de fazer juntos, é o companheirismo. Ele tem colegas gays dentro da sala de aula e isso não faz diferença. Para essa geração dele não faz a menor diferença e eles estão obrigando a escola a aceitar e a não fazer mais dife-

rença nisso. Acabar com esse bullying absurdo, de você pegar um adolescente e transforma-lo em um zero porque os coleguinhos em casa ouviram falar que viado é isso e que lésbica é aquilo e as crianças só repetem aquilo que escutam em casa. Ou seja, a parte da família que é o alicerce, escola não é alicerce, alicerce é família. Na escola você está lá para aprender coisas, mas você traz a sua moral, a sua ética, a sua empatia, o que seja o amor de família de casa. Então se você não traz isso para dentro da escola, se você não combate, você vai chegar com 35 anos se achando um velho e você não vai ter oportunidade para absolutamente nada. Vai acabar que nem uma pessoa que eu conheço que não fez outra coisa na vida dela do que cuidar da mãe. Por que? Porque era a única gay da família. Então o que põe para fazer? Põe para cuidar do velho. Só que eu sou daquelas pessoas que “tiro o velho para lá”! Velho em mim não habita! Então, o que acontece. Você tem que dar as mesmas oportunidades, mas é desde pequeno. É desde criança. Ah! Mas está falando de sexo com criança! Sim! Tem que falar. Porque se você não explica corretamente ele vai aprender errado na rua. E aí depois eu quero ver você explicar corretamente como é que é. Duvido. Que aí já está feito o mal. Então, você ser velho já é difícil, porque é um estigma. Você ser um velho LGBTQIA+, meu Deus! Não te aceitam no trabalho. O máximo que você consegue ser é doméstico. E assim mesmo, cuidado né, “ ah! Eu não sei não, fulano vai mexer nas minhas coisas...” entendeu? Eu sou muito clara nesses assuntos, como ela diz, eu sou incisiva, eu ponho a cara para bater, porque eu fico revoltada com isso. E nós vamos falar no nosso próximo podcast sobre o tratamento a esses idosos. Feitos por quem? Por enfermeiros. Todo enfermeiro é bonzinho? Todo enfermeiro gosta de tratar de velho? E se o velho for LGBT? E aí? Como é que fica? Vamos saber na próxima vez.

Gente, obrigada! Ailton prazer enorme em te conhecer. Que você seja muito feliz nos próximos 18 anos! Parabéns à sua família ter conseguido esse acolhimento. O mesmo que tenho na minha, apesar de não ter gay na família, temos acolhimento a todos que são. É tudo família. Não é por aí que se discrimina as pessoas. Ninguém pode mais, no século XXI, ser discriminado por esses motivos. Querem separar, vamos separar o bem do mal. É melhor, mais fácil e mais necessário. A pessoa tem que ser boa ou má e aí que você vai fazer a separação. Não em sexo, não em raça, não em opção religiosa, nada disso. Isso é um direito de cada um de ser o que é. Beijo, obrigada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ailton da Silva Carvalho

Eu também quero agradecer vocês pelo convite e me colocar à disposição para sempre vir aqui bater um papo com vocês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Mais uma vez grata pelo compartilhar desse conhecimento, pela troca, pelo aprendizado e dizer que no próximo mês a gente vai estar aqui para discutir o cuidado com a terceira idade e vamos falar um pouquinho sobre a finitude, que é um outro tabu que existe e o quanto que é difícil lidarmos com a possibilidade da morte. Então a gente aguarda vocês. Obrigada.

6 ESTAMOS PREPARADOS PARA ENVELHECER?

Iniciamos agora mais um podcast do Escritório da Cidadania em Movimento agradecendo a todas as pessoas que nos ouvem. Em prosseguimento à discussão de temas diferenciados à atividade extensionista, o Sexto Debate Étnico Racial e a Cidadania sob a Ótica do Cinema II, preconceitos, grupos sociais e diversidade. Hoje destacamos reflexões acerca do exercício do cuidado como ato político e de cidadania. Traremos um panorama das políticas públicas para as pessoas idosas, apresentaremos a visão filosófica da finitude e ponderaremos sobre o cuidar do idoso considerando aspectos como: dependência e independência. Meu nome é Daniele do Val, sou assistente social e professora doutora desta instituição de ensino e tenho aqui como parceiras a professora mestre Maria Cecília Gama professora convidada e institucional do UniFOA e a professora mestre Valquíria Jorge Sepp, do curso de enfermagem do UniFOA.

6.1 O idoso e as políticas públicas

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Rosa

O Estatuto da Pessoa Idosa completou 20 anos no dia 01 de outubro de 2023. Nesta data, também comemoramos o Dia Internacional da Pessoa Idosa, assim declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1990.

Dois marcos importantes para discutirmos as políticas sociais de promoção, proteção e defesa dos direitos da Pessoa Idosa, pois um positiva direitos historicamente conquistados e constituídos após quase duas décadas de luta no Brasil; e o outro, que destaca a importância de pensarmos a pessoa idosa na sua condição de sujeito de direitos, pessoa adulta, que deve ter assegurado seu direito à liberdade, decisão e autonomia, de forma também a conscientizar a sociedade sobre as particularidades desse grupo social.

Chegamos em 2023 com dados que mostram o envelhecimento no mundo! E assim como vivemos mais, com mais vida, chegam novos desafios para serem somados com aqueles que já existiam. Mas também, são diversos os avanços na garantia de direitos da pessoa idosa. Inclusive, o próprio Estatuto foi ressignificado em 2019, quando foi sancionado o Projeto de Lei nº 3.646,

que alterou seu nome de Estatuto do Idoso para Estatuto da Pessoa Idosa. Uma das justificativas do projeto de lei, é que o termo “pessoa” lembra a necessidade de combate à desumanização do envelhecimento. Essa terminologia reflete não só a luta dessas pessoas pelo direito à dignidade e à autonomia, mas também um outro aspecto que merece destaque: a ruptura com a tendência de genericamente nos referirmos na linguagem do coletivo ao masculino, um reconhecimento de que as marcas de gênero atravessam desigualmente homens e mulheres, deixando mulheres potencialmente expostas a uma dupla vulnerabilidade: tanto pelo envelhecimento estar inscrito numa sociedade que busca a eterna juventude, peso que recai muito mais sobre as mulheres; quanto pela condição feminina gestada numa sociedade fortemente estruturada no patriarcado. E no bojo dos argumentos sobre a linguagem inclusiva, a mudança também contribuiu com a luta pelo respeito a diversidade de gênero. A pessoa idosa é sujeito de direitos independente de seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual.

O Estatuto da Pessoa Idosa, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, ou a Lei Maria da Penha, fizeram parte de um rol de proposições legislativas que defenderam o tratamento diferenciado àqueles que vivem socialmente de forma desigual e, portanto, são considerados como exemplos de políticas afirmativas, cuja discriminação ao ser reconhecida é positivada como estratégia de busca por patamares mais equânimes e igualitários na vida cotidiana.

Essa lei prescreve direitos e modelos de tratamento prioritário e preferencial às pessoas idosas em várias dimensões, destacando os direitos fundamentais e o princípio da solidariedade, que significa que à família, à sociedade, à comunidade e ao Estado cabem, em mútua cooperação e corresponsabilidade, o dever de assegurar às pessoas idosas os direitos e garantias previstos na lei. E qualquer violação de direitos que uma pessoa idosa sofra deve ser comunicada imediatamente aos órgãos competentes, quais sejam: o Ministério Público, os Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa (nacional, estaduais e municipais), os órgãos integrantes da política de assistência social, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros ou mesmo a Vigilância Sanitária (pois muitas ocorrências são relacionadas às denúncias de violações em instituições de acolhimento).

Defender, promover e proteger os direitos da pessoa idosa é assegurar sua dignidade, logo, é um dever de todos.

Importa-nos, porém, refletir sobre quais são as condições do envelhecimento em nossa sociedade, pois envelhecer não é somente um processo individual, ele também é coletivo, à medida que esse processo não retrata apenas mudanças individuais, mas também atinge a dimensão relacional do sujeito que envelhece, o que reflete nas suas relações familiares, comunitárias, de trabalho e sociabilidade. Ter um sujeito que envelhece em casa é acompanhar a reconstrução do seu cotidiano e ser também afetado por ela. Envelhecer é um desafio para o indivíduo, para a família, para a sociedade e para o Estado. Envelhecer ou acompanhar o envelhecimento de um ente querido exige ainda a constituição de repertórios que respondam à eminência do sofrimento que um adoecimento, uma debilidade e a morte podem causar.

Só não envelhece aquele que morre antes. Parece que às vezes nos esquecemos disso.

Mas envelhecer, é bem verdade, não é um processo estável e homogêneo. Envelhecer é uma capacidade inscrita num contexto sócio cultural, por isso o envelhecimento deve ser reconhecido como um processo biopsicossocial.

Neste cenário, cuidar do idoso é também cuidar da família e daqueles que cuidam. Cuidar de quem cuida é primordial para o exercício do próprio cuidado. E aqui cabe uma ressalva às exigências que fazemos às famílias, por vezes esquecendo a responsabilidade compartilhada e permitindo que recaia exclusivamente nela a responsabilidade solitária do cuidado.

Para alguns mais, para outros menos ... Mas não é fácil envelhecer e o envelhecimento não é fácil. Ter um envelhecimento saudável é algo que deve ser defendido por todos, pois é um fenômeno, como já dissemos, que não é só individual, que não reflete só no indivíduo que fica velho.

Estamos no início do que a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou, em 2020, como Década do Envelhecimento Saudável (2021 – 2030).

E qual sua estratégia principal? Construir uma sociedade para todas as idades.

Para tanto, quatro grandes ações foram previstas:

1. Mudar a forma como pensamos, sentimos e agimos com relação à idade e ao envelhecimento. Isto é, desconstruir estereótipos (como pensamos) , superar preconceitos (como nos sentimos) e superar a discriminação (como agimos) em relação às pessoas com base em sua idade.
2. Garantir que as comunidades promovam as capacidades das pessoas idosas, ou seja, atentar para o fato de que ambientes físicos, sociais e econômicos, tanto rurais quanto urbanos, são importantes determinantes do envelhecimento saudável.
3. Entregar serviços de cuidados integrados e de atenção primária à saúde centrados na pessoa e adequados à pessoa idosa. O que é isso? É integrar os setores da saúde e do social em uma abordagem centrada na pessoa, isso é fundamental para um melhor cuidado às pessoas idosas.
4. Propiciar o acesso a cuidados de longo prazo às pessoas idosas que necessitem. O acesso a um atendimento de longo prazo de boa qualidade é essencial para manter a capacidade funcional, desfrutar dos direitos humanos básicos e viver com dignidade. Além disso, é essencial apoiar os cuidadores, para que eles possam prestar cuidados adequados e também cuidar de sua própria saúde.

A Organização Pan Americana de Saúde à luz das diretrizes de Organização Mundial de Saúde, defende mecanismos a serem assumidos pelos estados que assegurem o envelhecimento saudável, o que a OPAS define como o processo contínuo de otimização da habilidade funcional e de oportunidades para manter e melhorar a saúde física e mental, promovendo independência e qualidade de vida ao longo da vida.

Vejam! Ao longo da vida, não no fim dela. Qualidade que deveria ser vivida durante o percurso etário da pessoa e não quando ela entra na classificação de “pessoa velha” ou “pessoa idosa”. E como promover um envelhecimento saudável? A OPAS também já nos traz direcionamento!

- Promover políticas e alianças para o envelhecimento saudável na região da América;

- Apoiar o desenvolvimento de ambientes amigáveis, adaptados a todas as pessoas;
- Alinhar os sistemas de saúde para que atendam às necessidades específicas das pessoas idosas;
- Desenvolver sistemas sustentáveis e equitativos de prestação de cuidados de longo prazo;
- Melhorar a mensuração, o monitoramento e a pesquisa sobre envelhecimento.

Mas será que estamos conseguindo trilhar o caminho certo, ou aquele mais apropriado à nossa realidade? O aumento da longevidade não é sinônimo de qualidade de vida. Por isso a OMS no documento Estratégia Global sobre envelhecimento e saúde nos alerta sobre a importância em adicionarmos vida aos anos que vivemos!

O envelhecimento é para todos. Mas envelhecer bem, não. Envelhecer é um processo atravessado por recortes de classe, etnia, gênero, religião e cultura... Por isso, precisamos reconhecer e defender que as políticas públicas sejam realmente e eficazmente para todos.

Por fim, é preciso que consideremos a finitude como algo que faz parte da história de cada um de nós, mas que não deve ser reduzida apenas a um capítulo de encerramento da nossa história. O que nos move à vida? Não seria a certeza de que vamos morrer? Se não houvesse a morte, buscaríamos viver tão bem, aproveitar cada minuto, momento e relações? Quais os encontros do envelhecer com o morrer?

Sobre isso, Maria Cecília Gama, o que você nos traz hoje de reflexões?

6.2 A visão filosófica da finitude

Maria Cecília Fontainha de Almeida Gama

Olá! Meu nome é Maria Cecília Gama e hoje nós vamos falar sobre a visão filosófica da finitude.

Para a filosofia contemporânea, o termo finitude não indica propriamente a experiência ou vivência da sua limitação e contingência, mas sim o lugar, o topos, no qual e qual se abre a possibilidade de recolocar a questão do sentido do ser, de alguma forma livre da dominação de um determinado sentido do ser.

A filosofia é uma arte de compreender o todo e falar do todo, permanecendo delimitado, definido num pequeno espaço da nossa concreta possibilidade, isto é, no lugar onde estamos situados, agora e aqui.

Esse modo característico de ser da filosofia cria, à primeira vista, dois estilos de focar um tema como o nosso. O primeiro podemos chamar de estilo panorâmico, uma espécie de visão geral; o outro, de existencial – imanente, uma espécie de visão particular, privativa a partir de uma situação humano-subjetiva, dramática e vivencial.

O primeiro estilo nos dá notícias objetivas e universais sobre o Homem.

O segundo, vivências e experiências, subjetivas concretas do Homem, que cada vez está inserido numa determinada situação definida.

O tema “A finitude humana: o homem, um ser-para-a-morte”, foi usualmente tratado como pertencente ao segundo estilo de filosofar acerca do homem, que recebeu o nome de filosofia da vida e que conhecemos como existencialismo. Hoje, vamos abordar o tema, apenas destacando um ponto de uma questão, quente na filosofia contemporânea, que recebeu o nome genérico de fenomenologia.

A expressão ser-para-a-morte indica a categoria fundamental da fenomenologia inaugurada por Martin Heidegger no livro clássico da filosofia contemporânea, chamado “Ser e tempo”, de 1926.

O que quer dizer ser-para-a-morte? Como o indicativo na existência humana “do mais próprio de si mesmo”, do ser ou essência do homem: quer dizer a finitude.

Para a filosofia contemporânea, o termo finitude não indica propriamente a experiência ou vivência da sua limitação e contingência, mas sim o lugar, o topos, no qual e pelo o qual se abre a possibilidade de recolocar a questão do sentido do ser, de alguma forma livre da dominação de um determinado sentido do ser que, desde os gregos até hoje na era tecnológica, exerce o seu domínio global e globalizante. Assim, sob o tema a finitude humana, o homem, um ser-para-a-morte, vamos concreta e praticamente examinar o que quer dizer a expressão ser-para-a-morte na explicação do “Ser e tempo”.

Usualmente pensamos que a morte é uma das coisas mais certas que conhecemos. Pois já vimos morrer tanta gente, pessoas conhecidas, familiares, pessoas desconhecidas, mas que morreram em umas circunstâncias terríveis, desastres, guerras, assassinatos etc. Talvez já estivemos na situação em que sentimos a morte de perto. Sabemos assim, bem em concreto, o que é a morte, como é a morte etc. Assim, empiricamente, sabemos: todos os nascidos já começam a envelhecer no seguinte instante em que nasceram, e um dia morrerão. Ser homem significa ser-para-a-morte. Trata-se, pois, de uma constatação de fatos.

Mas tudo isso sabemos pela morte dos outros.

Esse saber, no entanto, embora seja uma constatação de fatos, nos outros, não é uma experiência concreta, sofrida corpo a corpo por mim mesmo.

Aqui, podemos fazer de conta que estamos morrendo, nos representar na morte, e por mais terríveis que nos representemos os estertores da agonia final, tal morte é sempre um saber do tipo constatação, averiguação sobre um fato.

Assim, Dostoievski, na sua trilogia “Os Irmãos Karamazov”, coloca na boca de uma das personagens o seguinte raciocínio: Todos os homens são mortais. Ivan é um homem. Portanto, Ivan é mortal. Mas: Todos os homens são mortais. Eu sou um homem. Logo: quem sabe, quando é chegada a minha hora, eu não morra.

Como, pois, entender não a morte dos outros, mas a minha própria morte?

Entrementes, sempre de novo, podemos estar compreendendo a própria morte, de alguma forma, como algo conhecido a modo de um findar da vida

biológica; uma passagem desta para outra; um esvair-se no nada; uma contínua reencarnação, encontro face a face com Deus etc.

Nesse modo de compreender a morte, como um fato dentro da minha vida, a morte é colocada dentro de uma perspectiva, e mesmo lá onde dizemos que a morte é cair no nada, o nada é de alguma forma um vazio, dentro da perspectiva de uma possibilidade de continuação, mesmo que ali não haja nada a não ser nada. Essa perspectiva é o que está traçado no meu viver, enquanto vivo.

Essa “realidade” é ilustrada no raciocínio de quem não quer ter medo da morte. A morte é algo que eu fico sabendo e vivenciando enquanto estou vivo. Por pior que seja a vivência da morte, essa vivência, ainda não é morte, pois se for morte, eu já não sou.

Assim, enquanto vivo não tenho medo da morte, pois estou vivo. E quando morrer, eu não terei medo da morte, pois ali eu já não estou. Tudo isso é tipo de indagação similar à: como seria eu, quando ainda não existia ou quando eu não mais existo? Aqui a própria possibilidade de perguntar desaparece.

Na vida, tudo se transforma em lembrança: os corpos, os fatos, as relações humanas, as histórias e as obras.

O transitório da vida e que tende a se alojar em nossa memória como recordação ocorre em consequência de um movimento resultante da escassez do tempo e da transitoriedade própria dos acontecimentos do mundo.

A constatação de que na vida tudo passa pode causar nostalgia, estranheza e espanto, diante da experiência do olhar ao reencontrar um objeto transformado em reminiscência, seja uma cena da natureza, seja um corpo, seja um momento cultural.

A fugacidade e a transitoriedade ficaram ainda mais evidentes com a pandemia da Covid 19, e nunca se falou tanto nesses temas. Abalos se sucederam diante da precariedade da vida, a qual ficou escancarada para todos os viventes. Parentes e amigos morreram abruptamente. Corpos se enfileiraram para serem enterrados, sem que houvessem os rituais auxiliares para o trabalho do luto. Repentinamente, tornou-se impossível circular pela cidade ou visitar pessoas queridas. Trabalhos presenciais foram suspensos. Empregos, em alguns casos, terminaram.

Com a consistência da realidade abalada, as diferentes reações e os posicionamentos particulares de cada um testemunharam a singularidade marcada pelas diferentes subjetividades. Nesse sentido, a pandemia tem causado muitas perdas de objetos amados e mostrado a transitoriedade de muitas coisas que julgávamos permanentes.

Em novembro de 1915, Freud escreveu um ensaio intitulado “A transitoriedade” e nele evidenciou-se seu talento literário. Era o segundo ano da Primeira Guerra Mundial, que traria dificuldades e barbáries inimagináveis.

A guerra tirou muitas belezas do mundo. Destruiu cidades e obras de arte. Abalou muitas esperanças e até colocou em xeque a imparcialidade da ciência. Nesse cenário devastador de guerra, desvelou-se, para Freud, a nossa vida pulsional em seu aspecto mortífero e destruidor. O estrangeiro que atravessa cada relação humana se incorporou em cada um que tomava uma arma nas mãos.

O conceito de pulsão de morte já se esboçava, ao lado das evidências da clínica e da peste da gripe espanhola. Com os sonhos traumáticos das neuroses de guerra, as elaborações freudianas ganharam consistência suficiente para a elaboração de um novo conceito, a pulsão de morte, responsável pelo que ficou conhecido como a “virada da década de 1920” na teoria psicanalítica.

Assim, em 1920, ao escrever “Mais além do princípio do prazer”, Freud apresentou elaborações mais precisas acerca da pulsão da morte, inaugurando a segunda teoria pulsional, na qual a luta entre pulsão de vida e pulsão de morte explicaria a neurose e os conflitos humanos.

O texto freudiano “A transitoriedade” pode ser considerado, sob certo ponto de vista, como uma antecipação do que foi desenvolvido anos depois sob a égide da pulsão de morte. Freud, em 1915, propõe uma reflexão poética e consistente que dá continuidade e, ao mesmo tempo, antecipa suas elaborações teóricas que permitem analisar as modificações e decadências do nosso corpo, as perdas, o trabalho do luto, o movimento contínuo das coisas do mundo, a não perenidade da natureza, a finitude das construções culturais. Freud também examina o olhar e o posicionamento que cada um pode ter diante da transitoriedade.

O texto narra de início um passeio de Freud sobre o campo em companhia de dois amigos. Um deles, poeta já conhecido, achava que as coisas produzidas pela natureza e pela cultura, por serem efêmeras, não tinham valor. A partir daí inicia-se a reflexão freudiana acerca da transitoriedade. Não podemos detê-la, mas é preciso valorizá-la.

O valor da transitoriedade é o valor da raridade, diz Freud. O efêmero torna-se raro. O que é transitório é raro e especial, e justamente por isso deve ser aproveitado ao máximo. Ser transitório agrega valor.

Diante do tédio em relação ao mundo, por parte do poeta, em função da transitoriedade das coisas que as despoja da eternidade e da perfeição, Freud responde: por serem transitórias, as coisas do mundo aumentam de valor. Ou seja, o valor da transitoriedade é exatamente a escassez do tempo.

Uma flor que se abre unicamente à noite não é menos esplendorosa.

Uma obra de arte que é ultrapassada por outros estilos e técnicas não perde seu valor.

Se a beleza do corpo jovem também é transitória e diminui com a velhice, pode-se pensar em outros valores que reluzem nas idades mais avançadas.

Na atualidade, há pesquisas que apontam o auge da produtividade na faixa etária de 60 e 70 anos, às vezes até 80 anos.

Finalizo com um poema de Gloria Sadala a teórica que me inspirou nesse texto. Muito obrigada.

“Tudo estático.

Parado.

Sorrisos e poses em porta-retratos

sugerem caminhos percorridos.

Na vida é assim: tudo vira lembrança!

E, de repente,

numa esquina,

o tempo nos alcança,

fazendo brotar saudade
com ares de eternidade...”

PRIMEIRO APARTE

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Cecilia obrigada por suas considerações. Reflexões importantíssimas para o nosso debate final. E agora eu passo a palavra para a professora Valquíria, que vai falar um pouquinho sobre o cuidar.

6.3 O cuidar do idoso: dependência e independência

Valquíria Jorge Sepp

Bom dia. Eu estava aqui prestando atenção! Eu sou enfermeira de formação, sou professora e tanto um quanto o outro passa a grande parte da vida cuidando. Cuidando da vida, cuidando do conhecimento, cuidando das necessidades, das dificuldades, dependências e independências, de cada servir.

Eu estava ouvindo a Daniele falando sobre a visão da função da ética e legalidade para a qualidade de vida do idoso, na verdade do homem, na verdade do ser. E a Cecilia, maravilhosamente falando sobre a filosofia da finitude humana, a finitude do ser vivo, todos vão perecer. E fiquei pensando da importância do cuidar. Do cuidar deste ser finito, mas que durante o tempo que está aqui precisa de reconhecimento, precisa de apoio.

E nós vamos falar um pouquinho hoje sobre o cuidar do idoso. A gente está sempre ouvindo que cada dia mais o homem está ficando mais velho, está aumentando a nossa idade e o número de idosos no mundo. Isso vai continuar acontecendo. Por quê? Porque a medicina evoluiu e com a evolução da medicina houve um favorecimento maior da nossa permanência aqui na terra.

O importante é discutirmos esse cuidado, essa necessidade, durante toda a vida do ser humano, mas principalmente quando o processo do envelhecimento começa a acontecer. E por isso nós vamos discutir um pouquinho sobre a dualidade entre a dependência e independência do idoso. Seja na prá-

tica, como nós, não só enfermeiros e cuidadores, mas nós família e sociedade que convivemos com o homem envelhecendo e ao envelhecer lembramos que todos vão envelhecer, como disse a Cecília muito bem na sua fala e principalmente no poema. Realmente nós vamos envelhecer.

Então estávamos aqui pensando. Todos nós temos idosos, às vezes já somos idosos, temos histórias e temos convivências profissionais.

Vou citar primeiro uma vivência bem próxima, que é a minha mãe. Todos da família dela vivem muito. Ela tem 89 anos, é saudável e sempre se cuidou. Ela tem orgulho de se cuidar. E isso é muito importante. Por quê? Não só para ela, mas como um exemplo para todos que convivem com ela, que têm oportunidade de conhece-la. O prazer de envelhecer, com certeza, vai melhorar a qualidade de vida de cada um de nós, já que nós todos esperamos envelhecer.

Então falando na dependência e independência, vai acontecer e não tem como ser impedida. Mas podemos torná-la menos triste, menos desagradável, tanto para o idoso como para a família e a sociedade, porque nós estamos interligados, onde tem uma pessoa sofrendo tem alguém que está sofrendo junto e essa sociedade adoce junto também.

Então quando se pensa na dependência, pensamos na dependência do idoso em casa, junto dos familiares e a dependência que a família também fica: questões de horário, ansiedade, angústia, doença. Muitas vezes, os filhos, os netos, adoecem ao ver o seu idoso sofrendo, então isso é muito importante a gente valorizar. A importância do cuidar, do cuidado, não só dos profissionais, mas o cuidar da sociedade, todos estamos envolvidos neste processo.

Quando pensamos o idoso que vai para os lares de repouso ou para as instituições de longa permanência, ou o mais conhecido por todos chamado asilo, como vai ser a vida deste idoso que foi para um asilo, que foi para um lar, ou para a família. A importância de que todos se unam em termos de manter a qualidade de vida tanto do idoso quanto da própria família e da sociedade. As visitas. O idoso se sentir pertencente àquela família, mesmo estando fisicamente não tão perto. Isso vai ajudar tanto a família quanto ao idoso a passar por esse processo que, muitas vezes, é natural.

Nós sabemos que cada vez mais a sociedade nos obriga, nos leva a caminhos que nem sempre seriam caminhos que nós escolheríamos. Mas quan-

do eles têm que ser trilhados, a importância de vivermos juntos, participarmos, estarmos presentes. Ai eu volto a lembrar, como enfermeira, de duas situações de quando eu comecei a trabalhar como professora. Eu já estava na metade da minha carreira de enfermeira, e fui pela primeira vez a um asilo. E fiquei conhecendo uma senhora que me deixou muito impactada. Ela era uma senhora de 80 anos, muito viva, muito prosa, muito saudável e ela contando que ela foi para o asilo por falta de familiares na cidade. Os filhos morreram, ela não tinha netos, e todos os parentes moravam distantes. E para não ficar sozinha em casa ela foi, de livre e espontânea vontade, para o asilo. E se desprendeu de todas as coisas que ela tinha na vida anterior. E que com o passar dos tempos ela sentia muita necessidade de ter alguma coisa dela, com o nome dela, que fosse particular. Por quê? Porque nas casas de repouso grande parte dos utensílios, roupas, pertencem ao lar. Durante o cuidado, é feita a higiene e todos têm roupas limpas, lençóis, mas não tem o seu nome, não tem o seu cheiro, não tem a sua cara, não tem a sua cor. Era uma coisa que ela falava muito. E desde que eu a ouvi falar sobre isso eu passei a me preocupar muito com essa situação do pertencimento.

Nós temos um programa, do curso de enfermagem, com uma instituição de idosos aqui na região. E eu sempre falo com a professora que acompanha os acadêmicos: lembre-se de dar valor às questões individuais, à caneca, ao garfo, ao pente, alguma coisa que a pessoa sabe que quando chega para ele, pertence a ele. Isso faz muita diferença na nossa vida.

Essa dependência de uma situação de vida fora do nosso lar, muitas vezes sem termos mais condições de tomar decisões, não só por incapacidade física ou emocional ou mental, mas muitas vezes pelo próprio ambiente. Você vai morar na casa de um filho e lá tem as rotinas dele; você vai morar numa instituição e lá tem outras rotinas que são diferentes da sua. Então, o ajudar a essa adaptação às mudanças vai fazer toda a diferença para todos. Isso é muito importante.

A gente lembra também, de uma outra idosa que também reclamou sobre isso, questão de horários. O horário que ela estava acostumada a dormir, o horário que ela estava acostumada a almoçar, descansar, a ir à igreja, e que nas instituições, por ser muitos, não tem tanta facilidade. Qual a importância da família, neste momento, participar. Então assim é domingo, é sábado, ela tinha o

hábito de frequentar uma igreja, frequentar uma instituição, alguém lá ir acompanhá-la. Claro que a gente sabe que nem todo dia isso é possível, mas sempre que possível. Festas de aniversário, festas de casamento, trazer notícias da família, um neto que nasceu. São coisas que fazem o idoso se sentir pertencente. Eu pertencço àquela família. Isso traz vida para todos. Muito importante.

Outra coisa importante que a gente precisa se lembrar sempre e hoje eu já tive bastante convivência com idosos em casa, da necessidade do ambiente ser modificado, adaptado, lentamente. Antes que alguém esteja precisando muito de uma barra de suporte para tomar o banho, no banheiro, no corredor, vamos começar a colocar esses instrumentos com antecedência, para aquilo não ficar uma coisa marcante. Um belo dia a pessoa acorda e vai ao banheiro e lá tem barras perto do vaso, barras dentro do chuveiro e que vem a sensação de que não só ele sabe que está velho, como a família que ele está dependente. Então, vamos criar o hábito de evitar tapetes soltos, que podem levar a acidentes. São coisas que você pode começar no dia a dia, independentemente de qualquer coisa.

Gente, a nossa casa pode ter só jovens, mas sempre tem uma visita e essa visita pode precisar. Pode ser alguém da minha família ou pode ser alguém de fora. Então a importância de pensar no conjunto, pensar comunitário, pensar que todo nós fazemos parte desse mundo e dessa sociedade. Isso é uma questão que se procura estimular, nas famílias. E eu passei a valorizar muito na minha família. Sempre que possível eu dou dicas sobre isso.

Outra coisa importante é que na dependência, não temos só a dependência física, que é a dificuldade de andar, de levantar, doenças que nos impedem de desenvolver essas atividades cotidianas que a gente nem percebeu que foi mudando. Um belo dia você sente que para levantar foi mais difícil do que foi ontem. Um belo dia você percebe que está mais esquecido do que ontem. Que você está enxergando menos ou está ouvindo menos do que ontem. Mas a gente tem também as questões da saúde mental. A Cecília falou sobre o Covid. O Covid trouxe muitos problemas sociais e familiares, e principalmente, social. A convivência, muitas vezes, se tornou difícil em função de angústias, depressões, por perdas, por medos. Há necessidade de se estar atento, de criarmos situações que tornam a vida melhor, a vida mais saudável. E estarmos ligados à saúde de todos, principalmente dos idosos.

Muitas doenças não têm cura, mas têm controle, e têm a necessidade da adaptação do indivíduo doente e da família às mudanças que vão ser necessárias. O conviver com a doença não é fácil, mas ela existe e nós precisamos nos adaptar. E precisamos criar um clima, um ambiente de melhor qualidade para todos. O sofrimento é natural, mas ele não precisa ser tão dolorido, tão doído, como muitas vezes o é. Às vezes a dor é tão forte que a gente tem vontade de não participar dela. Temos vontade de nos isolarmos e de não acompanhar aquele processo. E isso não vai ser bom nem para você nem para o outro. A importância para a nossa saúde mental, não só da família do indivíduo idoso e da comunidade. Buscar o apoio entre os membros, buscar ajuda profissional, vai fazer muita diferença.

Outra coisa que a gente tem é a dificuldade da sociedade e da cultura da maioria dos povos da importância da juventude. Ou seja, a velhice é vista como uma doença. É vista como alguma coisa que não deveria acontecer. E como foi dito, só não vai ficar velho quem partir antes. Então a importância de a gente entender que uma sociedade precisa conviver bem. Quantas vezes uma pessoa querendo elogiar chega para o velho e diz assim: você não parece ter essa idade. Parece que você não envelheceu. Ou o tempo não passou para você. E ele sabe que não é verdade. E você também sabe. É importante valorizar o indivíduo no momento que ele está vivendo. Não se apegar ao que já foi. Como a Cecília disse: a importância de você viver cada fase da vida. Desde o dia que nasce, do bebezinho, primeiro sorriso ao último suspiro. Nós precisamos aprender a conviver com essa realidade.

No início é difícil. Para todos. A gente prefere ignorar, fazer de conta que não está vendo, mas isso torna a vida muito mais difícil. Porque o outro sabe que você está tentando ignorar e nisso ele passa a se sentir ignorado nas suas necessidade. Ele passa a ter que fazer muito mais do que o próprio corpo tem disponibilidade, porque ele sabe que as pessoas estão esperando dele uma situação que não existe mais. Aceitar a idade como nós aceitamos a criança cair, sujar a boca quando está comendo, aprendendo a se alimentar, nós precisamos também de aceitar as limitações, as dificuldades, que são naturais do envelhecimento.

Essas questões são muito importantes quando pensamos na necessidade de apoiar e nos apoiar nessa convivência.

Uma das coisas que nos deixa angustiada é a necessidade de apoio ou de total apoio às nossas necessidades pessoais: ao banho, alimentação, ao caminhar, à troca de roupa. Tornar isso menos sofrido vai fazer muita diferença para todos. Estimular o autocuidado dentro da limitação de cada um. Se ele não consegue tomar banho sozinho, coloque ele no chuveiro e deixe ele com um sabonete na mão e uma bucha, passar onde ele conseguir, e você só completa. Na hora de enxugar, você enxuga aquilo que ele não consegue. Na hora de alimentar se ele consegue o pão, um doce, deixa ele pegar. Se ele precisa de ajuda na colher para comer, ajude. Se precisa de alguém para ajudar a tomar água, sim. Procure colocar numa vasilha que não tenha risco de quebrar, de acidental. E isso é importante que seja feito no dia a dia. Sem traumas e sem angústias para todos.

Outra coisa importante é ajudar nas atividades e engajamentos. Criar ou valorizar hobbies que todos temos: de leitura, de televisão, de uma atividade manual, de uma visita, de um passeio numa praça, de telefonar para um amigo. Coisas que trazem o indivíduo à realidade que ele está aqui e que o mundo o entende. Isso vai fazer muita diferença. E vai ajudá-lo na adaptação. Não tem retorno. Então a importância de que ele entenda e nós também e que vamos buscar novas formas de viver como nós fizemos com as crianças. Você quando teve um filho precisou ajudar no banho e depois chega um tempo que ele fala: não, não quero mais, não preciso. E você vai ter que se adaptar.

A mesma coisa acontece com o idoso, só que ao inverso. Ele vai precisar e você estava acostumado que ele era um guerreiro, um herói, todo poderoso. E é muito difícil a gente aceitar, inicialmente, essa mudança. Quando a gente percebe que o nosso herói, o nosso guerreiro precisa da mão para ajudar a levantar da cadeira. Precisa da nossa mão para tomar uma medicação, mas nós precisamos de participar e isso vai nos engrandecer nas relações e no nosso aprendizado para a vida futura. Se a gente não entender que também vamos envelhecer, nós vamos sofrer e vamos sofrer ao ver os nossos envelhecendo. A importância de conviver nessa situação. É muito importante não só aquele que vive nos asilos e a participação da família e da sociedade, mas aquele idoso que vive em casa. Seja na casa dele, seja na casa de um filho. A necessidade de buscarmos esse equilíbrio. Que ele não sinta que está incomodando, que está perturbando a vida do outro. Que ele se sinta parte do sistema. E aqui também

temos exemplos vividos de amigos, de parentes, que passaram por essa situação. E como é importante para ele, mas muito mais importante para a família, porque ele vai embora um dia, e a certeza do dever cumprido, do “eu fiz o que era possível, o que eu queria para ele, eu fiz o que eu quero que façam para mim” vai fazer toda a diferença para sobreviver ao luto. Que a Cecilia falou muito bem. Porque o luto vem. E nós vamos ter que aprender a conviver com ele. Memórias boas, lembranças boas de boas risadas, choros contidos, de consolos, tudo isso vai nos recuperar e a passar não mais a sofrer pela partida. Mas viver, lembrar e sorrir pela vida que teve, que tivemos e que continuamos tendo. Então é a importância de encontrarmos esse equilíbrio de forma a termos, não só um passado, daquela pessoa guerreira, herói, vitoriosa, independente, ou o presente daquela pessoa com necessidades, mas que a gente tenha também no futuro memórias e lembranças que valeram. Valeu a pena ter vivido com aquela pessoa, com aquele amigo, com aquele ser, seja próximo ou distante, mas que todos nós, família, sociedade, órgãos públicos tenham a consciência de que isto vai fazer a diferença, não só para o idoso, mas vai fazer a diferença para cada um de nós e para todos dentro da sociedade.

Quero deixar bem essa mensagem que a família faz toda a diferença. E que o idoso faz toda a diferença para a família.

Muito obrigada, espero que todos tenham um bom dia!

Beijo no coração de todos.

SEGUNDO APARTE

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Obrigada Valquíria. Vários apontamentos importantes para a gente aqui trocar e refletir sobre o exercício do cuidado, e eu acho que podemos iniciar a nossa conversa, o nosso diálogo, resgatando alguns pontos, que a meu ver, podem resumir um pouco do debate, que é extremamente complexo, sobre o envelhecimento. Pensando um pouco sobre as colocações que a professora Maria Cecilia traz, eu fiquei refletindo. Quando se fala da finitude, e a gente entende a finitude como morte, a gente a reconhece como um fato. Mas o envelhecimento não é fato, é expectativa. Ter a expectativa de envelhecer é algo

que precisa ser debatido, reconhecido, e garantido, porque a depender da cultura, da religião que o sujeito tenha, a gente também vai falar da finitude como algo que é temporário. A vida é eterna, a depender da religião você não morre, você apenas fecha um ciclo para inicia-lo em um outro plano. Então são vários os aspectos que podem ser pensados, problematizados para a gente discutir envelhecimento, finitude. E esse desejo do envelhecer perpassa realmente as nossas potencialidades de vida. Se eu quero envelhecer, preciso defender políticas, a existência de serviços de um sistema de proteção que garanta o envelhecimento para todos. Não só para mim, mas para todos. Até porque se fala do aumento da expectativa de vida, mas a gente até pode prorrogar a nossa vida, um tempo mais de vida, mas o ponto final vai chegar. E com qual qualidade de vida eu chego nesse ponto final? Esse é um ponto importante da gente pensar.

A professora Valquíria também traz uma dimensão importante nesse debate sobre dependência e independência, que é justamente quando ela destaca o envelhecimento como um processo dual. E quando se vai falar do envelhecimento se vai falar tanto dele de uma forma ativa, independente, produtiva, mas a gente não pode esquecer que não é todo idoso que envelhece dessa forma. Porque senão a gente gera uma expectativa de envelhecimento que não é também para todos. Ai vem a segunda dimensão do envelhecimento que tem debilidades, dificuldades, dependências. E como professora Valquíria destaca, e que é muito importante de resgatar, que essas dependências não são só físicas, são socio emocionais, financeiras. Precisamos reconhecer as múltiplas formas de dependência para que se possa garantir um envelhecimento digno para o maior número de pessoas possíveis. Outro ponto que acho que vale a gente destacar é quando a professora Valquíria traz o sentido do pertencer. E de uma frase muito popular e muito simples, que eu lembrei, porque até na minha adolescência se falava muito isso, de que “estar junto não é estar perto e estar perto não significa estar junto”. Eu acho que ela se encaixa nesse sentido do pertencer. O importante é que o outro se entenda como pertencendo à uma família, uma comunidade, uma sociedade e que ele tenha também os seus momentos, sim, de defesa da sua individualidade, das suas particularidades, e quando você traz a questão das instituições de longa permanência, isso me remete a pensar as instituições de acolhimento de crianças, onde a gente trabalha numa perspectiva similar com os idosos, que é trabalhar as instituições como pequeno porte. Não ter muitas pessoas ali circulando, ou seja, crianças

são no máximo 20 crianças por instituição. Os idosos também têm um limite quantitativo. Justamente para que se possa garantir uma maior personalização desse atendimento. O quanto foi fundamental você trazer essa reflexão, Porque as pessoas elas acabam , quando digo pessoas falo da família, de profissionais, dos sujeitos que interagem com a pessoa idosa, numa tendência, muitas das vezes, de padronizar, como se idoso fosse então de ter todo mundo a mesma expectativa, o mesmo desejo, o mesmo horário, e não é assim. A criança vai construir uma história, mas o idoso traz uma história, já tem uma história. Como você negar essa história tentando padroniza-lo, encaixando-o em regras e isso, realmente, é um desafio.

Antes de passar a palavra agora para a professora Cecilia e novamente para a professora Valquíria, foi fazer uma última reflexão que eu acho que a gente tem muito a avançar no ponto de vista da garantia de direitos. A legislação brasileira garante, por exemplo, um dia de falta ao trabalho aos pais que precisam levar seu filho ao médico, uma falta ao ano. Mas isso não é garantido para os idosos. Da mesma forma que a professora Valquíria tem uma mãe idosa, eu também tenho uma mãe idosa, agora com 80 anos, e quando adoecer, se faltarmos aos trabalho somos descontados. Se eu tiver que leva-la ao médico, isso não é garantido por lei. Se com criança se tem a garantia de um dia, com o idoso a gente nem tem! E vamos pensar que a pirâmide etária brasileira está mudando, a mundial e a brasileira. Do ponto de vista da garantia do direito à proteção, o que se pode fazer para avançar um pouco mais. É isso. Queria agora ouvir um pouquinho mais a professora Maria Cecilia e a professora Valquíria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria Cecília Fontainha de Almeida Gama

Eu fico sempre muito emocionada quando escuto a Valquíria falar, porque toda vez que a Valquíria fala para mim ela fala da Ilda. A pessoa que acompanhou os momentos de glória e os momentos não tão gloriosos, mas também com muita fibra, sempre com muita força e sempre com muita determinação, sabendo da finitude, que ela estava próxima, mas ao mesmo tempo sempre com muita dignidade. E é essa dignidade que eu acho que faz com que a diferença do pertencimento aconteça. Ou seja, quando você diz que nós pertencemos a alguma coisa, nós pertencemos à vida. A partir do momento que nascemos nos pertencemos a essa vida, mas nossa vida tem uma transitoriedade. E a partir do momento que a gente aceita essa transitoriedade ela passa a agregar valor. O que é agregar valor na transitoriedade? É você aproveitar e saber aproveitar os momentos da sua vida. Todos eles. Desde criança você tem que ensinar que aqueles momentos são preciosos. Você ensinar uma criança que um dia ela vai ser velha. Então ela ter um contato com um idoso e saber que aquele contato da criança com o idoso é a coisa mais pura que tem. O idoso volta a ser criança novamente em muitas coisas e a criança quer ser idosa, quer ser grande em outras. Então a coisa mais linda que tem é você ver uma bisca com o bisnetinho, ou você ver uma avó que já é mais idosa, que tem já alguma limitação, e uma criança que está começando a descobrir a andar e descobrir falar. Aquilo ali é muito bonito. Aquilo faz o que Freud diz: agrega no transitório o valor.

Nós temos que valorar e não só valorizar, mas dar valor ao estarmos aqui. Dependendo da religião, como você mesmo colocou, eu digo mais dependendo da fé, pode ser transitório e dependendo de como pode ser permanente. Mas que todos nós vamos passar pelo momento do nascimento, do crescimento e pelo momento da finitude, vamos. Tudo termina em algum momento, em algum ponto. Nós não temos um dia igual ao outro, não somos iguais um dia para outro. Então é aquilo que diz a Valquíria, se você começa desde cedo a ter dentro de casa aquela noção de que um dia você pode vir a precisar de alguém que cuide de você, que você pode precisar de um cuidado a mais, tire os tapetes! Nem que você diga que é para o cachorro não fazer xixi nele, não tem

importância, finge que é para o cachorro não fazer xixi, mas é para o idoso não cair. Porque a queda de uma criança não acontece nada. Quebra um ossinho hoje, amanhã está jogando futebol. O velho fica na cama. E se quebra o fêmur, acabou, não anda mais; ou se anda é no andador. A dor anda dor. A dor é muito maior. Então se a gente puder, nesses pequenos detalhes, valorizar a vida do outro em prol da nossa.

Eu tive a minha mãe comigo até o último momento do suspiro dela. Eu valorizei a vida dela o máximo que eu pude. E no ano final tinha que ser carregada para ser colocada numa cadeirinha de banho, mas eu peguei uma pessoa da minha confiança para fazer isso e da confiança dela, para que ela não sofresse constrangimentos. Ela ia vestida para o banheiro. Lá eu falava: mamãe vamos então começar a tirar a roupa? Ela tirava o que ela podia. O que ela não podia, eu ajudava. Por que? Porque eu não vou limitar jamais a possibilidade do outro fazer aquilo. Eu jamais vou fazer por um neto aquilo que ele pode fazer. Se ele pode fazer, ele vai fazer. Vai errar uma, duas vezes, na terceira vez ele aprende. Mas eu não vou fazer por ele. Por que? É a forma que eu tenho que mostrar que ele tem que ser independente. Meus filhos dizem que eu os criei para uma independência muito grande e que hoje em dia eu exijo deles uma dependência porque moram longe, sinto saudades. Isso não é dependência, isso é amor, isso é afeto. Dependência é você não poder sobreviver sem a presença do outro ao seu lado, não é isso. Mas é você poder valorar aqueles momentos em que o outro está ao seu lado, porque tudo realmente na transitoriedade tem valor. E aquilo que você faz com o tempo é importantíssimo. O tempo é ilusório. Totalmente ilusório. Você tem que aprender a usar esse tempo ao seu favor. E aqui na Sadala quando ela fala que: “os caminhos percorridos que são apresentados para a gente todos os dias”. Estou refazendo a terceira edição do livro do meu pai e estou numa catarse de novo, diferente do que eu tive há doze anos atrás, diferente do que eu tive 20 anos atrás, quando fiz a primeira edição. Por que? Porque eu era diferente. Eu tinha outra idade. Minha vida e o meu ao redor era outro. Então, cada momento nosso é o momento. Ele não volta. E ele não será igual. Isso daí é que faz com que o tempo que nos alcança faz brotar a saudade com ares de eternidade.

Muito obrigada Valquíria pelo seu depoimento, que eu tinha certeza que seria maravilhoso e muito obrigada Daniele, como sempre essa grande parcei-

ra há seis anos e a você, Renato, que está quietinho ai, mas que sem você a gente não estaria aqui passando para os nossos ouvintes todas essas informações que achamos importantes. E do fundo do coração um grande beijo a vocês todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valquíria Jorge Sepp

Como enfermeira eu sei da importância dessa parte do Estado, dessa parte do Governo, essa parte da legislação para melhorar a qualidade de vida do homem e da sociedade e da comunidade. Já existem algumas instituições, que você devem saber, nos Estados Unidos, que estão criando vilas em vez de casas com proximidades de escolas de crianças, onde as crianças entram, brincam com o idoso e o idoso vai lá para levar um bolo que fez hoje. As pessoas dentro das suas limitações, desenvolvem as atividades e as habilidades que gostam e a criança está convivendo e aprendendo. E a mesma coisa acontece com o idoso. A gente sabe que em países de primeiro mundo a convivência, não só idosos, mas a própria família, porque tem muita cobrança, mora-se longe, trabalha-se muito, e essa convivência é mais difícil. Então quando faz essa aproximação no sentido de crescimento de todos, sem uma obrigação, é uma convivência. Se a idosa tem a habilidade e gosta de fazer bolo, salgadinho, ela faz. E leva na hora do recreio lá para as crianças, que vão adorar comer bolo da vovó. Esta convivência agrega um valor de vida. Se foi um dia, um mês, um ano, valeu. Como a Cecilia falou, um dia não é igual ao outro. Um segundo não é igual ao outro. É tudo muito rápido. Às vezes a gente imagina, nossa tenho um projeto para daqui dez anos, nem sei se vou chegar lá daqui a dez anos. O importante, claro, é viver o dia a dia e projetar melhorias, porque não é para o indivíduo que está projetando, é para o todo. Quando eu projeto coisas boas é para aquele que já está mais idoso e daquela criança que está chegando e que está vivenciando isso e o eu que estou tendo esse elo. Então quando se coloca a importância do Estado, essa lembrança que para o idoso a família não tem um dia se precisar leva-lo a um médico, a um banco. Por que? Porque quando se pensa na finitude é quase como se você estivesse desejando que aquilo acabasse. Se você levar o filho ao médico você está se preocupando com a

melhoria de vida dele. O idoso não tem melhoria no conceito muitas vezes. Mas vida não é melhoria. Vida é vida para todos, seja para a criança, seja para o idoso, seja para o adolescente, para o jovem.

É igual eu falar: vamos mudar a faixa etária, como tem tido várias discussões em mudar o idoso da faixa dos 60 para a dos 70, porque nos 60 a grande maioria está no mercado de trabalho. Isso não muda as dependências e as independências, elas acontecem desde quando se nasce e vão até quando morre. A gente só marca aqueles momentos, mas todos nós temos essa dependência e independência. Até aqueles que têm dificuldades psiquiátricas, psicológicas, que têm a saúde mental prejudicada, por exemplo, quando se convive com o idoso com Alzheimer, com demência. Como é difícil para a família conviver com esta dependência. Do pai, da mãe, dele não lembrar de você. Mas quando você cuida, essa pessoa sabe quem é você, ela pode não lembrar o seu nome, ela pode saber que você não é filha, ou se é, mas ela sabe que você cuida dela. E você observa isso nas instituições e você observa isso nas famílias que fazem esse cuidado. Quanto mais próximo você fica da pessoa – às vezes, no início, você tem vontade de sair, “meu Deus, como eu posso ver a minha mãe desse jeito”? Sempre foi ativa e hoje ela não lembra de mim. Eu tenho uma amiga que a mãe teve demência, ela era a caçula, e foi a primeira a ser esquecida, e a mãe morava com ela. Como foi difícil para ela entender que, apesar de ela não lembrar o nome, ela sabia que era ela que cuidava. É como falar assim: eu fui visitar uma pessoa que está no CTI em coma, por que? Ela não sabe que você foi. Mas você sabe que você foi! Não é só o outro. É o outro e eu! Eu e o todo. Da mesma forma se estivéssemos discutindo aqui a primeira infância, o recém-nascido, prematuro, você precisaria desses mesmos cuidados, dessa mesma visão. Porque nós precisamos de cuidados, de nos pertencer desde quando somos gerados. Ai a discussão do aborto que é um problema. Desde que somos gerados nós precisamos de cuidados, de amor, de pertencer a uma família, pois ai nos sentimos importantes. É isso que precisa se entender. Muito obrigada pela participação, fiquei muito feliz. Adorei ouvir vocês. E cada vez mais a gente espera fazer a diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

Estamos finalizando o nosso momento de hoje e temos alguns pontos aqui para a gente fechar esse nosso encontro. A gente refletiu sobre intergeracionalidade, sobre o envelhecimento e a finitude, resgatamos reflexões sobre o etarismo, porque a gente pensa ai todo um conjunto de estigmas, que a população idosa ainda carrega. Conseguimos falar um pouquinho sobre essa necessidade do cuidado numa perspectiva ampla, não só na família, mas o cuidado no Estado. E queria só registrar aqui a minha felicidade e a minha gratidão por esse momento, que é sempre um momento de aprendizado. A gente finaliza o nosso encontro saindo com um pouquinho mais de informação, de conhecimento e de maturidade que a gente iniciou. Mais uma vez obrigada. Um beijo para vocês.

7 CONCLUSÃO DO E-BOOK

Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Bárbara

A produção deste e-book é resultado do compromisso dos autores e colaboradores no fomento de reflexões e debates que, ao abordarem a questão das populações minoritárias e vulneráveis, em especial no contexto da comunidade LGBTQIA+, materializam um importante instrumento crítico – informativo e formativo – acerca das desigualdades sociais e das violências estruturais que essas pessoas enfrentam. Isso nos permite conectar diretamente o tema dos direitos LGBTQIA+ com questões mais amplas de justiça social e direitos humanos.

Os temas que tratamos nos podcasts seguiram uma lógica de articulação e complementariedade e um compromisso político com o conteúdo discutido. Desde as reflexões sobre a língua portuguesa, a linguagem como ato político e a linguagem como Pharmacon, passando pela visão filosófica do SER e a constituição dos papéis sociais e sexuais, até chegarmos na discussão sobre violências, violações e os preconceitos e intolerância no envelhecimento, trilhamos um percurso de colaboração teórica, ética e política na formação cidadã.

Nós, como sociedade, precisamos repensar nossos valores e atitudes, especialmente no que se refere à inclusão e ao respeito às diferenças. E a educação é uma ferramenta poderosa para promover a inclusão, a conscientização e a mudança de atitudes em relação a populações historicamente segregadas e estigmatizadas por causa de valores que estão por vezes enraizados em preconceitos sociais, normas culturais e religiosas presas ao campo da moralidade e dos costumes, que reduzem a diversidade humana à expressões de “anormalidade”, “desvios” e “ameaças”.

A construção dos papéis sociais é perpassada por normas de gênero e sexualidade que se constitui como processo complexo e excludente, que por vezes geram violências, violação dos direitos humanos e desrespeito ao ser único que cada um de nós preserva.

É preciso enfrentar os desafios que se impõem à construção de uma sociedade mais livre, mais inclusiva e equânime. E a base para a promoção de uma sociabilidade sem preconceitos e violências é a educação. Precisamos construir conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero, para combater a ignorância causada pela falta de informação e a perpetuação de estereótipos; agir em prol da mudança cultural e social em relação aos papéis de gênero, sexualidade e família, para que entendamos que a diversidade é algo positivo para o desenvolvimento humano; e apoiar o movimento social LGBTQIA+, com políticas públicas que assegurem igualdade de direitos e previnam a violência.

Como resultado de uma atividade acadêmica, esse e-book possibilita a conexão entre o estudo dos direitos da população LGBTQIA+ e a formação de futuros profissionais, de forma a destacar a relevância do tema para as diversas áreas de atuação e como a conscientização sobre essas questões pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Independentemente da área de formação, todos os profissionais têm um papel crucial na garantia dos direitos humanos e na promoção do respeito às diferenças. A sensibilização para a realidade da população LGBTQIA+ deve ser parte da formação acadêmica, pois esse conhecimento impacta diretamente a ação do profissional e as interações com o público. Produções como essa colaboram na formação ética e cidadã dos profissionais.

8 FOTOS DA EQUIPE QUE TORNOU POSSÍVEL ESTE E-BOOK





*Maria Cecília Gama e Daniele do Val
na Rádio FOA com Renato dos Santos*



*Maria Cecília Gama,
Dra Elen Monteiro e Daniele do Val*



*Maria Cecília Gama,
Yuri Willon e Daniele do Val*



*Maria Cecília Gama, Daniele do Val,
Ailton Carvalho e Renato dos Santos*



*Dra. Valquíria Sepp, Daniele do Val
e Maria Cecília Gama*



*Dario Aragão Neto e
Dra. Maria Lúcia Xavier Pacheco*



*Dra Eleu Monteiro, Dário Aragão Neto,
Maria Cecília Gama, Ailton Carvalho,
Dra Maria Lúcia Xavier Pacheco, Dauiele do Val
e Dra Valquíria Jorge Sepp*

REFERÊNCIAS

- Almeida, Gioni Caê. **Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa** UEOP -Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2020.
- Baars, Jan. **Introduction: Chronological time and chronological age: problems of temporal diversity**. In: Aging and Time. p. 1-13. 2020 Disponível em: <http://www.janbaars.nl/wp-content/uploads/Aging-and-Time-Chapter-01-Jan>
- Bagno, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 49 ed. 2007.
- Bauman, Richard **“Language, identity, performance”**. Art and the expression of complex identities: imagining and contesting ethnicity in performance, Special Issue: Pragmatics. 10 (1): 1, 2000.
- Bauman, Richard; Briggs, Charles L. **Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social**. Tradução : Vânia Z. Cardoso. UFSC - ILHA Revista de Antropologia. v. 8 n. 1,2 (2006)P: 185-228
- Bauman, Richard.; Briggs, Charles. L. **Voices of modernity: language ideologies and the politics of inequality**. New York: Cambridge University Press, 2003.
- Bechara, Evanildo - **Uma vida entre palavras** 3 volumes. Vol.1: Fatos e dúvidas de linguagem. /Vol.2: Análise e história da língua portuguesa / Vol:3 Mestres da língua: RJ: Nova Fronteira, 2022
- Beauvoir, Simone de. **A Velhice**. Nova Fronteira, 2 ed . 2018
- Benevides, Bruna G. Dossiê: **assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.
- Bimbi, Bruno. **O Fim do Armário** - Lésbica, gays, bissexuais e trans no século XXI. RJ: Editora: Garamond.2017
- Bornstein, K.; Bergman, S. B. **Gender Outlaws** – The Next Generation. Berkeley: Seal Press, 2010.
- Borodistky, L. 1 Video (14 min) **How language shapes the way we think**. Publicado pelo canal TED, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RKK7wGAYP6k&t>

Bourdieu, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. 2 ed, 1º reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008

Brasil. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Estatuto da Pessoa Idosa**. Alterada pela Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 out. 2003.

Brasil. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jan. 1989.

Brown, Brené. **A coragem de ser você mesmo**. 1 ed. RJ: Editora Best Seller, 2021

Costa-Val, Alexandre; GUERRA, André. **Corpos trans**: um ensaio sobre normas, singularidades e acontecimento político. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 121-134, 2019.

Cisne, Mila. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018.

Cisne, Mila; Santos, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2019. (Biblioteca básica Serviço Social).

Davis, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Plataforma Gueto – tradução livre – 2013

Dostoiévski, Fiódor. **Os Irmãos Karamazov**. Tradutor Herculano Villas-Boas. São Paulo: Editora Martin Claret, 1ª ed. 2013

Drummond de Andrade, Carlos. **Rosa do Povo**. Coleção Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

Fortes, Fábio. **Oposições dialéticas do Phármakon no Fedro de Platão**. Revista latinoamericana de filosofia. Vol. 46 N°2 P; 217 -232. 2020

Eco, Umberto. **A história da feiura**. São Paulo: Editora Record, 2007

Freud, Sigmund . **Além do princípio do prazer**. Trad. Renato Zwick. L&PM editores: 1 ed. Porto Alegre - RS. 2016.

Freud, Sigmund. **Sobre a transitoriedade** (1916 [1915]) Vol. XIV – (12) ‘On Transience’ 1950. Freud online <https://appoa.org.br/uploads/arquivos/transitoriedade-freud.pdf>.

Goldenberg, Miriam. **A bela velhice**. RJ: Editora Record, 2013.

Harada, H. Escrito póstumo. - **A finitude humana**: o homem, um ser-para-a-morte. Rev. Filosófica São Boaventura, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 53-65, jan./jun. 2015

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- **Censo demográfico – 2022**

Kampmann, S. **Visual aging studies**: exploring images of aging in art history and other disciplines. Age Culture Humanities, n. 2, p. 279-291, 2015.

Katz, Daniel. **Preconceito racial e estereótipos raciais**. Com K. W. Braly. Em: Journal of Abnormal and Social Psychology , 1935

Kristeva, Julia. **História da linguagem**. Editora Edições 70, Grupo Almedina, Portugal. 2007

Kuiavai, Evaldo Antônio; Zevallos, Verónica Pilar Gomezjurado. **A escrita e o phármakon**: um estudo a partir da desconstrução derridiana. Congresso Internacional de Filosofia e Educação. Caxias do Sul, RS. 2010

Lacan, J. O Seminário - Livro 7 - **A Ética da Psicanálise (1959-1960)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

Lagares, Xoán Carlos. **Qual política linguística?** Desafios gloto políticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018

Langdon, Esther Jean. **Performance e sua Diversidade como Paradigma Analítico**: A Contribuição da Abordagem de Bauman e Briggs. UFSC - ILHA Revista de Antropologia. v. 8 n. 1,2 (2006) P:162-183.

Lawlor, L.; Nale, J. **The Cambridge Foucault Lexicon**. New York: Cambridge University Press, 2014.

Moita Lopes, L. P. **Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero**. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, v.49, n.2, p.393-417, 2010.

Moita Lopes, L. P. **Ideologia linguística**: como construir discursivamente o português no século XXI. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013. p. 18-52.

OMS – Organização Mundial da Saúde – **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde**. OMS 2015. Printed in the United States of America

ONG – Organização não governamental. EternamenteSOU. **Velhices LGBT** – São Paulo- 2017

ONG - Organização não governamental. ILC -BR - Centro Internacional da Longevidade Brasil. **Envelhecimento, Saúde e Longevidade.**

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). **Década do Envelhecimento Saudável nas Américas 2021-2030.** OPAS, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/decada-do-envelhecimento-saudavel-nas-americas-2021-2030>.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948

Overall, Christine. **Old Age and Ageism, Impairment and Ableism:** Exploring the Conceptual and Material Connections ©2006 NWSA Journal, Vol. 18 No. 1

Pedra, Caio Benevides. **Cidadania Trans:** O Acesso à Cidadania por Travestis e Transexuais no Brasil. Curitiba- PR: Editora Appris. 2020

PNDH-3 **Programa Nacional dos Direitos Humanos** – geledes.org.br. 2009

Rebellato, Carolina *et al.* **Introdução às Velhices LGBTI+.** Editora Folio Digital, RJ. 2021

Rousseau, Jean Jacques. **Ensaio sobre a origem das línguas.** trad. Fulvia M.L. Moretto. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2 ed. 2003

Sadala, Glória. **Corpo, luto e transitoriedade,** In: O corpo que resta. Org. Novaes J.V e Novaes J, Curitiba, Appris, 2022.

Santos, Silvana Sidney Costa. **Envelhecimento:** visão de filósofos da antiguidade oriental e ocidental Rev. RENE. Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 88-94, 2001

Saramago, José. **Quantos anos eu tenho?** <https://www.recantodasletras.com.br/memorias/8097620>

SBGG-RJ – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – **Década do envelhecimento saudável.** RJ (2021-2030)

Signorini, I. **Figuras e modelos contemporâneos da subjetividade.** /n: Signorini, I. (org.). Língua(gem) e identidade. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p.333-380.

Silva, Luna Rodrigues Freitas. **Da velhice à terceira idade**: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. História, Ciências, Saúde, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 15, n. 1, p. 155-168, jan.-mar. 2008.

Souza, Euclides. **Análises argumentativo-conceituais acerca do Tractatus Logico-Philosophicus de Ludwig Wittgenstein**. Paraíba: Revista Aufklärung João Pessoa, v.11; n2, p107-116. 2024

Souza, Letícia Lanz de. **Sexualidade e identidade de gênero de pessoas idosas**. In: introdução às velhices LGBTQI+, capítulo XVII- SBGG-RJ | EternamenteSOU | ILC-BR

Teixeira, Solange Maria. **Envelhecimento, família e políticas públicas**: em cena a organização social do cuidado. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 137, p. 135-154, jan./abr. 2020

Trevisan, João Silvério. **Devassos no Paraíso** – a homossexualidade no Brasil – da colônia à atualidade. 4a edição revista, atualizada e ampliada RJ: Objetiva, 2018

Vicente, André Luíz Coutinho; Xavier, Leticia de Gusmão Almeida; Fidelis, Anna Clara Nascimento; York, Sara Wagner. **Linguagem Inclusiva de Gênero na Educação**. Revista Diversidade e Educação, v. 10, n. 1, p. 251-276, 2022.

Winandy, Fran. **Etarismo: um novo nome para um velho preconceito**. 1 ed. São Paulo: Editora Matrix, 2023

Woolard, Kathryn A. **Ideologia da Linguagem**. Willey Online Library. Primeira publicação: 2020

Zonana, Raya Angel. FEBRA_PSI - Federação Brasileira de Psicanálise. Comemoração ao centenário do trabalho de Sigmund Freud: "Sobre a transitoriedade" **Pensando em Freud e transitoriedade**. Rio de Janeiro. 1916



